

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Carlos Daniel Vaz de Lima Jr

As interações dos promotores de Justiça mediadas pelas ferramentas digitais na
criação de um espaço de aprendizagem

Mestrado do Programa de Pós-graduação em
Tecnologias da Inteligência e Design Digital

São Paulo, SP
2009

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Carlos Daniel Vaz de Lima Jr

As interações dos promotores de Justiça mediadas pelas ferramentas digitais na
criação de um espaço de aprendizagem

Mestrado do Programa de Pós-graduação em
Tecnologias da Inteligência e Design Digital

Dissertação apresentada à Banca
Examinadora como exigência parcial para
obtenção do título de MESTRE em
Tecnologias da Inteligência e Design Digital
na área de Processos Cognitivos e
Ambientes Digitais pela Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, sob a
orientação da Prof^a. Dr^a Sonia Maria de
Macedo Allegretti

São Paulo, SP
2009

TERMO DE APROVAÇÃO

Carlos Daniel Vaz de Lima Jr

As interações dos promotores de Justiça mediadas pelas ferramentas digitais na
criação de um espaço de aprendizagem

Prof^a. Dr^a Sonia Maria de Macedo Allegretti
Orientadora

Prof^a. Dr^a Lucila Pesce
Examinadora Interna

Prof. Dr. Valter Kenji Ishida
Examinador Externo

São Paulo, SP
2009

Para minha esposa Fabiana que sempre compartilhou meus sonhos e esteve ao meu lado nos grandes passos deste caminho. Aos meus filhos Gabriela, Mateus e Artur que me mostraram o sentido de melhorar o mundo através da ciência.

As interações dos promotores de Justiça mediadas pelas ferramentas digitais na criação de um espaço de aprendizagem.

Carlos Daniel Vaz de Lima Jr

Resumo

A percepção de um espaço de aprendizagem na interação dos promotores de Justiça por meio das ferramentas digitais trazidas pelas novas tecnologias é o objetivo deste estudo de caso. Nos últimos anos o Ministério Público tem investido na disponibilização de ferramentas digitais aos promotores, contudo, o uso dado às mesmas é muito menor daquele dado pelos promotores às ferramentas digitais públicas, que estão disponíveis para todos na Internet. Neste estudo de caso, caracterizado pela exploração e descrição, identificamos quais são estas ferramentas que compõe o nosso corpo de pesquisa e qual o uso que os promotores dão às mesmas, para então identificar as situações em que elas proporcionam o surgimento de um espaço de aprendizagem que leva à solução de problemas profissionais. Nosso quadro de referências para análise deste espaço é composto pelas teorias de aprendizagem baseadas em Piaget, Vygotsky e Ausubel, que nos permitem compreender a interação entre os usuários e a relação deles com a aprendizagem. A partir de dados coletados juntos aos promotores de Justiça, analisados quantitativa e qualitativamente, consideramos que se pôde perceber a existência de um espaço de aprendizagem criado pela interação proporcionada pelas ferramentas digitais, e que tal espaço pode ser aproveitado para a formação de conceitos espontâneos correlatos a conceitos científicos.

Palavras-chave

Espaço de aprendizagem, aprendizagem, ferramentas digitais, Ministério Público.

The existence of a learning space resulting from the interaction of the Prosecuting Attorneys through digital tools.

Carlos Daniel Vaz de Lima Jr

Abstract

The purpose of this study is to observe the existence of a learning space resulting from the interaction of the Prosecuting Attorneys through digital tools produced by the latest technology. In recent years, the Department of Justice has been doing great effort so as to provide digital tools for the Prosecuting Attorneys; however, the use of such tools has been much smaller than the use of public digital tools available in the internet to anyone. In this study of case, rich in inquiries and description, we have listed the tools comprised in our research and what use the Prosecuting Attorneys give them, so we can finally identify the situations where such tools, addressed to solve professional problems, provide a new learning space. Our reference portrait for analyzing this space is constituted by learning theories based on Piaget, Vygotsky and Ausubel, which allow us understand the interaction among users and their relation with learning. We have analyzed, both in quality and quantity, data collected from the Prosecuting Attorneys. Based on such data, we have considered a possible existing learning space created by the interaction promoted by the digital tools. Such space can be used to create spontaneous concepts linked to scientific concepts.

Key-words:

Learning space, learning, digital tools, Department of Justice

Lista de figuras

Figura 1 - Flor de Educacion. Ana Fabry	17
Figura 2 - Site do MPESP em www.mp.sp.gov.br	60
Figura 3 - Site Institucional da APMP	60
Figura 4 - Tela de Login do SMA na Intranet do MPESP	62
Figura 5 - Tela de login da ESMP virtual em http://esmp.sp.gov.br/moodle/index.php	64
Figura 6 - Tela de espera do Sysop	65
Figura 7 - Interface da Intranet no ano de 2001	68
Figura 8 - Tela de entrada da Intranet das Promotorias Criminais Centrais em 2005	68
Figura 9 - Usando o trabalho pronto para desenvolver um novo	71
Figura 10 - Exemplo e nomenclatura de um arquivo eletrônico	72
Figura 11 - Indicadores específicos antecedendo as extensões dos arquivos	73
Figura 12 - Estrutura das pastas do Arquivo Eletrônico das Promotorias Criminais	74
Figura 13 - Tela de login do WebMail do MPESP	75
Figura 14 - Tela de entrada do Grupo de Discussão	76
Figura 15 - Tela principal do Blog do Promotor	79
Figura 16 - Telas do grupo de discussão	104

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Ocupação profissional	87
Gráfico 2 – Área de atuação profissional	88
Gráfico 3 -Faixa etária	89
Gráfico 4 - Relação entre graduados e pós-graduados	90
Gráfico 5 - Graduação acadêmica dos usuários	91
Gráfico 6 - Uso dado à Internet	92
Gráfico 7 – Tempo de uso das ferramentas	93
Gráfico 8 – Frequência de uso das ferramentas	94
Gráfico 9 – Características importantes das ferramentas	96
Gráfico 10 – Uso das ferramentas	98
Gráfico 11- Uso de blogs	99
Gráfico 12 - Uso de sites institucionais	101
Gráfico 13 – Uso da Intranet	101
Gráfico 14 – Uso do Arquivo Eletrônico	102
Gráfico 15 – Uso dos Grupos de Discussões	102
Gráfico 16 – Uso do Moodle da ESMP	103
Gráfico 17 – Uso do SMA	103
Gráfico 18 – Uso dado ao email	105
Gráfico 19 – Outras ferramentas usadas	106
Gráfico 20 – Solução de problemas e as ferramentas	107
Gráfico 21 – Solução de problemas e interação	108
Gráfico 22 – Desempenho profissional	109

Lista de tabelas

Tabela 1 Análise das ferramentas digitais disponíveis para os promotores 80

Sumário

Lista de figuras	13
Lista de Gráficos	13
Lista de tabelas.....	14
I. INTRODUÇÃO	19
II. TEORIAS DA APRENDIZAGEM.....	37
III. AMBIENTE VIRTUAL E FERRAMENTAS DE INTERAÇÃO	49
IV. COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	81
V. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
Bibliografia	119
ANEXOS	123



Figura 1 - Flor de Educacion. Fabry, Ana: 2005



I. INTRODUÇÃO

Luz, sombra, contraste, brilho, nuances da realidade que captadas pelo espírito do artista podem ser transmitidas com técnica para telas que lhes suportem através dos séculos. (LIMA JR, 2006)

O Ministério Público e as demais carreiras jurídicas brasileiras têm como tarefa participar da solução dos conflitos que surgem dentro das relações jurídicas e sociais. Isso recomenda a esses profissionais a necessidade de constante atualização de seus conhecimentos, mas tais carreiras pouco oferecem para suprir essa demanda além de um eventual e tradicional ensino instrucional. Essas pessoas tem se interessado por outras formas de aprender, e, na busca de informações, assimilam o uso das novas ferramentas tecnológicas de interação. Da mesma forma que a luz, sombra, contraste, brilho, nuances da realidade que captadas pelo artista podem ser transmitidas com técnica para telas, cabe ao pesquisado perceber os fenômenos de seu tempo de lhes dar formatação científica adequada. A percepção

científica da existência de um espaço de aprendizagem espontâneo no ambiente virtual formado pela interação dessas pessoas é o objetivo deste trabalho.

Título

As interações dos promotores de Justiça mediadas pelas ferramentas digitais na criação de um espaço de aprendizagem.

Espaço de aprendizagem, ferramentas digitais, e interação dos promotores de Justiça. Estes conceitos resumem os passos que pretendemos dar durante nossa pesquisa e, por este motivo, constituem o núcleo do título adotado.

Questão de pesquisa

Em que medida a interação dos promotores de Justiça, por meio das ferramentas digitais, faz surgir um espaço de aprendizagem que contribui para atualização dos conhecimentos?

A necessidade da atualização profissional, a carência de recursos do Estado, e a distância entre os promotores são fatores presentes no Ministério Público e que podem encontrar solução pelas respostas que buscamos.

Estado da Arte

O aprimoramento profissional dentro das carreiras jurídicas tem se mostrado ineficiente em vista das alterações nas relações jurídico-sociais. A complexidade de nossa sociedade há 50 anos evidentemente não é a mesma de hoje, contudo pouco se fez para preparar os integrantes das carreiras jurídicas para atender essa demanda. O livro e o professor que transmite conhecimentos ainda são os mecanismos cognitivos adotados com preponderância nesses meios, e, ainda, com a característica de que o custo e a conveniência dessas oportunidades são de inteiramente responsabilidade do aprendiz. Os poucos recursos destinados a

solução desse problema, dada as características regionais de cada carreira, são direcionados àqueles que estão na Capital, e mesmo assim ficando a critério destes a conveniência de buscar ou não um aperfeiçoamento.

Esse descompasso entre as demandas sociais e o preparo do profissional que deveria atendê-las tem, em grande parte, causas na adoção do modelo acadêmico presencial como único aplicável ao aprimoramento dentro das instituições públicas.

O ensino jurídico nas faculdades brasileiras adota um modelo fechado para o meio exterior, despreocupado em estabelecer trocas com a sociedade e de buscar a evolução dos mecanismos cognitivos. Este ensino pode ser compreendido como uma aquisição de conhecimento de fora para dentro, em que o bom professor é o bom transmissor, aquele que domina a matéria e que espera do aluno nada além de uma atitude passiva diante do conhecimento.

Myrtes Alonso descreve esse modelo de ensino como aquele caracterizado pela acumulação de conhecimento, em que a escola tem a função de reprodutora do modelo de sociedade existente anteriormente ao advento das novas tecnologias de comunicação.

Os fundamentos psicopedagógicos desse modelo podem ser assim definidos: aprender é adquirir conhecimentos, de fora para dentro. Para tanto, o professor deve ser um bom transmissor, deve dominar o conteúdo da matéria; a avaliação consiste na verificação de quanto o aluno aprendeu, quantidade de noções (conhecimento); o aluno tem atitude passiva diante do conhecimento; o professor é o transmissor; valores e atitudes não constituem parte de suas intenções de ensino, espera-se que aconteçam por decorrência. (ALONSO, 2003 p. 26)

As carreiras jurídicas, e aqui falamos não somente do Ministério Público, mas da Magistratura, Procuradorias, Polícias, e, até mesmo, da advocacia, adotam esse modelo quando procuram aprimorar os conhecimentos de seus integrantes.

Nossa sociedade passa por mudanças que decorrem do desenvolvimento tecnológico e alteram todos os aspectos da vida humana. As informações estão por toda parte e estão acessíveis a todos, não existindo mais verdades absolutas, sendo tudo provisório e gerando incertezas. Este novo cenário faz com que o jurista reveja sua posição, até então passiva, diante do conhecimento, para passar a buscá-lo em outras e novas situações de aprendizagem.

Os meios de produção e serviços na sociedade do conhecimento pressupõe que os profissionais sejam mais qualificados e capazes de assumir responsabilidades, tomar decisões, buscar soluções para problemas que ocorrem durante o processo de produção e não foram pensadas anteriormente. Para que o indivíduo possa tomar decisões próprias e fazer suas escolhas é preciso que ele seja mais bem formado, capaz de escolher, de acordo com as preferências pessoais, o produto ou o serviço que deseja e a conveniência ou não de adquiri-lo. Isso tudo, entretanto, requer um nível de consciência para lidar com problemas complexos, que não podem ser resolvidos de forma fragmentada. Problemas sociais de natureza complexa, como o desemprego estrutural, as desumanas formas de violência, a competição desenfreada, exigem habilidades especiais que são desenvolvidas a partir da capacidade de aprender a aprender, que deveria constituir o objetivo de todo trabalho pedagógico, uma vez que ela será necessária para o desenvolvimento de novas idéias e soluções. (ALONSO, 2003 p. 28)

As instituições de ensino privadas e públicas, movidas pela crescente evolução da tecnologia da informação e comunicação, passaram a se interessar pelo desenvolvimento de novos projetos voltados a exploração de novas situações de aprendizagens. Elas desenvolveram novas políticas que serviram como modelos às instituições públicas de outras áreas possibilitando enfrentarem as resistências que as impediam de buscar aprimoramento.

A adoção de novas situações de aprendizagens em instituições públicas como o Ministério Público e a Magistratura, se dá de forma lenta, pois estas, em geral, são hierarquizadas, dependem de dotação orçamentária específica, são divididas em departamentos, e devem ter seus gastos controlados por meio de processos licitatórios. Tais características influenciam na elaboração e execução de novas situações, pois limitam as possibilidades de criação e escolha de mecanismos cognitivos dificultando a adoção de novos processos.

As instituições que atuam na área jurídica têm, além dessas características, outras que lhes são próprias e decorrem da necessidade de segurança jurídica e uniformidade nas interpretações legais. Frente a este quadro, as instituições jurídicas são bastante resistentes a mudanças em seus procedimentos, principalmente em relação aqueles que dizem respeito à aceitação de novas situações de aprendizagens para produção de novos conhecimentos que servirão de base para interpretação dos textos jurídicos.

Em novos tempos, em que os avanços tecnológicos trazem um incremento a complexidade das relações sociais e exigem maior qualificação profissional dos integrantes das carreiras jurídicas, as instituições e seus integrantes buscam novos mecanismos de aprendizagem. O avanço tecnológico coloca à nossa frente vários mecanismos de comunicação que são assimilados pelos promotores de Justiça sem que nenhuma intervenção institucional seja necessária. O email, os blogs, grupos de discussões e fóruns são apenas alguns desses novos mecanismos que passam a fazer parte do dia a dia das pessoas. No Ministério Público, ainda, temos o site institucional, a Intranet, o Arquivo Eletrônico, o Sistema de Movimentação de Autos (SMA), mensageiros instantâneos, blogs, e a plataforma MOODLE que é adotada pela Escola Superior do Ministério Público (ESMP) em alguns cursos instrucionais.

A evolução tecnológica a que nos referimos se deu aos olhos de todos e não gerou efeitos apenas nos bancos acadêmicos, embora tenha sido nesse meio que nasceu e se desenvolveu. Até 1990 a Internet era baseada na troca de pacotes de informações por meio de interfaces textuais conhecidas como BBS (Bulletin Board System), exigindo experiência do usuário no uso da correta linguagem de comandos para poder ter acesso a alguma informação. A livre distribuição do software WWW possibilitou a criação dos primeiros sites com interface gráfica popularizando a troca de informações pela rede (CASTELLS, 2006 p. 88), trazendo uma importante ferramenta de interação que logo foi assimilada na área de ensino.

A EAD surgiu em meados do século passado, com o desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação (trens, correio), especialmente com o ensino por correspondência, nos Estados Unidos. Podemos apontar como sua primeira geral os materiais que eram primordialmente impressos e encaminhados pelo correio. A segunda geração já apresentou o acréscimo de novas mídias como a televisão, o rádio, as fitas de áudio e vídeo, e o telefone. Uma terceira geração introduziu a utilização de redes de computadores, caracterizando a educação a distância *online*. (MATTAR, 2005 p. 124)

No inóspito ambiente puramente textual das BBS, algumas experiências pedagógicas já faziam uso desta tecnologia. O curso de Francês Instrumental à Distância, oferecido pela BBS da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em sua Coordenadoria Geral de Especialização Aperfeiçoamento e Extensão (PUCSP/COGEAE), passou a explorar em caráter experimental softwares de ensino a distância para cursos de extensão e formação de professores. Após 1996 passou a desenvolver atividades por meio de redes WWW abandonando o sistema textual de boletins. (MAIA, 2003 p. 75).

No campo da relação pedagógica, o desenvolvimento de estudos buscando situar professor e aluno dentro do novo cenário tecnológico, foi objeto do Projeto NAVE¹ que, proporcionou

(...) um redesenho da função do professor na construção desses ambientes de aprendizagens. O que ficou muito claro para os pesquisadores do Projeto NAVE, foi que o projeto de construir educação é algo que supõe trazer toda a carga das histórias individuais, deixá-las disponíveis para o grupo, abrir-se aos demais, refletir continuamente sobre o que é aprender, dominar conteúdos e técnicas, ter clara a noção de que sociedade se quer viver, para assim poder gerar e criar ambientes inovadores para novos aprendizes. (...) (ALMEIDA, 2001 p. 9)

Na mesma época, docentes pesquisadores da PUCSP e da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), atuando no Projeto Rede Telemática para a Formação de Educadores da Organização dos Estados Americanos, a OEA-MEC/ProInfo, realizaram uma oficina a distância com o objetivo de propiciar, para um grupo de 20 docentes da Argentina, Chile, Venezuela e Brasil, a constituição de um grupo multicultural de distintas realidades, a possibilidade de repensar as estratégias de mediação junto a alunos, proporcionando-lhes a construção e a reconstrução de conhecimentos. (AZINIAN, 2004 p. 115)

O que se observa hoje no Ministério Público é o uso destas novas ferramentas sem nenhum registro científico dos avanços na solução dos problemas que envolvem a atualização e aperfeiçoamento profissionais. A relação entre interação e a satisfação das necessidades profissionais surgiu juntamente com o interesse em aprender sobre tais ferramentas e, a falta de formatação científica desse fenômeno, faz com que o aprimoramento profissional ainda seja preponderantemente dependente das formas tradicionais de aprendizagem que são

¹ O Projeto NAVE foi desenvolvido no ano de 2000 pelos professores, pesquisadores e alunos da PUC/SP. O trabalho interdisciplinar ocorreu num programa de pós-graduação em Educação, Currículo que tem docentes pesquisadores de inúmeras áreas e doutorando e mestrando de diversas áreas do conhecimento.

insuficientes para atender pessoas separadas por longas distâncias e com necessidades de conhecimentos diversificados e particulares.

Justificativas e origem do problema

O meu interesse pelo assunto surgiu ao perceber a popularização das novas tecnologias de comunicação por meio da disponibilização gratuita na web de ferramentas digitais de interatividade. A comunicação telemática que estava restrita a empresa ou instituições que destinavam pesados investimentos na área de tecnologia, estando fora do alcance do internauta comum. O uso era restrito a poucas pessoas que recebiam treinamento especial e desenvolviam projetos atrelados com os interesses da empresa ou instituição.

O barateamento dos equipamentos nos proporcionou instalar um programa de gerenciamento de quadro de boletins on-line em um computador XT e acionar este recurso no período noturno. Essa ferramenta foi chamada de Habeas Data BBS e sua criação foi anunciada por ofícios enviados pelo correio e pelo Diário Oficial. Logo recebemos respostas de todo o Estado cumprimentando a iniciativa, mas pouca gente realmente sabia o que estávamos oferecendo ou como fazer algum tipo de conexão com o computador.

Assumimos o cargo de Conselheiro Regional de Osasco e pudemos organizar cursos de informática naquela região para explicar as vantagens de usar o computador como meio de comunicação e otimização dos trabalhos. Tomamos contato com os estudos sobre crimes de informática e, como Diretor de Informática da Associação Paulista do Ministério Público, passamos a organizar eventos para discutir crimes de informática e interatividade por meio do computador.

Percebemos a necessidade de aprimorar comunicação com os associados do interior e que não tinham acesso as informações presenciais relativas ao funcionamento e uso das novas tecnologias. Criamos uma feira corporativa de informática que foi chamada de EXPOINFO. Vendo que a reunião de um grande número de promotores interessados em informática era um campo fértil para discutir novas idéias, montamos o Congresso EXPOINFO que ocorria simultaneamente com a feira.

Para capacitar os promotores do interior a explorarem os recursos oferecidos pelos computadores treinamos uma equipe de técnicos que foram enviados em expedição aos quatro cantos do Estado para ministrar treinamentos. A crescente popularização do uso da informática justificou o investimento em novas máquinas e, assim, o Ministério Público instalou e configurou uma rede de computadores no Estado de São Paulo. Na região central da Capital criamos a Intranet das Promotorias Criminais da Capital para discutir assuntos administrativos e divulgar estudos jurídicos.

Por ocasião do ano de 2000 o acúmulo de papel tornou-se um problema. Nossos trabalhos na promotoria criminal preenchiam cerca de 650 mil folhas por ano, salas e mais salas de arquivo e demandavam dezenas de funcionários para tentar organizar esse acervo. Tão grande era a confusão que o documento arquivado jamais era encontrado novamente e os trabalhos ficavam perdidos. Propusemos uma solução consistente na criação de um Arquivo Eletrônico que apresentava a potencialidade da divulgação em massa dos trabalhos e recuperação seletiva da produção pelo uso de metadados. Em pouco tempo o trabalho solitário de um colega podia ser recuperado e aprimorado pelos demais gerando novas idéias e soluções.

Empolgados com a produção de conhecimentos em rede fomos estudar sobre Educação a Distância, EAD, no SENAC e no COGEAE da PUC/SP. O uso de metadados em trabalhos jurídicos foi apresentado para a Escola Superior do Ministério Público e foi objeto de palestra para os estagiários do Ministério Público.

O treinamento de estagiários, jovens familiarizados com uso de informática, propiciou a criação do Curso para estagiários na Intranet das Promotorias Criminais e a elaboração do Manual de Estágio. Passamos a ver o ensino da prática jurídica através das novas tecnologias com inclusão de metadados e produção de documentos antevendo a recuperação eletrônica de seu conteúdo durante as diversas fases processuais.

Novos ventos tecnológicos sopraram fomos admitidos no curso de mestrado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo de Tecnologias da Inteligência e Design Digital, TIDD. Conhecemos o funcionamento das comunidades virtuais, criamos o Grupo de Discussão das Promotorias voltado ao tema Novos Modelos Administrativos, que, juntamente com a Intranet, e o Arquivo Eletrônico, marcaram presença no cenário da comunicação e interação profissional entre promotores.

Hoje, em meio ao fervor tecnológico que leva as pessoas, por si só, a procurarem conhecer os novos avanços na área de comunicação, temos promotores de Justiça que dominam os diversos usos do computador, freqüentam grupos de discussões, fóruns, blogs, trabalham em rede e fazem uso do Arquivo Eletrônico, da Intranet, do site institucional, e, mais recentemente, da plataforma MOODLE. Contudo, falta formatação científica para dar credibilidade a essas atividades para que as mesmas sejam vistas como uma ferramenta que possibilite a busca da solução dos problemas profissionais.

Para alterar esse quadro devemos chamar a atenção das pessoas para os fundamentos científicos que legitimam o uso das ferramentas digitais de interação na composição de ambientes de aprendizagens onde quem promove esta aprendizagem não é um instrutor, mas a emergência dos problemas, sendo que o articulador da dinâmica pedagógica é o próprio promotor.

O aprimoramento da prestação jurisdicional motiva esse trabalho, mas resolver questões como possibilitar ao promotor produzir e dividir conhecimentos com seus pares, eliminar das contas públicas pesados gastos com treinamento presencial, material impresso, prédios e funcionários para gerenciar arquivo morto, são resultados que servem diretamente à sociedade e motivam esse estudo.

Objetivos

Identificar situações de aprendizagens no ambiente das ferramentas digitais de interação em que diversos promotores de Justiça expõem e debatem problemas profissionais atuais. Dar formatação científica ao assunto para que possa ser despertado o interesse do Ministério Público em desenvolvê-lo.

Suposição e questões norteadoras

Os diversos usos das novas ferramentas se sobrepõe e criam uma situação de aprendizagem que pode ser aproveitada para o aprimoramento profissional dos promotores de Justiça.

1. Quais as teorias de cognição são aplicáveis nas suas diferentes dimensões bem como nos espaços virtuais?
2. Quais as ferramentas digitais podem ser identificadas e quais suas potencialidades?

3. Qual a realidade do uso das ferramentas digitais no cotidiano do Ministério Público?
4. Como os profissionais do Ministério Público concebem o uso das ferramentas digitais?
5. Quais situações de uso das ferramentas digitais levam os promotores a produzir novos conhecimentos?

Fundamentação teórica, metodologia e cronograma

(...) a pesquisa científica é uma atividade específica e especializada. Demanda de quem se propõe a desenvolvê-la uma certa vocação, um certo grau de renúncia às agitações da vida mundana e insubmissão às tiranias da vida prática, demanda curiosidade sincera pelo legado do passado e a vontade irrefreável de prosseguir; exige isolamento disciplinado e conseqüente capacidade para a solidão reflexiva, hábitos de vida muito específicos, ao mesmo tempo que abertura para a escuta cuidadosa e sempre difícil da alteridade, junto com a capacidade renovada de se despojar do conforto das crenças, quando isso se mostra necessário. Exige, ao fim e ao cabo, amor pelo conhecimento. Só esse amor pode explicar a docilidade do pesquisador aos rigores da ciência, especialmente aos rigores dos métodos. (SANTAELLA, 2001 p. 113)

No trabalho apresentaremos no primeiro capítulo as teorias de aprendizagem formadoras do nosso quadro de referências, baseadas em Piaget, Vygotsky e Ausubel, observando o processo de construção do conhecimento, a interatividade como elemento necessário a esse processo, e a produção de conhecimento espontâneo como pressuposto da produção do conhecimento científico.

A exploração de novas tecnologias de interação por meio de rede de computadores nos faz perceber que, além de aproximar colegas distantes, estávamos aproximando pessoas com interesses comuns para discutir temas criando espontaneamente o espaço de aprendizagem. O estudo deste ambiente etereamente formado pela somas das intencionalidades dos sujeitos envolvidos

exige resposta para questões como: Quais as características desse ambiente? Como se forma? O que procuram os sujeitos quando estão nele? O que encontram? De que forma tirar proveito deste espaço de aprendizagem para o aprimoramento profissional? Assim, buscando essas respostas estaremos caminhando no esclarecimento do problema delimitado.

A percepção da existência de um espaço de aprendizagem no ambiente virtual formado pela interação dos promotores mediante as diversas ferramentas digitais exige que o quadro teórico de referências que nos guiará seja o da aprendizagem. O estudo das teorias de aprendizagem que nos darão suporte para compreensão do problema é condição que deve inicialmente ser observada. Sob a luz dessas teorias prosseguiremos tratando as novas questões relativas aos ambientes virtuais de maneira descritivo-interpretativa, pois nos parece ser essa uma discussão inovadora sem abundantes subsídios teóricos específicos.

Método qualitativo de pesquisa

A identificação de um método de pesquisa se dá no ponto em que percebemos que iremos nos deparar com um foco de interesse amplo e uma análise interpretativa de dados. Também ressaltamos que nos vemos direcionados a obedecer a certos protocolos, tais como a delimitação e formulação claras de um problema, sua inserção em um quadro teórico de referência, a coleta escrupulosa de dados mediante questionários que darão validade científica ao trabalho. (SANTAELLA, 2001 p. 143)

O dinamismo característico da interação dos sujeitos inseridos nestes ambientes colaborativos, aliado a constante evolução das tecnologias de

interatividade, nos fez perceber que a pesquisa deste fenômeno exige a preponderância de um método de trabalho que reavaliasse seus rumos ao longo de seu caminho. Aliás, a opção por um método não é tarefa do pesquisador, mas o é a identificação do método exigido a partir do recorte do fenômeno a ser estudado. A melhor pesquisa não é aquela que mais se aproxima dos métodos das ciências naturais, mas sim aquelas cujo método é o mais adaptado ao seu objeto. (SANTAELLA, 2001 p. 186) Desta forma, identificar e compreender um espaço de aprendizagem espontânea dentro da dinâmica relação entre sujeitos, ambiente de aprendizagem e ambiente tecnológico somente é possível pelo contato direto e interativo do pesquisador com o fenômeno e da freqüente reavaliação das direções que devem ser tomadas. O método qualitativo se impõe como preponderante em nossa pesquisa, mas não exclusivo, conforme veremos adiante.

Enquanto estudos quantitativos geralmente procuram seguir com rigor um plano previamente estabelecido (baseado em hipóteses claramente identificadas e variáveis que são objeto de definição operacional), a pesquisa qualitativa costuma ser direcionada ao longo de seu desenvolvimento; além disso, não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise de dados: seu foco de interesse é amplo e parte de uma perspectiva diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos. Dela faz parte a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo. Nas pesquisas qualitativas, é freqüente que o pesquisador procure entender os fenômenos segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e a partir daí situe sua interpretação dos fenômenos estudados. (NEVES, 1996)

A identificação da necessidade da adoção de elementos qualitativos e quantitativos em determinadas fases da pesquisas decorre da constatação de que em dadas situações eles se complementam e trazem uma melhor compreensão do fenômeno em estudo. Mais uma vez percebemos que a dinâmica da relação sujeito, espaço de aprendizagem e espaço tecnológico, influencia no redirecionamento dos

rumos do pesquisador e sugere a observação da necessidade da coexistência dos métodos em certos instantes.

Pesquisas não-quantitativas exigem que sejam seguidos os mesmos passos das quantitativas, com a diferença de que a natureza interna desses passos difere de um tipo de pesquisa para outra. Embora não exista um padrão paradigmático a que as pesquisas não-quantitativas se ajustem, elas também dependem da observação, da coleta de dados, da análise dos dados coletados e de sua interpretação. Sem isso, a pesquisa fica sem chão, flutuando no ar. (SANTAELLA, 2001 p. 186)

Ao estudarmos este fenômeno estaremos nos valendo de métodos qualitativos de pesquisa, notadamente quanto aos dados numéricos, mesmo que analisados de forma qualitativa na medida em que a relação entre seus diversos componentes é dinâmica.

Enquanto estudos quantitativos geralmente procuram seguir com rigor um plano previamente estabelecido (baseado em hipóteses claramente indicadas e variáveis que são objeto de definição operacional), a pesquisa qualitativa costuma ser direcionada, ao longo de seu desenvolvimento; além disso, não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise dos dados; seu foco de interesse é amplo e parte de uma perspectiva diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos. Dela faz parte a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo. Nas pesquisas qualitativas, é freqüente que o pesquisador procure entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir, daí situe sua interpretação dos fenômenos estudados. (NEVES, 1996)

A questão sobre a qual nos debruçamos parte de uma situação específica que supomos ser singular em muitos aspectos. Trata-se de um fenômeno que se dá no meio jurídico, envolvendo promotores de Justiça que encontram solução para problemas profissionais interagindo no ambiente virtual proporcionado pelas ferramentas digitais. Essas peculiaridades justificam o caminho do estudo de caso caracterizado pela exploração e descrição. Procuraremos descobrir o que há de mais essencial e característico e, desse modo, contribuir para a compreensão do fenômeno. (PONTE, 1994 p. 2)

Estudo de Caso

Nos próximos capítulos identificaremos as ferramentas de interação virtual existentes no universo de atuação dos promotores de Justiça do Estado de São Paulo, procurando categorizá-las ao estabelecer relações entre indicadores percebidos durante a coleta de dados.

O estudo de caso é um estudo intensivo, exaustivo e profundo sobre um indivíduo, evento, instituição ou comunidade visando estabelecer relações entre indicadores relevantes para sugerir hipóteses explicativas de um fenômeno. (...) O interesse no caso é justamente naquilo que ele possui de particular e único, mesmo que posteriormente apresente certas semelhanças com outros casos. (RIZZINI, et al., 1999 p. 29)

Métodos e Técnicas de Coletas de Dados - Questionário padronizado

A adequada escolha de técnicas de coleta de dados pressupõe do pesquisador certo conhecimento e questionamento acerca do público a ser investigado, indagando-se sobre a adequação ou não de determinados métodos e técnicas de pesquisa (RIZZINI, et al., 1999 p. 61), assim escolhemos o questionário com partes padronizadas e partes abertas. O questionário padronizado mostra-se adequado por ser econômico no uso e permitir alcançar rápida e simultaneamente um grande número de pessoas sem a necessidade de entrevistas. A padronização das respostas assegura que os respondentes vejam as questões da mesma forma, facilitando a compilação e comparação quantitativa e qualitativa das respostas (LAVILLE, et al., 1999 p. 183). Também apresentamos algumas questões abertas e oferecemos espaço para o respondente escrever livremente.

A população em que ocorre o fenômeno a ser estudado é a de membros do Ministério Público usuários de ferramentas digitais digital. Integramos esta instituição e temos o necessário conhecimento para interagir em seu meio. O ambiente em

que esta população convive, dando origem ao fenômeno a ser estudado, é o da informática e, pelo fato de termos atuação nessa área junto a essa população, podemos compreendê-lo com a técnica necessária para identificar seus indicadores sem confundi-los com o fenômeno propriamente dito. O promotor de Justiça necessita aplicar conceitos científicos para chegar à solução de um problema e a aquisição destes conceitos tem início na interação dentro do ambiente virtual pela aquisição de conceitos espontâneos correlatos.

Métodos e Técnicas de Análise de Dados

A análise dos dados coletados através dos questionários ocorreu em três etapas. Primeiro organizamos os questionários e os resultados de forma a permitir uma visão geral das respostas. Em seguida procedemos à comparação das respostas buscando padrões que nos permitissem identificar tendências e recortar os conteúdos. Anexamos em mídia óptica as planilhas com os resultados na íntegra e suas representações gráficas.

A análise de resultados de uma pesquisa é um processo sistemático de busca e de organização visando obter maior compreensão dos materiais coletados e de torná-los compreensíveis ao maior número possível de pessoas. A análise envolve desde a organização do material coletado até a decisão do que vai ser transmitido aos outros e como. (RIZZINI, et al., 1999 p. 81).

Desta forma procuramos melhor compreender as respostas e estabelecer critérios de corte que atendessem os objetivos de nossa pesquisa permitindo agrupar os elementos obtidos em função de sua significação em relação às intenções da pesquisa. Para as respostas padronizadas recortamos em função das

estruturas sintáticas, e quanto as repostas abertas fizemos um recorte por temas identificando fragmentos que correspondessem a uma idéia em particular (LAVILLE, et al., 1999 p. 216). Decidimos manter em anexo o texto integral das respostas, com exceção, apenas, das informações que pudessem identificar os respondentes. Procuramos manter rigor nesta fase de análise de dados para evitar desvios na conclusão em função da errônea compreensão das respostas.

Considerações finais – fechar o círculo e abrir novos horizontes

Nosso projeto de pesquisa nasceu da necessidade de saber mais sobre em que medida a interação dos promotores de Justiça por meio das diversas ferramentas digitais faz surgir um espaço de aprendizagem que contribui para atualização dos conhecimentos. Ao concluir nosso trabalho repensamos essa questão à luz daquilo que nossa pesquisa trouxe e determinamos o alcance e os limites de nosso estudo. Percebemos a existência do espaço de interação e o uso do mesmo para busca de soluções a problemas profissionais.

Anotamos, também, que a aprendizagem constatada proporciona a aquisição de conceitos espontâneos correlatos com conceitos científicos aplicáveis na solução de problemas profissionais, e estes são adquiridos pelo que são aqueles adquiridos por meio do ensino, como parte de um sistema organizado de conhecimento. Assim, apresenta-se como questão a ser estudada o uso das ferramentas digitais de interação, buscando a formação de conceitos espontâneos, tendo como foco o aprimoramento profissional.



II. TEORIAS DA APRENDIZAGEM.

O Poder Judiciário tem como função resolver conflitos que surgem dentro das relações sociais. As constantes evoluções destas relações cobram das carreiras jurídicas constantes atualizações dos profissionais que as integram, contudo, o tradicional modelo de ensino acadêmico que tais pessoas conheceram se mostra ineficiente para esta tarefa. O professor que transmite conhecimentos e o livro como única fonte de pesquisa já não mais atendem a demanda por novos conhecimentos

e o profissional passa a buscar sua atualização através dos novos mecanismos cognitivos trazidos pelos avanços tecnológicos. Nesses novos espaços ele se depara com uma grande e complexa diversidade de conhecimentos. Conhecer esses mecanismos e compreender seu funcionamento na produção de conhecimentos é tarefa necessária e certamente deve ser feita à luz das teorias de aprendizagem.

Estamos em uma sociedade que aprende e se desenvolve de forma diferente daquela em que vivíamos há pouco tempo. Nesta era de incertezas, a tecnologia e a competitividade do mercado promovem profundas alterações na vida das pessoas e requerem rápidas adaptações por parte dos trabalhadores, de tal sorte que as gerações mais jovens devem estar preparadas para alterar a sua profissão diversas vezes ao longo da vida. Isso requer que as instituições existentes se mantenham abertas ao social, de forma a captar as novas tendências e assim promover a renovação necessária em suas estruturas e funções, adaptando-se rapidamente às exigências de uma nova época. (PEÑA, 2005)

Essas novas formas de ensinar e aprender que envolvem a multidisciplinaridade técnica e a cultura multifacetada toma o lugar do saber separado, fragmentado, compartimentado entre disciplinas e possibilitam a solução de questões polidisciplinares, transversais, e multidimensionais, exigindo a visão da globalidade e o enfrentamento de sua complexidade.

(...) Existe complexidade, de fato, quando os componentes que constituem um todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico) são inseparáveis e existe um tecido interdependente, interativo, e inter-retroativo, entre as partes e o todo, o todo e as partes. Ora, os desenvolvimentos próprios de nosso século e de nossa era planetária nos confrontam, inevitavelmente e com mais e mais frequência, com os desafios da complexidade. (MORIN, 1999 p. 14)

A necessidade de conhecimento diversificado afasta a idéia de que uma única teoria ou modelo de aprendizagem pode dar conta de todas essas situações e da presente tarefa de análise. A atual demanda de aprendizagem requer modelos de concepção múltipla, complexa e integrada, segundo a qual os seres humanos

devem fazer uso de diversos sistemas de aprendizagens, escolhidos em função das demandas dos diferentes contextos com quais se deparam, adequando-se as diferentes comunidades que integram.

Pois bem, diante de uma situação complexa de aprendizagem, em que o todo é composto de conhecimentos diversificados, devemos estar preparados para aplicar, a cada instante e de forma simultânea, diferentes teorias de aprendizagens. Os componentes da situação com que nos deparamos e a intencionalidade que norteará a busca do conhecimento determinarão quais e em que momentos cada uma das teorias serão mais requeridas.

As novas situações de aprendizagem que surgem no horizonte do aprendiz oferecem uma infinita diversidade de conhecimentos. O sujeito se vale destas situações para alterar seus percursos e aprender coisas novas. Neste amplo e livre modelo, a intencionalidade fica totalmente a cargo do aprendiz, deixando, num primeiro momento, na maioria das vezes, de atender as necessidades profissionais sentidas pelas instituições jurídicas. É nesse ponto que aqueles que se encarregam de trabalhar com o conhecimento cientificamente formatado devem atentar para o surgimento das novas situações de aprendizagem, analisando seus componentes básicos: *resultados*, também chamados conteúdos, que consistiriam no que se aprende, ou seja, a partir das características anteriores o que muda como consequência da aprendizagem; *processos*, ou como se produzem essas mudanças, mediante que mecanismos cognitivos, se refeririam à atividade mental da pessoa que está aprendendo que torna possível essas mudanças; e *condições*, ou o tipo de prática que ocorre para por em marcha esses processos de aprendizagem. (POZO, 2002 p. 67/68)

Sendo estas novas situações de aprendizagem complexas, o empirismo e o construtivismo são os grandes enfoques sobre a origem do conhecimento que proporcionam verdadeiras teorias psicológicas da aprendizagem a serem aplicadas (POZO, 2002 p. 42). Para que possamos nos situar sobre o tema devemos lembrar um pouco da história dessas teorias.

O racionalismo é a primeira teoria que se tem notícia, e aponta para a aprendizagem como tendo uma função limitada, pois nega aprendizagem de algo novo e admite a existência de um conhecimento inato que deve ser descoberto.

O empirismo, por sua vez, se opõe ao racionalismo e admite que a origem do conhecimento está na experiência sensorial que permite a formação de idéias a partir dos estímulos captados pelos sentidos. Em termos mais recentes podemos dizer que a aprendizagem se baseia na extração e associação de regularidades do mundo.

A importância da aprendizagem por associação em nosso trabalho está refletida no uso de uma interface associativa em um novo sistema de informática. Tal interface é algo que torna este sistema mais amigável e permite ao usuário compreendê-lo com rapidez, economizando esforço cognitivo para outras atividades.

Podemos identificar dois princípios básicos que constituem o núcleo das teorias de aprendizagens por associação, o princípio de correspondência e o da equipotencialidade. (POZO, 2002 p. 45)

Pelo princípio da correspondência, tudo que fazemos e conhecemos é reflexo da estrutura do ambiente e corresponde fielmente a realidade. Assim, aprender é reproduzir a estrutura do mundo e ensinar consiste em apresentar a realidade para que seja reproduzida pelo aprendiz.

Ao traçarmos o esboço de um arquivo eletrônico destinado ao armazenamento e consulta de textos, optamos por apresentar ao usuário uma interface composta dos elementos existentes nas interfaces já encontradas em seu trabalho. Além disso, para tornar intuitivo o ato de navegar dentro do arquivo eletrônico, dispensando treinamentos e evitando rejeições, estruturamos nosso arquivo reproduzindo a estrutura de pastas usadas no sistema operacional adotado pelos usuários. Desta forma, a associação por correspondência, permitiu que os usuários entrassem no novo ambiente sem se dar conta de que se estavam deixando os sistemas antigos.

No princípio da equipotencialidade, os processos de aprendizagens são universais, os mesmos em todas as tarefas e todas as espécies, cabendo ao instrutor a escolha do processo mais adequado a tarefa a ser feita. A complexidade da evolução cultural humana proporcionou o desenvolvimento de processos de aprendizagens típicos e a identificação desses processos para determinadas tarefas é algo que pode trazer muita ajuda.

Em nosso exemplo do arquivo eletrônico, tínhamos conhecimento de que todos os usuários já haviam colhido experiências comuns no sistema operacional adotado em nossa rede, desta forma decidimos usar um processo de aprendizagem que explorasse a potencialidade comum do grupo. Também sabíamos que cada usuário traria uma carga de experiência individual que poderia ser agregada a experiência comum, afastando a associação por equipotencialidade, mas apostamos na simplicidade da tarefa como sendo um argumento que poderia influenciar a escolha do usuário de lançar mão apenas da bagagem cultural comum ao grupo em face do sistema de aprendizagem apresentado. Felizmente foi o que aconteceu.

Os processos de aprendizagem estão ativos em todo momento, até mesmo sem necessidade de intervenção programada. Esta é uma forma de aprendizagem implícita ou incidental, que não requer um propósito deliberado de aprender nem uma consciência do que se está aprendendo, de forma que produz conhecimentos implícitos. Além dessa aprendizagem implícita, existem formas de aprendizagem explícitas, produtos de uma atividade deliberada e consciente, que costuma se organizar em atividades socialmente estruturadas. A aprendizagem explícita requer mais esforço e obtém resultados que não podem ser alcançados sem um propósito e sem alguém que guie esse processo. (POZO, 2002 p. 57)

Recentemente, uma ferramenta de comunicação tem tido bastante destaque dentre os promotores, os weblogs.

Em linhas gerais um weblog (ou blog, como também é comumente conhecido) pode ser descrito como um *website* extremamente flexibilizado com mensagens organizadas em ordem cronológica reversa e com uma interface de edição simplificada, através da qual seu autor pode inserir novos *posts* sem a necessidade de escrever qualquer tipo de código em HTML. Podemos dizer então que blogs são baseados em mecanismos (*Ferramentas Blog*) que facilitam a criação, edição e manutenção de uma página na *web*. (SILVA, 2003)

Num dos inúmeros blogs dirigidos a promotores de Justiça, tivemos uma discussão sobre um integrante da carreira que deveria responder a um processo crime por ter se envolvido em uma briga. Acontece que para poder compreender os aspectos jurídicos da discussão e opinar, o leitor do blog deveria se inteirar sobre as regras do foro privilegiado dos promotores e sobre a natureza processual dos atos dos desembargadores, da legítima defesa, etc. Imediatamente surgiram resumos, links, pareceres, indicações de livros, e inúmeras outras sugestões de mecanismos cognitivos com condições de acesso muito simplificadas e que poderiam trazer o resultado aprendizagem de forma implícita, já que a intensionalidade dos sujeitos

era discutir o caso concreto. Ora, certamente se tal resultado tivesse sido buscado pelos processos tradicionais, poucos, ou até mesmo nenhum, aprendiz se apresentaria. Entretanto, naquele criativo ambiente colaborativo, todos os participantes procuraram conhecer o trâmite de um processo de competência originária e a natureza jurídica dos atos praticados no Tribunal, para poderem opinar sobre a discussão central.

O bom aprender implica (1) uma mudança duradoura (2) e transferível para novas situações (3) como consequência direta da prática realizada.

Aprender implica mudar os conhecimentos e comportamentos anteriores. Assim, toda aprendizagem implica em um tipo de mudança, que pode variar de natureza, intensidade ou duração. A mudança relacionada à aprendizagem associativa produz a substituição de um comportamento por outro, ou conhecimento por outro. É uma mudança pontual, local, caráter reversível, e de duração limitada à manutenção da prática. Já aquelas relacionadas à aprendizagem construtiva têm características diferentes, pois seu efeito não é substituir, mas integrar esse comportamento ou idéia numa nova estrutura de conhecimento. Esta, em geral, tende a produzir resultados mais estáveis e duradouros.

A opção por uma ou outra dependerá das demandas concretas de cada situação de aprendizagem e das condições em que se possa realizar. (POZO, 2002 p. 62)

No exemplo acima, em que usamos o blog, a assimilação de um novo procedimento privilegiado em lugar do procedimento ordinário é uma alteração pontual, destinada apenas a possibilitar a participação no debate e que durará o quanto este durar. Contudo, esse novo conhecimento, se o aprendiz quiser, poderá

se agregar ao anterior e possibilitará uma melhor compreensão sobre o assunto. A natureza jurídica dos atos processuais do magistrado de primeiro grau poderá ser melhor compreendida, e, assim, discutida com mais propriedade, em vista do conhecimento da natureza jurídica dos atos processuais do magistrado em segundo grau. Esse aprimoramento do conhecimento durará indefinidamente e será irreversível, mesmo depois que a discussão no blog tenha terminado.

A transferência é uma das características centrais da boa aprendizagem. A função adaptativa está na possibilidade de poder se defrontar com situações novas, assimilando-as ao já conhecido.

Outro aspecto que deve ser ressaltado na experiência de aprendizagem é a prática como elemento primário do aprender, situação diferente da experiência de desenvolvimento ou maturação que tem na prática um aspecto secundário. Os objetivos perseguidos determinarão a ordem em que as situações práticas serão colocadas dentro de um determinado processo de aprendizagem.

Ao lembrarmos que todas essas considerações sobre a prática e a experiência do aprendiz, no caso dos promotores de Justiça, se referem a bagagem de conhecimentos anteriores que os acompanha no ambiente virtual cognitivo, nossa pesquisa nos remete a teoria de Ausubel quando diz que os conceitos são assimilados, através da instrução, a partir de conceitos previamente formados. O aprendiz imerso nesse ambiente se depara com situações de aprendizagem associativas ou significativas,

em muitos momentos da aprendizagem escolar ou extra-escolar, podem existir aspectos mnemônicos. A aprendizagem mnemônica, porém, vai perdendo gradativamente sua importância à medida que a criança adquire mais conhecimentos, já que ao aumentar tais conhecimentos se facilita o estabelecimento de relações significativas com qualquer material. (AUSUBEL *apud* POZO, 1998 p. 212)

Para ser alcançada uma aprendizagem significativa é necessário que o material a ser assimilado tenha significado em si mesmo, e que a pessoa que deve aprendê-lo tenha algum motivo para esforçar-se nessa direção, tenha motivação de alcançar o êxito e que tenha idéias com as quais possa se relacionar o novo material. Assim, para Ausubel,

A transformação do significado lógico em significado psicológico é sempre idiossincrático e é alcançado quando uma pessoa assimila um significado lógico (por exemplo um conceito científico) dentro de sua própria estrutura cognitiva individual. Em outras palavras, a aprendizagem significativa é produto, sempre, da interação entre um material ou uma informação nova e a estrutura preexistente. Em última instância, os significados são sempre uma construção individual, íntima, já que a compreensão ou assimilação de um material sempre envolve uma deformação pessoal do que foi apreendido. (AUSUBEL, 1973 *apud* POZO, 1998 p. 214)

A estrutura cognitiva individual, formada dentro de um modelo de ensino tinha como fundamentos psicopedagógicos que aprender é adquirir conhecimento, de fora para dentro, por meio de um professor transmissor, pressupondo um aluno passivo diante do conhecimento, se mostra insuficiente para atender a demanda de um mundo que exige que o indivíduo possa tomar decisões próprias e seja capaz de assumir responsabilidades frente à solução de problemas complexos. Tal indivíduo necessita desenvolver a capacidade de aprender a aprender (ALONSO, 2003 p. 26), para fugir da hiperespecialização que o impede de ver o global e conseguir solucionar problemas multidimensionais, conquistando a habilidade de contextualizar e englobar os saberes. (MORIN, 1999 pp. 14,15)

As visões mais simplificadas desse conceito não encontram sustentação hoje, por trabalharem com uma visão fragmentada do conhecimento, produto do desenvolvimento científico moderno e da especialização cada vez maior que se seguiu a essa divisão. Contrapondo-se a essa tendência surgem as teorias holísticas que se propõem a estudar o homem em sua totalidade dentro do universo cósmico, ou ainda as tendências ditas “ecológicas” cuja ênfase é colocada na relação do ser com o seu ambiente. Uma tendência bastante aceita, entretanto, é aquela que procura compreender o homem no contexto sócio-cultural de uma sociedade altamente complexa que requer dele capacidades totalmente distintas das que estava habituado a utilizar e que lhe possibilitavam uma boa interação com seu ambiente. (ALLEGRETTI, 2003 p. 40)

O sujeito inserido no ambiente profissional moderno moldado pela complexidade do mundo atual deve aprender de maneira não linear ao se deparar com uma nova informação multidisciplinar, estabelecendo conexões com seu conhecimento prévio para produzir novos conhecimentos. (TAVARES, 2007 p. 2)

Ao traçar seu próprio caminho dentro de um espaço de aprendizagem e interativo o sujeito espera poder distribuir as informações que considera importante, em detrimento de outras consideradas irrelevantes. O que aprender é decisão individual tomada em razão de sua representatividade cultural. A estrutura em rede do mapa de conhecimentos encontrado no ambiente virtual reflete aspectos típicos da cognição humana, tendo como característica essencial a flexibilidade na modelagem de fenômenos cognitivos. (AMORETTI, et al., 2000)

A informação não representa o fim, a verdade encerrada, e sim um conceito problemático que deve estar contextualizado, relacionando-se a outras informações para se constituir enquanto conhecimento, e o que fica evidente é que estas relações dependem do sujeito, de seus processos cognitivos, pois ele é o ator central da aprendizagem (ALLEGRETTI, 2003 p. 53)

A interatividade entre os sujeitos numa relação que resulta em produção de conhecimento é um elemento que deve ser observado no correr de nosso trabalho. Conforme vimos, os processos de aprendizagem estão ativos em todo momento como uma forma de aprendizagem implícita ou incidental (POZO, 2002 p. 57), o que significa que o usuário de uma ferramenta digital que lhe permite interagir com os demais, tendo contato com as idéias e informações que estes lhe apresentam, está inserido numa situação de aprendizagem incidental. A relação entre os sujeitos é elemento constitutivo deste processo de aprendizagem de conceitos espontâneos desenvolvidos durante a interação. A aprendizagem desperta processos internos de

desenvolvimento que só podem ocorrer quando o indivíduo interage com outras pessoas. (OLIVEIRA, 1992 p. 24)

O processo de formação de conceitos até aqui discutido refere-se aos conceitos “cotidianos” ou “espontâneos”, isto é, aos conceitos desenvolvidos no decorrer da atividade prática da criança, de suas interações sociais imediatas. Vygotsky distingue esse tipo de conceito dos chamados “conceitos científicos”, que são aqueles adquiridos por meio do ensino, como parte de um sistema organizado de conhecimento (...) (OLIVEIRA, 1992 p. 31)

A aquisição de conceitos científicos, que efetivamente proporcionarão a solução de problemas profissionais, tem como pressuposto a aquisição de um conceito espontâneo correlato obtido pela interação dos indivíduos. É preciso que o desenvolvimento de um conceito espontâneo tenha alcançado certo nível para que se dê a absorção de um conceito científico correlato. (Vygotsky, 1989, apud OLIVEIRA, 1992 p. 32)

São com essas idéias que poderemos proceder a análise das ferramentas digitais e identificar nas situações de aprendizagens em que usadas a informação nova e a estrutura preexistente. Analisaremos as atuais ferramentas na busca de reconhecer o espaço que oferecem, categorizando-o com as teorias de aprendizagem aqui discutidas.



III. AMBIENTE VIRTUAL E FERRAMENTAS DE INTERAÇÃO

O próximo passo para responder as questões norteadoras desta dissertação é compreender quem são os sujeitos envolvidos nesse estudo, quais as características do ambiente virtual em que eles interagem, e quais ferramentas usam nessa atividade.

Os promotores de justiça têm como fonte de conhecimento tradicional as publicações escritas, adquiridas com recursos próprios. Nas poucas oportunidades presenciais que lhes são oferecidas desenvolvem uma relação cognitiva instrucional com seus tutores, herdada dos tradicionais bancos acadêmicos, ao atuarem como

sujeitos contemplativos que assimilam o conhecimento que lhes é apresentado de forma dirigida e linear.

Nesse ponto é bom salientar que o Ministério Público deixava a cargo dos promotores a iniciativa e os gastos relacionados com a aquisição de material de atualização profissional escrito. Reconhecendo a necessidade de assumir esse ônus adotou, primeiramente, as ferramentas digitais como meio de propagação de informações através de um site institucional e o uso do email oficial. Somente nesse ano de 2009 é que se discute a aprovação de um projeto de Lei que prevê a possibilidade de reembolso das despesas efetuadas com a aquisição de material escrito de atualização profissional, mas, ainda se especula, com certo descrédito, sobre a possibilidade desta verba poder ser aplicada na aquisição de equipamentos de informática. Vemos, assim, que existe certa resistência em aceitar o meio digital como ferramenta de atualização profissional.

Os promotores, pelo que percebemos, já não têm nos livros a única forma de atualização. Assimilaram o ambiente virtual com uma relação distinta daquela que travavam com as fontes presenciais, pois suas novas fontes ganham diversidade e complexidade, permitindo que diferentes caminhos possam ser escolhidos para chegar a diferentes universos. É o próprio promotor navegante no ciberespaço que escolhe o caminho e coleta a informação que lhe parece mais atraente, de forma a permitir uma construção cognitiva autêntica e pessoal.

Por intermédio de instrumentos materiais (tela, *mouse*, teclado) e imateriais (linguagem de comando), o receptor transforma-se em usuário e organiza sua navegação como quiser em um campo e possibilidades cujas proporções são suficientemente grandes para dar a impressão de infinitude. Os programas interativos ainda oferecem ao navegador a possibilidade de mudar de identidade e de papel numa multiplicidade de pontos de vista. Os programas são formas de elaborar pensamentos e levam o usuário a incorporar identidades geradas no ciberespaço.

O que se tem aí, portanto, não é só um tipo de interatividade interpessoal mediada pela máquina, mas também uma interatividade transindividual, em que a personalidade do cibernauta se pulveriza em tramas infinitas de nexos e passagens por situações e sítios virtuais, nos quais emissor e receptor perdem seus limites definidos para ganhar uma face plural, universal, global. (SANTAELLA, 2004 p. 163)

O promotor em seu gabinete de trabalho tem à sua disposição livros e textos em os autores impõem seus conhecimentos sem abrir espaço para qualquer reflexão crítica. Não cabe neste espaço o questionamento das idéias do escritor, ficando ao leitor o papel de agente passivo diante do conhecimento que é apresentado linha após linha, página após página, num caminho rigidamente traçado que não permite desvio e que o leva a conclusão esperada pelo autor.

No ambiente virtual o comportamento é outro. O promotor navega por diferentes sites, atravessa distintos nós de informação, traça seu próprio caminho muitas vezes sem sequer ter um objetivo claro, mas apenas pelo prazer de conhecer novas idéias e chegar a lugares inusitados que dizem respeito apenas a seu íntimo interesse e satisfazem a sua curiosidade.

A linearidade, que teve data de nascimento – o aparecimento da escrita – e papel determinante no pensamento ocidental, tem agora, nesta nova interface, o momento de seu declínio, agora que ler é mergulhar nas malhas da rede, é perder-se, é libertar-se dos caminhos proibidos, que o monologismo havia colocado em segundo plano. Sem margens, sem início, nem fim, sem percurso estabelecido por antecipação, cada texto termina com a abertura para outras mensagens. O fim é o próprio *link*. Se a marca do início determina a forma de construção da narrativa, poderíamos dizer que, sem um princípio único, várias narrativas seriam possíveis – todas aquelas construídas pelo leitor, como protagonista de uma construção em que o *ouvinte* trabalha os fios e tece a narração seguinte. (RAMAL)

É nesse ambiente multidimensional que ele encontra a possibilidade de extrapolar os limites previstos em seus livros e textos que o impedem de chegar a conclusões diferentes daquelas inicialmente pretendidas.

Não é tampouco um leitor contemplativo que segue as seqüências de um texto, virando páginas, manuseando volumes, percorrendo com passos lentos a biblioteca, mas um leitor em estado de prontidão, conectando-se entre nós e nexos, num roteiro multilinear, multissequencial e labiríntico que

ele próprio ajudou a construir ao interagir com os nós entre palavras, imagens, documentação, músicas, vídeo etc.

Trata-se, na verdade, de um leitor implodido cuja subjetividade se mescla na hipersubjetividade de infinitos textos num grande caleidoscópio tridimensional onde cada novo nó e nexos pode conter uma outra grande rede numa outra dimensão. Enfim, o que se tem aí é um universo novo que parece realizar o sonho ou alucinação borgiana da biblioteca de Babel, uma biblioteca virtual, mas que funciona como promessa eterna de se tornar real a cada “clique” do mouse. (SANTAELLA, 2004 p. 33)

A multidimensionalidade caracterizadora da navegação no ciberespaço aponta para um infinito florescer de subculturas virtuais por todos os espaços da rede, o que torna impossível mapear e categorizar todas as espécies e subespécies. Acontece que um traço comum a qualquer atividade humana que resulta na produção de um conhecimento, e aqui também está a navegação na rede, é que a participação do sujeito implica investimento de tempo, paciência e compreensão de coisas novas.

Assim, para que o projeto de navegação consiga motivar o sujeito deve preencher uma necessidade que lhe dê o incentivo necessário para pertencer a um ambiente que é construído e compartilhado por todos aqueles ligados por interesses comuns. (COSTA, 2003 p. 58).

Se pensarmos que as comunidades criam mundos próprios, percebemos que é essa atividade cotidiana – que abrange a publicação de textos, a indicação de links, a produção de questões e a expectativa de receber uma resposta não se sabe de quem, a ida e vinda de mensagens, enfim – o que cria, pouco a pouco, um mundo próprio de significação povoado por seres virtuais: idéias, conceitos sentidos. O objetivo maior está na sensação de pertencer a um ambiente que todos constroem e compartilham. (COSTA, 2003 p. 71)

As formas de comunicações evoluíram desde o invento do alfabeto e isso acarretou uma transformação qualitativa da comunicação humana possibilitando a infra-estrutura mental para a comunicação cumulativa, baseada em conhecimento registrado por um discurso racional. (CASTELLS, 2006 p. 413).

Na medida em que a escrita exerceu uma grande alteração no registro científico, afastou desta expressão outras formas de comunicação. Manuel Castells acrescenta que a nova ordem alfabética separou a comunicação escrita do sistema audiovisual de símbolos e percepções, tão importantes para a expressão plena da mente humana, e Lucia Santaella observa que a cultura do livro impresso reinou soberana durante pelo menos quatro séculos. Salienta, ainda, que somente com a multiplicação crescente dos meios de produção de linguagem é que a hegemonia da cultura livresca perdeu espaço. (SANTAELLA, 2005 p. 390).

Desde as primeiras linhas de textos em monitores de fósforo verde até as comunidades virtuais como o ORKUT² e Second Life³, algumas características foram fundamentais para a aceitação do novo ambiente pelos usuários. A facilidade de uso e a interatividade deram a base para o desenvolvimento de novas tecnologias destinadas a comunicação em massa.

A análise do fenômeno das redes de comunicação contemporâneas ressalta como características o trabalho imaterial e voluntário, a participação e o envolvimento, o sistema de gerenciamento de informações orgânico (em rede não hierárquica), a cooperação e a parceria. (ANTOUN, 2004).

Em análise bastante próxima Castells alinha cinco características da revolução tecnológica da informação e diz que são tecnologias para agir sobre a informação, a penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias, a configuração topológica como lógica de rede, a flexibilidade de reorganização de componentes, e

² www.orkut.com

³ www.secondlife.com

a crescente convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado. (CASTELLS, 2006 p. 108)

A já citada diversidade de expressões virtuais no ciberespaço também traz dificuldade de estabelecer categorias para caracterizar cada grupo, especialmente porque o dinamismo e a amorfia são características essenciais desses grupos. Entretanto, a simples observação pode nos dizer que os promotores compõem um grupo que compartilha, participa, interage e preenchem uma necessidade quando estão navegando conjuntamente por áreas específicas da rede como portais, blogs, sites, e bancos de dados, criados e mantidos por eles próprios. O grau de incidência de cada uma dessas características é que poderá dizer se podemos chamar esse grupo de rede pessoal, rede social, rede de parceria, ou comunidade virtual.

Os usuários da Internet ingressam em redes ou grupos *on-line* com base em interesses em comum, e valores, e já têm interesses multidimensionais, também os terão suas aflições *on-line*. Não obstante, com o passar do tempo, muitas redes que começam como instrumentais e especializadas acabam oferecendo apoio pessoal, tanto material quanto afetivo, como aconteceu, por exemplo, no caso da SeniorNet, para idosos, ou no caso da Systems, rede de cientistas da computação do sexo feminino. Assim, parece que a interação via Internet é tanto especializada/funcional quanto ampla/solidária, conforme a interação nas redes amplia seu âmbito de comunicação. (CASTELLS, 2006 p. 444)

Outro ponto de interesse é compreender o que representa o grupo de promotores de Justiça quando abrem mão da leitura solitária e direcionada a um fim pré-estabelecido e passam a compartilhar interesses comuns no ambiente virtual criando um lugar aberto para poderem manifestar seus pensamentos e optar por outras formas de linguagens.

Dentro desse grupo o promotor encontra espaço que não dispunha para se manifestar e delinear seu perfil, para ter uma identidade que componha o mosaico

de identidades do grupo do qual participa. As diversas peças desse mosaico estão firmadas umas as outras em função do objetivo comum ao grupo, das normas de convivência que se estabelecem, da percepção da totalidade que o grupo representa e a satisfação de interagir com outros usuários com os quais se identifica.

Desde o nascimento, o indivíduo participa de diversos grupos, buscando sua identidade individual de acordo com suas necessidades básicas, desejos, identificações, valores, capacidades, etc., procurando a formação de uma identidade social que evolua de acordo com sua participação dentro dos grupos (família nuclear, escolas, trabalho, grupos espontâneos, etc.). Dessa forma, Zimerman (1997) afirma que "o individual e o social não existem separadamente, eles se diluem, se interpenetram, se complementam e confundem se entre si". Destaca que a definição de grupo é vaga e imprecisa, mas afirma que todo indivíduo é um grupo, na medida em que possui um mundo interno que possui personagens introjetados, que convivem e interagem entre si; e todo grupo pode possuir individualidade que o caracterize. Como o grupo é uma combinação de seus componentes, e não, simplesmente sua soma, os fatores intra e intersubjetivos afetam sua existência. (LIMA, et al., 2005 p. 163)

Essa concentração de pessoas em ambientes virtuais e a manifestação de uma infinidade de interesses motivaram Howard Rheingold a cunhar o conceito de comunidades virtuais⁴, para caracterizar essas comunidades em rede construídas através do ciberespaço. (RHEINGOLD, 1998)

Ferramentas de interação usadas e categorias de análise.

O desenvolvimento tecnológico da Internet visando à facilidade de uso e a interatividade propiciaram o desenvolvimento de novas tecnologias destinadas a comunicação dos milhões de usuários. Algumas dessas ferramentas foram assimiladas pelos promotores como forma de romperem o isolamento imposto pela distância entre suas sedes de atribuições e pela falta de mecanismos de

⁴ A comunidade virtual é formada por grupos de discussão e produção de conhecimento temático que desenvolvem a interação e a conversa no ciberespaço por uma larga duração de tempo, gerando familiaridade, camaradagem e amizade entre os membros do grupo, podendo ultrapassar os limites da Internet e se estenderem para atividades e encontros no espaço social geográfico. Cf. RHEINGOLD, H. (1993) *The Virtual Community: Homesteading on the Electronic Frontier*, Nova York: Harper Collins. Endereço eletrônico em: <http://www.rheingold.com/vc/book/> aceso em 13/05/2008.

aperfeiçoamento profissional que atendessem a demanda imposta pelo aumento da complexidade das relações jurídicas.

Para a finalidade de nosso estudo elegemos as seguintes categorias para análise das ferramentas:

a) Interatividade. Esta categoria nos permite identificar o grau de participação do receptor de uma mensagem. A possibilidade de reapropriação e de recombinação material da mensagem por seu receptor é um parâmetro fundamental para avaliar o grau de interatividade da ferramenta (LÉVY, 1999 p. 79). Mesmo nas ferramentas com menor grau de participação do receptor, como o email os sites institucionais, este decodifica e interpreta a informação de forma única e pessoal, daí porque vemos interatividade mesmo nestas ferramentas. Esta aproximação entre receptor e transmissor, decorrente da apropriação e personalização da informação, pode trazer a base para o surgimento de um ambiente de aprendizagem.

O *estar junto* virtual, também denominado aprendizagem assistida por computador - AAC, explora a potencialidade interativa das TIC propiciada pela comunicação multidimensional, que aproxima os emissores dos receptores dos cursos, permitindo criar condições de aprendizagem e colaboração. (ALMEIDA, 2003 p. 3)

A interatividade proporcionada pelas ferramentas digitais permite a promotor acessar informações à distância, em caminhos não lineares, realizando ações colaborativas (SANTAELLA, 2004 p. 165), ainda que de forma não intencional, como uma forma de aprendizagem implícita ou incidental (POZO, 2002 p. 57).

b) Identificação do usuário, pois o ambiente que exige do usuário sua identificação vincula sua participação a sua imagem profissional. Assim, sabendo que sua imagem poder ser afetada pelo seu tráfegar na rede o usuário identificado o fará com mais cautela, de forma medida, menos livre e menos criativa, opinando

apenas nos assuntos que puder se destacar e evitando discussões que possam de alguma forma alterar seu perfil profissional de forma que ele considere negativa. O espaço que se forma entre os diversos usuários de um ambiente virtual possibilita a discussão de infinitos temas envolvendo diversas disciplinas. Nesse ambiente caracterizado pela profusão cultural pode ser assustador se expor para comentar assuntos que não domina, ou mesmo manifestar opiniões que possam desagradar terceiros. Por outro lado, a identificação do usuário pode ser algo buscado para se aferir a confiabilidade da informação recebida, ou mesmo para esclarecer a autoria da informação enviada.

c) Objetivo. A ferramenta virtual é concebida para uma determinada finalidade que determina o instrumental técnico que a faz funcionar. Um mensageiro instantâneo deverá possibilitar dinamismo entre as troca de mensagens curtas, por outro lado, um fórum deverá possibilitar a elaboração de mensagens estruturadas e até mesmo com anexos⁵. O objetivo da ferramenta e suas características técnicas acabam por influenciar no comportamento dos usuários modificando a forma de atuação de cada um. Temas que mereçam discussões aprofundadas dificilmente poderão ter lugar num blog, pois esta ferramenta se destina a rápida apresentação de informações que pode ser objetos de comentários breves. Por outro lado, os grupos de discussões se apresentam como local propício ao debate aprofundado de temas específicos oferecendo espaço para mensagens longas, depósito de arquivos, elaboração de páginas web e imagens.

⁵ Durante as aulas do curso de mestrado do TIDD na PUC/SP um dos alunos observou que criou um fórum de discussões na faculdade onde era professor voltado aos alunos de graduação da área de informática, sendo que as mensagens eram limitadas, por padrão do software, a 50 palavras, mas esse limite jamais causou problemas. Posteriormente, o software foi aproveitado para a turma da faculdade de Direito e a primeira reclamação foi justamente o pouco espaço para escrever, obrigando os usuários a dividirem suas mensagens em várias partes .

- d) Natureza da infra-estrutura. A percepção de “quem está por traz” da manutenção e gerenciamento do conteúdo da ferramenta é algo que determina o grau de liberdade do usuário em expor suas idéias. Uma crítica institucional, por exemplo, não encontraria lugar no site informativo da própria instituição, ao passo que despertariam interesse num ambiente informal como um blog gerenciado por alguém que não represente a hierarquia profissional.
- e) Atualização do conteúdo afeto aos interesses dos usuários. Este é o grande chamariz das ferramentas. Os blogs são bastantes populares porque possibilitam a rápida circulação de novas informações entre os usuários. Estes, por sua vez, se vêem interessados em contribuir com experiências próprias e acabam formando uma rede de informação de temas atuais e diversos, satisfazendo o gradiente de interesses dos leitores.
- f) Produção de conhecimento. A percepção do usuário quanto a este ponto, e se este é um dos fatores motivadores do uso das ferramentas de interação, é questão que deve ser previamente esclarecida, pois isto permitirá analisar a questão a luz das teorias de aprendizagem, em especial para determinar se ocorre a aquisição de conceitos desenvolvidos no decorrer da atividade prática.

Sites institucionais.

Os sites institucionais, e nesta categoria estão o site do Ministério Público do Estado de São Paulo – MPESP (www.mp.sp.gov.br), Associação Paulista do Ministério Público – APMP (www.apmp.com.br), Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJSP (www.tj.sp.gov.br), Associação Nacional dos Membros do

Ministério Público – CONAMP (www.conamp.org.br), são um conjunto de páginas web que trazem informações sobre as instituições que os mantêm.

Este tipo de ferramenta tem conteúdo delimitado pelo perfil da instituição e é previamente avaliado e autorizado por alguém que detenha autoridade de decisão e divulgação das informações institucionais. O site do MPESP traz informações diárias sobre a atuação institucional, material de consulta, e oferece serviços administrativos aos usuários.

O site institucional é preponderantemente um espaço de consulta com conteúdo previamente selecionado. O promotor de Justiça encontra no site do Ministério Público o Diário Oficial eletrônico, teses de recursos especiais aprovadas pela Procuradoria Geral de Justiça, informações administrativas, atos normativos e links a outros sites. No ano de 2008 foi incluída no site a ferramenta de mensagens instantâneas com acesso restrito aos promotores de Justiça devidamente identificados pelos seus logins institucionais. Toda atividade dentro do site institucional, assim como na rede do Ministério Público, é monitorada e gravada para futura referência e controle.

O site apresenta pouca interatividade e não é possibilitado ao usuário interferir no conteúdo, de forma que isso acaba funcionando como uma referência de segurança da fonte da informação. Existem duas formas de acesso, a pública com informações genéricas, e a reservada com informações acessíveis apenas aos promotores que se identificam com nome e senha. O site é mantido exclusivamente pela instituição e seu conteúdo provém dos órgãos por ela controlados que o atualizam esporadicamente.



Figura 2 - Site do MPESP em www.mp.sp.gov.br



Figura 3 - Site Institucional da APMP

Sistema de Movimentação de Autos – SMA

O sistema de movimentação de autos do Ministério Público foi concebido para ser um sistema de protocolo e registro de dados de documentos que entram, circulam e saem na instituição. Somente funcionários e promotores autorizados podem acessá-lo, após lhes ser concedido um nível de segurança compatível com suas atividades. A consulta dos promotores autorizados a este sistema consiste no cruzamento de informações como nomes de testemunhas, réus, indicados, vítimas, etc. Tal cruzamento visa saber se eles participam de outros processos ou inquéritos policiais. Esta consulta é um primeiro passo no serviço de inteligência que busca determinar tendências dos participantes nos processos e estabelecer os nós da rede de conhecimentos destas pessoas.

A interface do sistema é pouco intuitiva e dificulta o acesso do usuário sem treinamento. A alimentação ou alteração dos dados somente pode ser feita por aqueles que detenham o nível de segurança adequado, assim, outro usuário somente pode consultar tais dados sem ter acesso a alterações. A identificação do usuário é um passo necessário para ser feito o login, o que garante confiança e a confidencialidade dos dados armazenados.



Figura 4 - Tela de Login do SMA na Intranet do MPESP

Moodle - Cursos a Distância da ESMP

Os Ambientes virtuais de aprendizagem são os "ambientes" ou "locais" no ciberespaço que reúnem recursos e ferramentas objetivando o desenvolvimento de atividades de ensino e aprendizagem utilizando a Internet. Os ambientes caracterizam-se por possuírem componentes computacionais e pedagógicos. Na verdade, os ambientes virtuais de aprendizagem são sistemas computacionais - ou plataformas- desenvolvidos por empresas ou instituições de ensino que permitem: o gerenciamento de cursos ou atividades; o acompanhamento da trajetória dos alunos durante o curso; a publicação de conteúdos, atividades e avaliações; o acesso aos conteúdos; a reunião de alunos e professores em turmas e a utilização de diversas ferramentas digitais e outras funcionalidades.

O componente pedagógico refere-se à abordagem educacional que norteia o desenvolvimento e a aplicação do sistema computacional, refletindo direta ou indiretamente nas características e possibilidades de uso pedagógico. (www.cursosonline.cogeae.pucsp.br_edp_507_1_5_modulos_mod3.2a-.pdf, acesso

em 27/04/2006). Estes ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) devem ter um alto grau de interatividade entre os usuários para permitir a troca de conhecimento e a constante atualização e diversificação do conteúdo. Além da aprendizagem implícita proporcionada pela interatividade, exploram-se aqui, formas de aprendizagem explícitas, produtos de uma atividade deliberada e consciente, que costuma se organizar em atividades socialmente estruturadas. A aprendizagem explícita requer mais esforço e obtém resultados que não podem ser alcançados sem um propósito e sem alguém que guie esse processo. (POZO, 2002 p. 57)

A Escola Superior do Ministério Público – ESMP, usa em seus cursos à distância a plataforma de nome “Modular Object Oriented Dynamic Learning Enviroment – Moodle” (<http://moodle.com>), contudo, outras plataformas são amplamente usadas por outras instituições e com resultados semelhantes (e-proinfo, <<http://www.eproinfo.mec.gov.br>; TelEduc, <http://www.nied.unicamp.br>).

Algumas das atividades realizadas pela ESMP nessa plataforma são:

- a) Fórum Permanente sobre Execução Penal, tendo como público-alvo os Promotores que atuam em Execução Penal;
- b) Curso “Do Fórum à sala de aula”, tendo como público-alvo os Membros do Ministério Público e os Bacharéis de Direito que tiverem interesse em cursá-lo;
- c) Curso “Alterações do Código de Processo Penal”, destinado aos Promotores de Justiça que atuam na área criminal;

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional
Escola Superior do Ministério Público

Você ainda não fez o acesso (Acesso)
Português - Brasil (pt_br)

Calendário
novembro 2008

Novidades
Como fazer um curso na Escola Virtual?
por Admin User - sexta, 9 maio 2008, 14:56

Os cursos da Escola Virtual são divulgados no site www.esmp.sp.gov.br para que o público-alvo possa se inscrever. Preenchido o número de vagas, é fornecido o código do curso para os participantes se cadastrarem nesta Plataforma. Não adianta, pois, preencher o cadastro neste espaço se não se inscreveu nos cursos oferecidos no site.

Categorias de Cursos

Adaptação	2
Eventos Pontuais	12
Pós-graduação	2
Extensão	8

ESCOLA VIRTUAL
O CEA-F-ESMP ao Alcance de Um Clique

Centro de Estudos do Ministério Público de São Paulo

Aperfeiçoamento e Capacitação dos Membros, Servidores e Estagiários do Ministério Público Paulista

Complementação aos Cursos de Pós-graduação lato sensu (Especialização e Extensão)

Complementação aos Cursos Pontuais

Usuários Online
(últimos 5 minutos)
Nenhum

Você ainda não fez o acesso (Acesso)

moodle

Figura 5 - Tela de login da ESMP virtual em <<http://esmp.sp.gov.br/moodle/index.php>>

Intranet das Promotorias Criminais da Capital

Uma intranet é uma rede privada de dados que possibilita a troca de informações e que oferece serviços de forma muito mais vantajosa em termos de custo valendo-se da tecnologia de transmissão da rede previamente instalada.

O termo “intranet” começou a ser usado em meados de 1995 por fornecedores de produtos de rede para se referirem ao uso dentro das empresas privadas de tecnologias projetadas para a comunicação por computador entre empresas. Em outras palavras, uma **intranet** consiste em uma rede privativa de computadores que se baseia nos padrões de comunicação de dados da Internet pública. (BENETT, 1997 p. 4)

Nossa base experimental desta plataforma teve início no Ministério Público em 1994 quando na Promotoria de Justiça Criminal de Osasco instalamos o sistema de comunicações BBS HABEAS DATA. Naquela ocasião poucos eram os recursos oferecidos pela instituição, assim, o equipamento (um computador XT) e o software

(RemoteAccess, disponível em <http://www.rapro.com/>) eram custeados pelo operador. O sistema rodava em ambiente DOS e a interface era textual.

Remote Access (RA) é um software para gerir uma **BBS** (sigla de *Bulletin Board System*), visto por muitos como o antecessor da [internet](#) comercial. Funcionava sob plataforma [MSDOS](#) e possuía um visual baseado em textos e caracteres no padrão [ANSI](#) e/ou [AVATAR](#) (disponibilizando algumas cores e gráficos). Foi bastante usado no Brasil na década de 90. (Wikipedia, 2007)

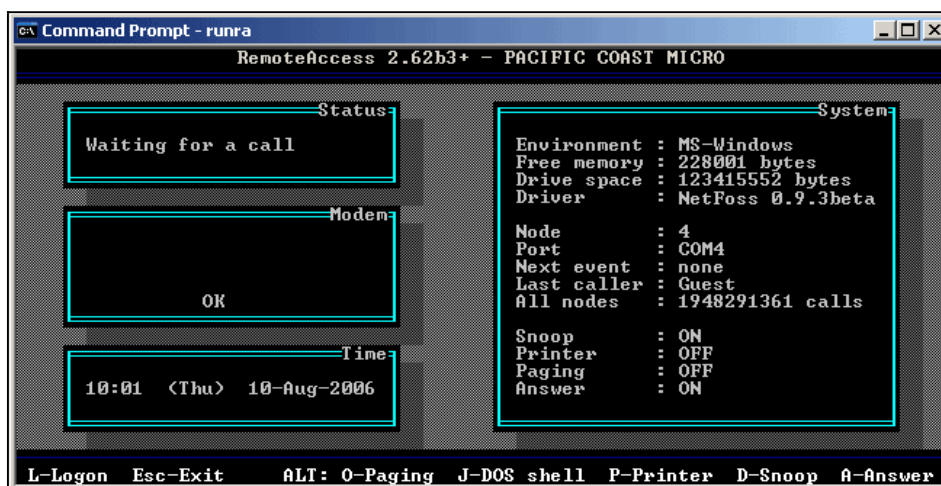


Figura 6 - Tela de espera do Sysop

A BBS funcionava apenas no período noturno usando uma linha telefônica emprestada pelo Poder Judiciário na Comarca de Osasco. Em 11/06/1994 a Procuradoria Geral de Justiça publicou no Diário Oficial a notícia sobre o funcionamento do sistema informando aos promotores de Justiça que a

Habeas Data BBS é um centro de atividades informatizadas que tem como objetivo a troca de informações entre membros do Ministério Público. O acesso deve ser feito através de um computador qualquer equipado com um modem (que é um dispositivo de comunicação). A conexão deve ocorrer entre as 20:00 e as 02:00 horas diariamente pelo telefone (011) 701-7349. Este sistema permite a troca de mensagens entre os usuários, estabelecendo um correio eletrônico e um fórum de debates de assuntos atinentes a carreira. Além disso, funciona como uma biblioteca eletrônica onde o usuário pode encontrar modelos de peças processuais, jurisprudências, atos normativos ministeriais, e assentos de todos os órgãos do Ministério Público, trabalhos específicos e contribuições diversas da APMP, dos órgãos de administração e execução do Ministério Público, e do Tribunal de Justiça. O usuário pode receber para dentro de seu computador, via linha telefônica, todo esse material, e, em especial, enviar à Habeas

Data BBS os arquivos que deseja compartilhar com os demais colegas.
(MPESP - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1994)⁶

A precariedade dos meios de comunicação naquela época era tanta que recebemos diversos ofícios narrando dificuldades de acesso. Seleccionamos alguns trechos:

(...) agradeço a atenção de Vossa Excelência e em data oportuna poderá haver contato para integração, mas no momento não é possível ante a inexistência de linha telefônica disponível para a conexão. (Ofício 155/94, Joel Valente, Juiz de Direito, Comarca de Espírito santo do Pinhal).

(...) esclareço a Vossa Excelência que estou assumindo atualmente ambas as Promotorias de Justiça de Ibiúna, inexistindo por ora computador disponível para acesso ao sistema em questão, aguardando-se pois melhor oportunidade que se efetive a conexão desejada. (Ofício PJI/Ministério Público 22/94, Nilberto Bulgueroni, 2º Promotor de Justiça de Ibiúna).

A notícia da existência de uma BBS despertou interesse em distantes localidades como Jales (Ofício 107/94, Eduardo Henrique de Moraes Nogueira, Juiz Diretor do Fórum), Limeira (Ofício 273/94, Juscelino Batista, Juiz de Direito da 2ª Vara) e Guarulhos (José Luiz Germano, Juiz de Direito da 4ª Vara Cível), demonstrando que as pessoas compreendiam a necessidade de ser estabelecida uma forma de comunicação que possibilitasse a troca de idéias e conhecimentos entre usuários de diferentes cidades.

⁶ Digitalização do original do DO no anexo 1

No ano de 2000 a Procuradoria-Geral de Justiça – PGJ reuniu uma Comissão de implementação técnica, com suporte oferecido pelo Grupo de Apoio a Informatização do Ministério Público – GAIMP, para desenvolver o projeto de uma modeloteca nas Promotorias Criminais⁷. Em vista da experiência por nós adquirida, sugerimos a evolução do projeto para uma Intranet e assim fomos convidados para coordenar uma comissão encarregada do projeto da Intranet das Promotorias Criminais Centrais de São Paulo⁸.

Os Promotores de Justiça Criminais, que contavam com 110 máquinas em rede, passaram a acessar em suas máquinas informações, peças processuais e modelos, pauta de audiências on-line, lista telefônica, solicitação de consultas a outros órgãos públicos, acesso a produção dos órgãos da administração superior, , etc. Alguns anos depois o Ministério Público criou uma Intranet destinada a atender a todos os promotores de Justiça do Estado, que podia ser acessada pela Internet e não mais apenas pela rede interna. Deixamos de coordenar o projeto em 2008 e a Intranet das Promotorias Criminais passou a se dedicar ao fornecimento de avisos e pautas de audiências, sendo suplantada pela rede maior contida dentro do site institucional do Ministério Público.

⁷ Cópia da ata no anexo 2

⁸ Cópia da ata no anexo 3

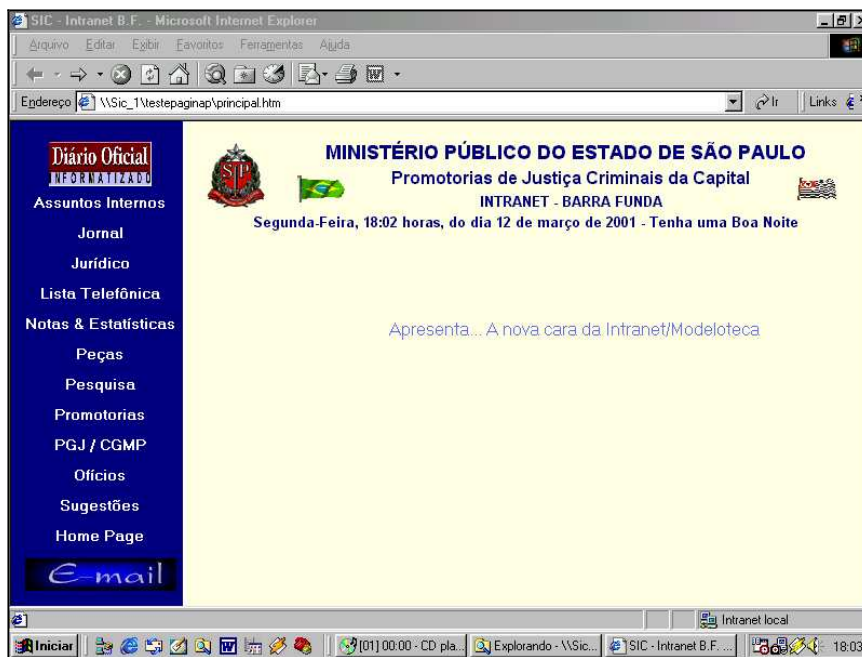


Figura 7 - Interface da Intranet no ano de 2001

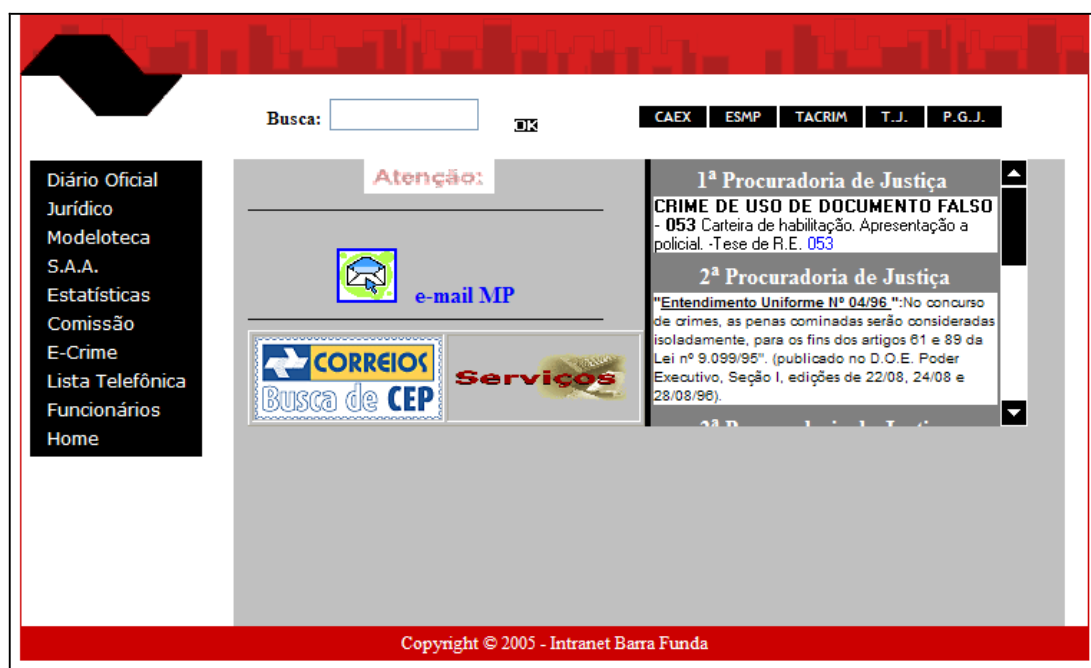


Figura 8 - Tela de entrada da Intranet das Promotorias Criminais Centrais em 2005

Arquivo Eletrônico das Promotorias Criminais da Capital

Assistimos ao surgimento dos computadores pessoais, das redes mundiais de transmissão por pacotes, do disco óptico e outros meios de armazenamento de

informações em massa, da tecnologia de vídeo interativo, das técnicas de tratamento de imagens, das técnicas de digitalização com uso de scanners e câmeras, das tecnologias de computação gráfica e assistimos também ao crescimento de grandes bases de dados, públicas e privadas.

A tendência mundial das Bibliotecas é dispor seus acervos de forma eletrônica/digital, visando a conservação e/ou disponibilização de seus conteúdos, ficando claro que bibliotecas do mundo inteiro serão capazes de compartilhar recursos informacionais de maneira nunca antes possível. O conceito de Biblioteca Global Digital, tem sido invocado já por algum tempo e já é possível que se concretize. Todos pretendem estar ligados através das tecnologias de informação/comunicação, numa tentativa de eliminar tempo, distância e espaço físico, com o objetivo de otimizar a pesquisa e o desenvolvimento científico e tecnológico das nações. (UNICAMP)

Nas corporações novos programas de gerenciamento de documentos controlam a criação, distribuição e vida de documentos. Essa nova tecnologia não se limita a apenas arquivar documentos, mas permite o fácil acesso aos mesmos por meio de mecanismos de busca. Acompanhando o desenvolvimento dessas tecnologias apresentamos na 3ª Promotoria Criminal da Capital um projeto denominado Pastas Eletrônicas da Corregedoria, propondo que cada trabalho produzido fosse arquivado em meio digital para substituir o tradicional arquivo de papel por arquivos digitais.

Aceitando a idéia, os integrantes da 3ª Promotoria de Justiça Criminal da Capital formaram uma Comissão coordenada pelo promotor Carlos Daniel Vaz de Lima Jr. para projetar e executar a informatização das pastas obrigatórias da CGMP.

Como requisito desse projeto foi estabelecida a necessidade da observância das normas administrativas pertinentes, a facilidade e segurança na alimentação e consulta do banco de dados. Foi criada uma padronização nomenclatura de arquivos estabelecendo uma estrutura de hierarquia de pastas e arquivos.

O resultado alcançado superou as primeiras expectativas e acabou compondo um sistema de trabalho funcional e prático que abrangeu não somente singela guarda de peças, mas trouxe a possibilidade de divulgação, consulta e reaproveitamento do conteúdo dos trabalhos, a informatização da elaboração do relatório mensal da CGMP, a possibilidade de cruzamento de dados, e maior agilidade no atendimento ao público.

O gerenciamento de informações produzidas nas Promotorias sempre dependeu do suporte do papel por causa da segurança que ele oferecia. Com a informática podemos ter a mesma segurança do papel escrito com muitas outras vantagens. Transferindo nosso acervo de peças para o meio eletrônico deixamos de depender da remessa de material de escritório (papel, impressora, cartucho, tonner, pastas “AZ”, grampos, grampeadores, furadores, clips, etc.), deixamos de depender da existência de armários e salas para acomodar esses móveis, e deixamos de depender de funcionários para providenciar e manter tudo isso.

A agilização dos trabalhos dos promotores sempre foi nosso primeiro objetivo, por isso optamos pela diminuição da interferência de funcionários nesse processo. Explicamos isso ao lembrar que o objetivo do trabalho nunca foi a singela gravação das peças em disquetes, mas sim criar um sistema de armazenamento de dados capaz de reduzir o trabalho gasto na elaboração de peças e facilitar a consulta do acervo visando a produção de novos conhecimentos.

O trabalho produzido passou a ser aproveitado nas fases subseqüentes do processo e conseqüentemente gerando uma sensível economia de tempo. Exemplificando, o corpo da denúncia pronta passou a ser aproveitado nos memoriais; o relatório destes, seu corpo e a discussão da prova passaram a ser

aproveitados nas razões e contra razões, poupando muito tempo de digitação e consulta de páginas.

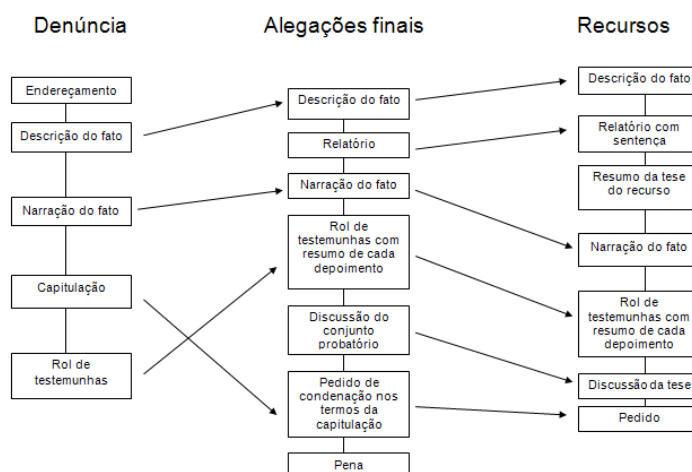


Figura 9 - Usando o trabalho pronto para desenvolver um novo

A nomenclatura dos arquivos gerados no sistema de pastas informatizadas foi padronizada para atender as normas da Procuradoria e Corregedoria. A importância da aprendizagem por associação em nosso trabalho está refletida na criação desta ferramenta com uma interface associativa. Tal interface tornou este sistema mais amigável e permitiu ao usuário compreendê-lo com rapidez. Ao desenvolver o arquivo eletrônico apresentamos ao usuário uma interface composta dos elementos existentes nas interfaces já conhecidas para tornar intuitivo o ato de navegar. A associação por correspondência permitiu que os usuários entrassem no novo ambiente sem se dar conta de que se estavam deixando os sistemas antigos. Procuramos explorar a potencialidade comum do grupo, apesar de que sabíamos que cada usuário traria uma carga de experiência individual que poderia ser agregada a experiência comum, afastando a associação por equipotencialidade.

Ainda assim apostamos na simplicidade da tarefa como sendo um argumento que poderia influenciar a escolha do usuário pela bagagem cultural comum ao grupo.

Para definir procedimentos tomamos como caminho a relevância da informação para o grupo. Assim, em primeiro lugar veio o número de identificação estadual do procedimento a que a peça pertence e que é atribuído pelo Tribunal de Justiça. Em seguida, uma breve menção a seu conteúdo com no mínimo as três primeiras letras do nome pelo qual a peça é conhecida.

Tomemos o seguinte exemplo:

050	.	04	.	03540	.	ale
Foro Central da Capital	.	Ano	.	Número do feito	.	Tipo de peça

Figura 10 - Exemplo e nomenclatura de um arquivo eletrônico

O número do TJ. O indicador 050 é privativo do Foro Criminal Central da Capital, assim, qualquer outro procedimento aqui distribuído sempre levará esse indicador. O indicador 04 refere-se ao ano em que o procedimento foi distribuído no

Foro Criminal Central da Capital. O indicador 03540 refere-se ao número seqüencial atribuído por ocasião da distribuição, e as letras A L E indicam o conteúdo da peça.

Aproveitando os indicadores que já são usados pelos colegas e buscando atender as necessidades do sistema de forma a permitir a correta indexação, cruzamento de dados, e elaboração do relatório mensal.

Indicadores

Indicador	Conteúdo
	Nos termos do manual para preenchimento do Relatório Mensal da Corregedoria Geral do Ministério Público
RIP	Para requisição de inquéritos policiais
ARQ	Para pedidos de arquivamentos
DEN-1	Para denúncias com uma pessoa denunciada
DEN-2	Para denúncias com duas pessoas denunciadas
DEN-3	Para denúncias com três pessoas denunciadas e assim por diante...
DIL	Para pedidos de diligências
SUS	Para proposta de suspensão do processo
PAR	Para pareceres em geral com cópia em arquivo
ALE	Para alegações finais escritas
APE	Razões de <u>Apelação</u>
REC	Outros recursos (que não os de <u>apelação</u>) interpostos
CON	Contra-razões de qualquer recurso
ESM	Quesitos para Exame de Sanidade Mental
EDT	Quesitos para Exame de Dependência Toxicológica
JEC	Remessa ao Juizado Especial Criminal
OFI	Ofício expedido, sendo conveniente que seja usado o número do ofício e a data como parte inicial do nome (2004.05.18.gfi para o ofício expedido em 18/05/2004)
REL	Para cópia do relatório mensal da Corregedoria, sendo usado o indicador <u>ANO.MÊS.REL</u> (2004.05.rel)
OUT	Para outros arquivos ainda não classificados

Figura 11 - Indicadores específicos antecedendo as extensões dos arquivos

Dessa forma, as pastas eletrônicas funcionaram e possibilitaram que fossem usadas com o um arquivo eletrônico de consulta e aprimoramento.

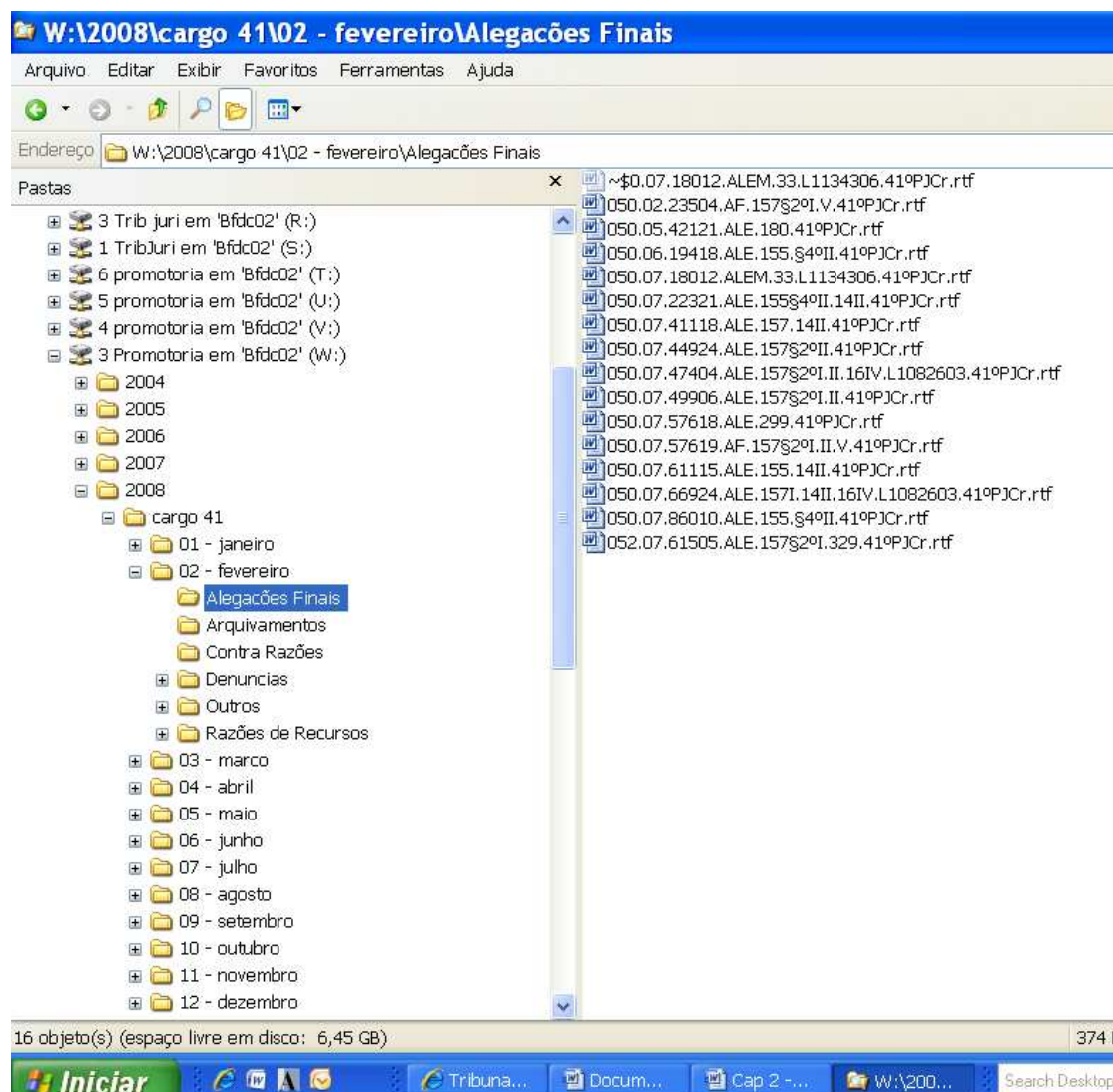


Figura 12 - Estrutura das pastas do Arquivo Eletrônico das Promotorias Criminais

Mensagens por email

O telégrafo foi uma das primeiras formas de envio de mensagens por meio eletrônico, mas foi o email que acrescentou eficiência a esta forma de comunicação ao disponibilizar ao usuário uma interface intuitiva que poderia ser usada em qualquer computador. O grau de interatividade proporcionada por esta comunicação, frente aos meios até então existentes, e a facilidade do uso fez com que os usuários

a adotassem como a principal forma de interação virtual. Em vista das ferramentas hoje disponíveis, como os mensageiros instantâneos, que permitem a troca on-line de informações com diversos participantes, atribuímos ao email a característica de baixa interatividade, pois permite apenas a comunicação entre dois usuários e depende de outros programas para troca de arquivos.

Um sistema de correio eletrônico permite que pessoas de uma rede enviem mensagens umas às outras. Parte das vantagens do sistema provém da capacidade de entrar em contato com qualquer pessoa da rede. Se você estiver na Internet e souber seu endereço de rede, eu poderei entrar em contato com você – mesmo que eu não tenha a menor idéia da região geográfica em que você se encontra. Outra característica que o correio eletrônico atribui à comunicação é a capacidade de deixar mensagens em uma caixa de correio. Os destinatários não precisam estar operando seus computadores quando você lhes envia uma mensagem. Eles podem obtê-la posteriormente, mesmo se você já estiver desconectado. (BENETT, 1997 p. 12)

Figura 13 - Tela de login do Webmail do MPESP

Grupos de Discussão

Os grupos de discussão foram disponibilizados na rede por grandes provedores de serviço. Constem em banco de dados alimentados por mensagens de email e fóruns, oferecendo, ainda, espaço para armazenamento e troca de arquivos.

A estrutura que apresentam aos usuários possibilita que em seu espaço sejam debatidos temas de forma mais aprofundada do que em outras ferramentas de interação. Isso porque o usuário pode postar seus comentários acompanhados de arquivos de texto, áudio, vídeo, apresentações, links, etc. Qualquer usuário pode participar e o ambiente suporta informações em diversos formatos. No Ministério Público os grupos de discussão tomam força em épocas de grandes discussões envolvendo temas específicos. Cada post é imediatamente encaminhado aos participantes, inclusive com os anexos pertinentes, criando uma rede de debates.

É uma Mailing List (lista de correio), onde um grupo de pessoas se comunicam por e-mail trocando conhecimento, opiniões, experiências, dúvidas e expondo suas idéias ao grupo. As mensagens enviadas são automáticas e simultâneas para todos da lista. O que você escreve será lido por todos, o que permite ao grupo criar uma identidade própria e vínculos de amizade bastante positivos. (FROTA, 2008)



Figura 14 - Tela de entrada do Grupo de Discussão

Blogs

Trata-se de um website em que o criador e administrados faz registros diários, que podem ser comentados por seus leitores. Em comparação com um site comum, oferece mais possibilidades de interação por aceitar comentários, contudo, é o administrados que determina quais serão os temas discutidos e a forma como se dará a participação.

Trata-se de um site cujo dono usa para fazer registros diários, que podem ser comentados por pessoas em geral ou grupos específicos que utilizam a Internet. Em comparação com um site comum, oferece muito mais possibilidades de interação, pois cada post (texto publicado) pode ser comentado. Comparando-se com um fórum, a discussão, no blog, fica mais centrada nos tópicos sugeridos por quem gerencia a página e, nele, é visualmente mais fácil ir incluindo novos temas de discussão com frequência para serem comentados. (STAA, s/d)

Uma característica deste tipo de ferramenta é a rápida atualização de seu sempre diversificado conteúdo. Embora o tema de um blog seja determinado pela sua natureza (jurídico, ecológico, econômico, etc.) o administrador coloca qualquer notícia que queira dividir. A velocidade em que estas postagens se sucedem impedem discussões aprofundadas e grande interatividade.

Abreviação de *Weblog*: "*Web*" (rede, teia) e "*Log*" (registro). Qualquer tipo de registro frequente de informação feito no meio *on line* pode ser chamado de *blog*. Atualmente usa-se mais como sinônimo de "diário íntimo". Os usuários que mantêm esses registros em *sites* da Internet são chamados de "blogueiros". A mais famosa ferramenta criada para gerar *blogs* gratuitamente na Internet é o [Blogger](#). (FUNDAÇÃO TELEFÔNICA, CENPEC, FUNDAÇÃO VANZOLINI, TERRA NETWORKS, s.d.)

A diversidade de conteúdos, a liberdade dos comentários, e a rápida atualização dos assuntos são elementos que proporcionam aprendizagem. Os processos de aprendizagem estão ativos em todo momento, até mesmo sem necessidade de intervenção programada, e o blog não é exceção. Ele proporciona

uma forma de aprendizagem implícita ou incidental, que não requer um propósito deliberado de aprender nem uma consciência do que se está aprendendo, de forma que produz conhecimentos implícitos. (POZO, 2002 p. 57)

Um blog bastante conhecido pelos promotores de Justiça é o “Blog do Promotor” (<http://blogdopromotor.zip.net>). Apesar do administrador e leitores serem em sua maioria promotores, e conseqüentemente os assuntos serem relativos a suas vidas profissionais, diversas outras notícias são postadas e dão diversidade ao conteúdo. Veja estes exemplos extraídos do próprio blog.

Vitória simbólica

No **Blog do Deusdete**:

A vitória de Barack Obama é simbólica. Não só para os Estados Unidos. Para o mundo contemporâneo. Os americanos, empurrados pela diversidade da juventude e pela classe média em estado falimentar, fizeram justiça a Luther King e Malcom X. No Quênia, por exemplo, terra natal do pai do presidente eleito, a população ficou em êxtase. A maior esperança, entretanto, sem falar na economia mundial, é quanto a possibilidade de Obama rever a política expansionista dos Republicanos. [Leia a íntegra do post.](#)

Fiscal da lei

O Conselho Nacional do Ministério Público aprovou nesta segunda-feira, por unanimidade, a adoção de diversas medidas que dispõem sobre a atuação do [Ministério Público](#) no controle externo da atividade policial e na fiscalização do cumprimento das sanções penais e de medidas sócio-educativas.

O CNMP quer que os Ministérios Públicos da União e dos Estados revisem seus atos normativos internos, estabelecendo, dentre outras medidas, a periodicidade mínima de visitas e inspeções (que não pode ser superior a 3 meses); a elaboração de relatórios sobre as inspeções realizadas, com imediato encaminhamento à respectiva corregedoria-geral; o exame dos livros ou termos de controle de armas apreendidas e da destinação a elas conferida; a implantação de mecanismos para fiscalizar a execução das quebras de sigilo de comunicações.

Dia dos Pais

Para o dia não passar em branco (aqui no blog), um texto bem legal do David Moisés:

Não tem sido nada fácil ser pai. É ótimo, portanto, ter um dia para marcar sua importância e, quem sabe, dar um incentivo a quem anda na luta para ser um espécime de verdade.

Ninguém ensina a ser pai, os modelos estão fracos e confusos, e os bons exemplos são raros. Perdemos referências culturais que moldavam a atuação dos homens quando se casavam e tinham filhos. [Leia a íntegra.](#)



Figura 15 - Tela principal do Blog do Promotor

Quadro de análise das ferramentas digitais

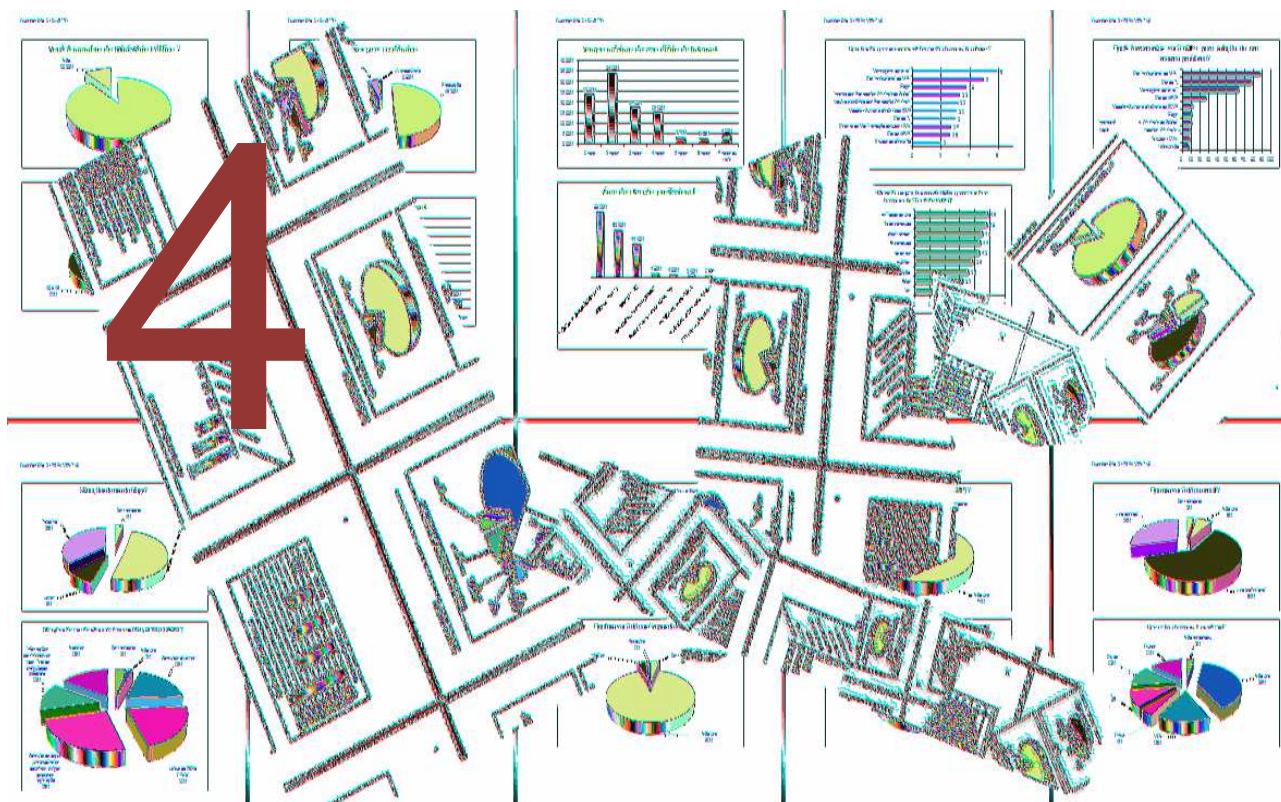
Abaixo apresentamos um quadro resumo das ferramentas citadas e das características mencionadas.

	Portal MP	Sistema de Movimentação de Autos	Intranet	Arquivo Eletrônico	Moodle	emails	Grupo de discussão ativo	Blogs
Interatividade	Baixa	Baixa	Baixa	Media	Alta	Baixa	Alta	Alta
Identificação	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Objetivo	Difundir informes	Armazenar dados	Difundir informes	Guardar e consultar	Ensino	Mensagens	Discutir temas pontuais	Discutir temas gerais
Infra-estrutura	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública/ Privada	Privada	Privada
Atualização de conteúdo	Pouco freqüente	Muito freqüente	Pouco freqüente	Muito freqüente	Muito freqüente	Muito freqüente	Muito freqüente	Muito freqüente
Produção de conhecimento	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Tabela 1 Análise das ferramentas digitais disponíveis para os promotores

A interatividade que as ferramentas proporcionam é um ponto de bastante interesse nessa pesquisa, pois é através da interação que ocorre a troca de experiências e informações, podendo o usuário confrontar suas idéias com a de outros, questionando e alterando seus pensamentos, proporcionando a ocorrência de acréscimos nos conhecimentos e comportamentos. No quadro observamos que as ferramentas mais recentes são as que possibilitam maior interação entre os usuários, são desenvolvidas pelo setor privado e tem uma atualização de conteúdo muito freqüente.

Assim concluímos este capítulo e passamos a coleta de dados por meio de questionário.



IV. COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Instrumento de coleta de dados

Nossa coleta de dados por meio de um questionário com partes padronizadas e partes abertas. O questionário padronizado mostrou-se adequado por ter sido econômico no uso e permitido alcançar rápida e simultaneamente um grande número de pessoas. A padronização das respostas assegurou que os respondentes vissem as questões da mesma forma, facilitando a compilação e comparação quantitativa e qualitativa das respostas (LAVILLE, et al., 1999 p. 183). Também

apresentamos algumas questões abertas com espaço para o respondente escrever livremente.

Procuramos esclarecer com as questões as características dos usuários, das ferramentas, e a percepção do usuário quanto ao resultado da navegação quando motivado pela busca de soluções de problemas.

Submetemos à população uma série de questões abertas, fechadas e de múltipla escolha, que nos forneceram dados qualitativos e quantitativos. Após, procedemos a interpretação dos dados coletados nos questionários que foram confrontados com os objetivos inicialmente levantados.

Para elaborar o questionário utilizamos o programa PhpESP (<http://phpesp.sourceforge.net>) que é um aplicativo de desenvolvimento de questionário para web que possibilita o acompanhamento dos resultados em tempo real e oferece ferramentas de tabulação, textual e gráfica, e cruzamentos de resultados dentro de um mesmo questionário.

Dividimos a coleta em três questionários separados por temas para poder fornecer ao respondente uma noção mais precisa de cada fase do questionário e para evitar uma coleta excessivamente longa. Os seguintes temas foram apresentados:

- a) **Sujeito.** Destinado a identificar as características predominantes dos usuários;
- b) **Ferramentas.** Destinado a identificar quais ferramentas de interação (blogs, chats, email, sites, arquivos eletrônicos, intranets, etc.) eram usadas;

- c) **Objeto.** Destinado a identificar as características relativas a aprendizagem dentro do ambiente virtual criado pelo uso das ferramentas de interação.

Optamos por possibilitar ao respondente interromper a atividade após o término de um tema, sem que isso implicasse em perda de dados ou invalidasse suas respostas.

O questionário foi colocado no ar em uma página desvinculada do Ministério Público e de acesso aberto. A chamada para participação se deu no Blog do Promotor, que é aberto ao público e se dedica a veiculação de notícias de interesse geral além daquelas específicas do Ministério Público. Também veiculamos a chamada por mensagem eletrônica enviada a todos os associados da Associação Paulista do Ministério Público – APMP, que tem em seu quadro de associados diversos juízes, delegados de polícia, procuradores da República, além dos membros do Ministério Público do Estado de São Paulo e seus familiares. A chamada foi veiculada por alguns dias na Intranet dos Promotores Criminais, mas foi retirada do ar posto que o assunto foi considerado estranho às atividades do Ministério Público.

A seguinte mensagem precedia na home Page a apresentação das questões:

Coleta de dados

O presente questionário faz parte da dissertação de mestrado de Carlos Daniel Vaz de Lima Jr, Promotor de Justiça do Estado de São Paulo (carlosdaniel@mp.sp.gov.br), na PUC/SP do curso de Tecnologias da Inteligência e Design Digital (<http://www.pucsp.br/pos/tidd>), com o objetivo de coletar dados para fundamentar nossa pesquisa sobre a viabilidade do uso de novas tecnologias no aprimoramento dos promotores de Justiça. Por ser uma pesquisa acadêmica de domínio público, nosso objetivo é generalizar as conclusões para permitir a aplicação em outros setores do universo jurídico. Desta forma, nos comprometemos com a confidencialidade das respostas e dos dados pessoais informados. Os dados coletados neste questionário eventualmente poderão ser complementados por uma entrevista feita por email com aqueles que desejarem continuar colaborando.

O conceito fundamental para correta compreensão dos enunciados é o de ferramentas de interatividade, que compreendemos como sendo todos os meios digitais existentes na Internet que permitem aos usuários trocarem informações entre si. Alguns exemplos são os blogs, chats, grupos de discussões, sites pessoais ou institucionais, intranets, sistemas proprietários de controle de informação (como o Sistema de Movimentação de Autos, SMA, do MPSP), arquivos eletrônicos, etc.

O questionário está dividido em três assuntos:

- a) Sujeito . onde você poderá esclarecer qual seu perfil de uso das ferramentas de interatividade
- b) Ferramentas . onde você poderá esclarecer qual sua familiaridade com as ferramentas de interatividade
- c) Aprendizagem . onde você poderá esclarecer qual o resultado obtido com o uso das ferramentas de interatividade.

Sua colaboração é fundamental para a conclusão desta pesquisa, por isso, desde já, agradecemos.

No primeiro bloco de perguntas procuramos identificar o perfil profissional do usuário e por isso perguntamos se ele era membro do Ministério Público do Estado de São Paulo, qual sua área de atuação profissional, seu nome e cargo.

Prosseguimos colhendo dados pessoais do usuário como a idade e grau acadêmico. Em seguida o questionamos sobre os motivos para usar a Internet e quanto tempo era gasto nessa atividade. Por fim, esclarecemos que algumas entrevistas eventualmente poderiam ser necessárias para melhor fundamentar as conclusões da pesquisa, e caso fosse do interesse que escrevesse o email para um futuro contato.

No segundo bloco de questões procuramos identificar quais ferramentas compunham o universo de recurso que o usuário se valia para a atividade de acessar a internet. Perguntamos quantos dias por semana ele fazia uso de algumas ferramentas e permitimos a resposta negativa para ferramentas que não eram usadas. Em seguida perguntamos a importância dada a determinadas características, para poder entender o que ele esperava encontrar em seus acessos

no tocante ao perfil tecnológico dos recursos usados. Listamos as características mais relevantes para serem atribuídas notas:

- a) Interatividade entre os usuários
- b) Facilidade de uso
- c) Atualização de conteúdo
- d) Diversidade de conteúdo
- e) Identificação dos usuários
- f) Produção de novos conhecimentos
- g) Criação e gerenciamento por um dos usuários
- h) Criação e gerenciamento por uma instituição
- i) Discussão aprofundada de temas

Prosseguimos buscando identificar quais ferramentas eram usadas em conjunto com outras dentro de uma mesma situação, e, em seguida, perguntamos, especificamente, quais as situações individuais de uso de algumas das ferramentas.

Finalmente apresentamos o terceiro bloco de questões que tinha como objetivo identificar a percepção do usuário quanto a criação de um espaço de aprendizagem. Iniciamos perguntando se ao acessar ferramentas de interação o objetivo era de buscar informações para resolver um problema e quando isso ocorria era em decorrência da soma de participações de diversos usuários.

Em seguida perguntamos se após usar uma ou várias ferramentas digitais de interação ele reuniu subsídios que lhe permitiram solucionar seu problema e se esta solução foi precedida de discussão com outros usuários.

Finalmente perguntamos qual era sua percepção quanto aos benefícios profissionais trazidos pelo uso de ferramentas digitais e quais melhor contribuíram.

Enceramos esta fase da coleta de dados propondo ao usuário que tivesse interesse em receber uma cópia eletrônica da dissertação de mestrado finalizada que escrevesse seu email.

Análise dos dados

Procedemos a unificação dos três questionários em uma planilha eletrônica para facilitar a análise e possibilitar o cruzamento de informações.

Para identificar o respondente em cada um dos três questionários consideramos o número de I.P. e mais a data e hora da postagem. Usando o Excel classificamos as respostas em ordem crescente do número de I.P. e isolamos em planilhas distintas aqueles que responderam somente o primeiro questionário, aqueles que responderam apenas o primeiro e o segundo, e aqueles que responderam os três.

Excluimos 3 respondentes que o sistema não identificou o número de i.p. e nem conseguiu registrar a data e hora do acesso.

Primeiro resultados em números

- 95 pessoas responderam ao chamado de participação da coleta de dados em menos de uma semana;

- O questionário ficou no ar por 30 dias, mas nenhum outro respondente apareceu;
- 76 pessoas responderam os três questionários;
- 3 pessoas responderam o 1º e o 2º questionários;
- 16 pessoas responderam somente o 1º questionário;

Identificação da população-alvo da pesquisa

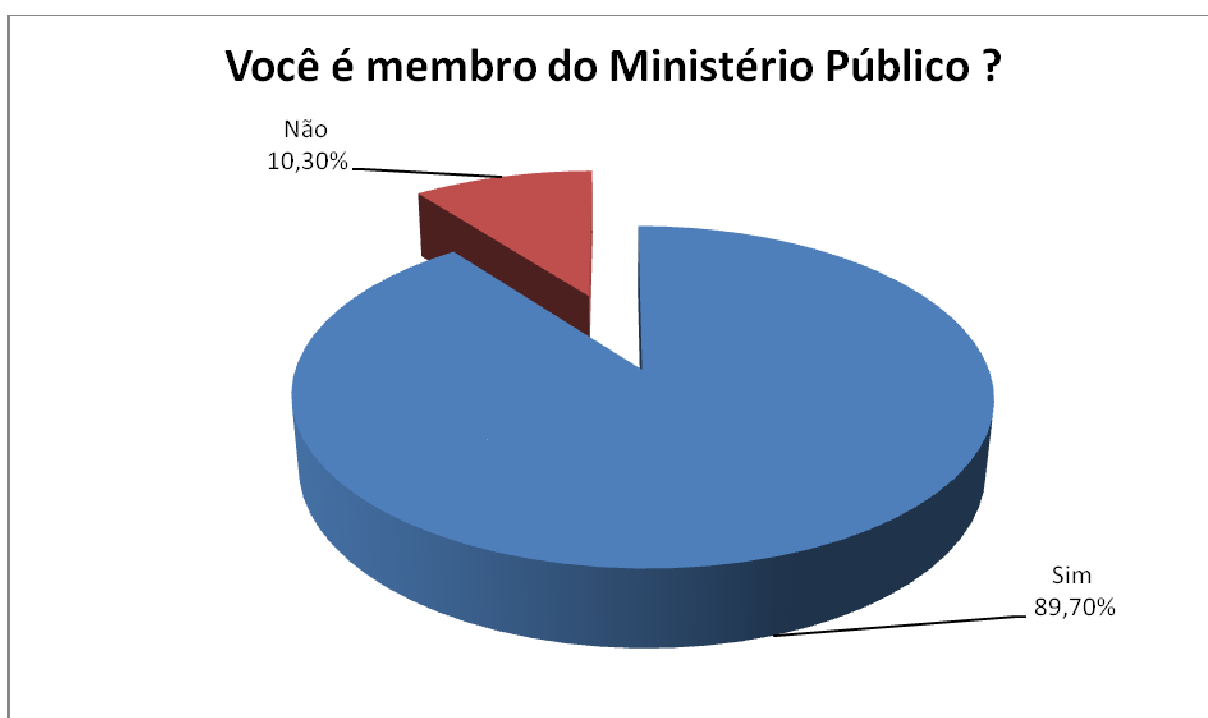


Gráfico 1 - Ocupação profissional

Iniciamos a coleta de dados estabelecendo dentre a população que participou da pesquisa quais eram membros do Ministério Público. Nosso objetivo foi identificar os respondentes que não atendiam a essa característica para podermos ter uma ideia mais precisa se existiam diferentes perfis culturais que colaboravam na composição do espaço virtual em análise. A importância da identificação do universo

formado pelos diferentes usuários de um mesmo grupo de ferramentas de interação está no fato de que as novas situações de aprendizagem oferecem uma infinita diversidade de conhecimentos que envolvem a multidisciplinaridade técnica e a cultura multifacetada.

Percebemos que quase 90% dos respondentes eram membros do Ministério Público, contudo, 10% eram de outras instituições. Isso aponta para o fato de que o interesse dos usuários dessas ferramentas tende a se concentrar em assuntos relacionado a vida institucional ministerial e a assuntos jurídicos em geral. Essa composição não hegemônica, embora preponderante de promotores, traz um benéfico grau de diversificação para as idéias trocadas no ambiente.

Área de atuação profissional



Gráfico 2 – Área de atuação profissional

A pergunta sobre área de atuação profissional aceitava múltiplas respostas, inclusive aceitava a ausência de resposta. As respostas demonstraram que a população-alvo se concentra no Estado de São Paulo e é composta de pessoas que desenvolvem sua atuação profissional na área jurídica. A maioria é de promotores de Justiça da área Criminal, contudo, a população de promotores da área Cível é bastante significativa. Esses dois dados demonstram que os promotores de Justiça das áreas em que o conhecimento jurídico científico se faz necessário para solução de problemas profissionais são maioria dentre aqueles que compõem o espaço virtual pesquisado.

Idade

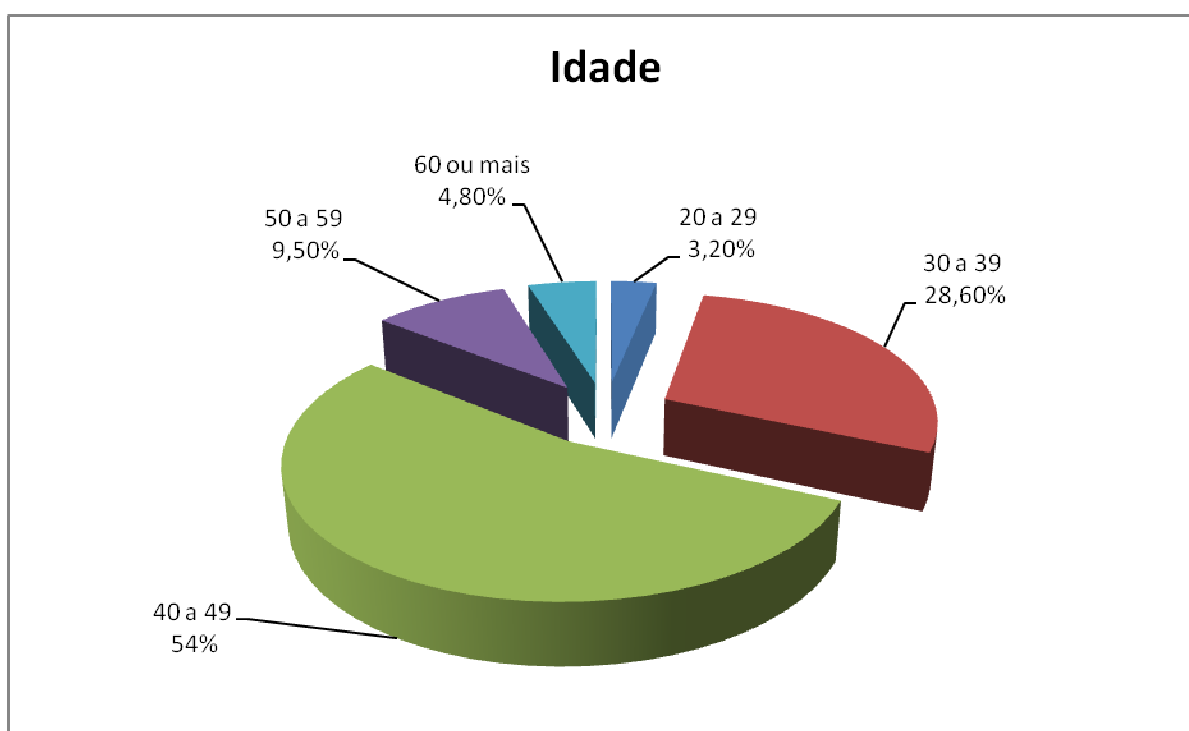


Gráfico 3 -Faixa etária

A identificação da idade dos respondentes nos pareceu adequada para mensurar o tempo de carreira dessas pessoas dentro da instituição e nos fornecer

subsídios para compreender a experiência funcional com relação a questões institucionais. Além disso, esse parâmetro nos dá uma dimensão da desenvoltura do usuário no ambiente de internet em função de sua idade.

A resposta nos mostrou um expressivo número de usuário entre 30 e 39 anos e 40 e 49 anos, em porção maior que os usuários mais novos na faixa dos 20 a 29 anos. Uma primeira análise demonstra que o usuário de mais idade está presente em maior número no ambiente virtual do que o mais novo, apontando para o fato de que a popularização das ferramentas digitais pela internet abrange diversas faixas etárias e afasta a idéia de que apenas o jovem está apto a compreender o uso destas ferramentas.

Titulação acadêmica

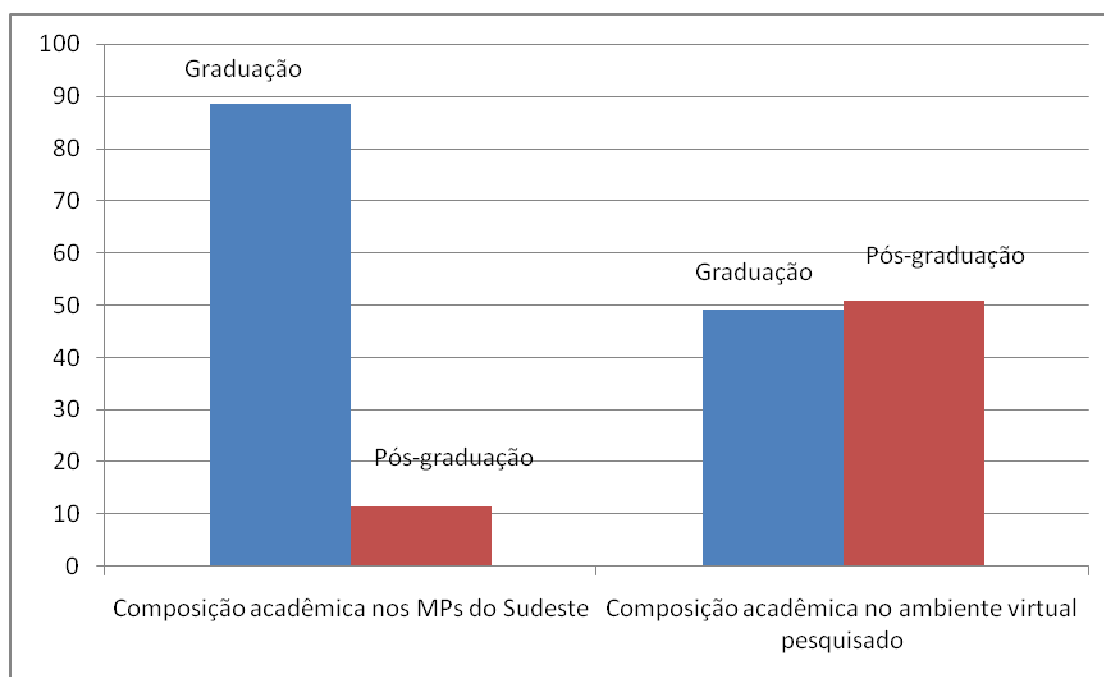


Gráfico 4 - Relação entre graduados e pós-graduados

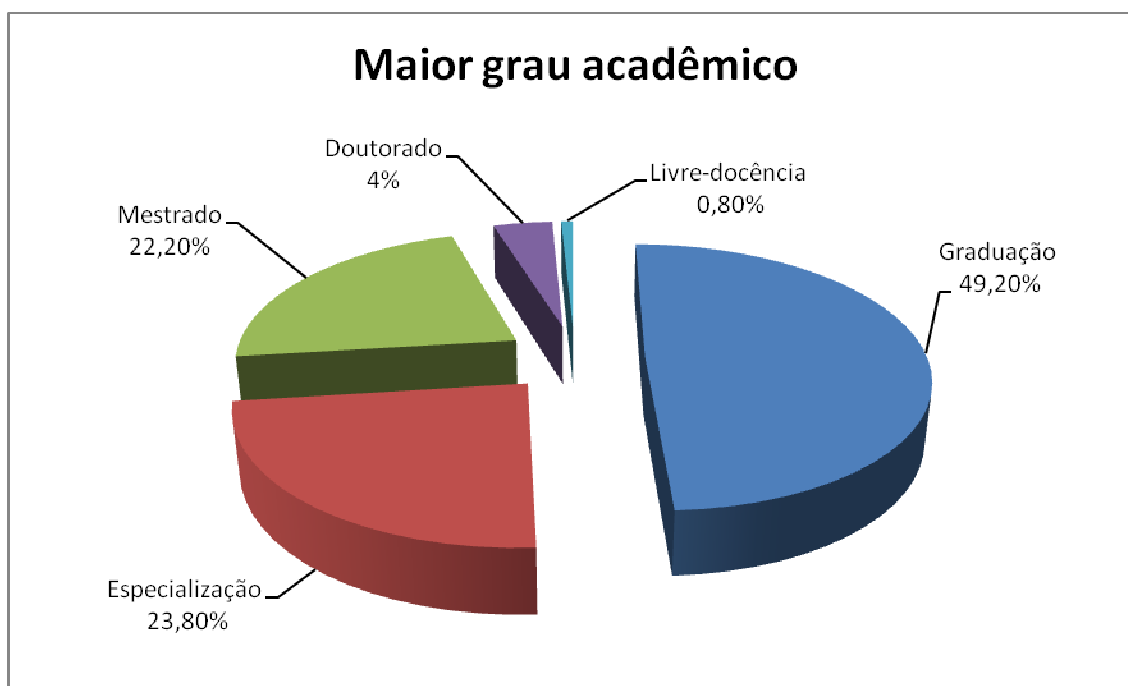


Gráfico 5 - Graduação acadêmica dos usuários

A titulação acadêmica é um dado importante que nos mostra o potencial de colaboração de um usuário num processo cognitivo, além de evidenciar, também, o perfil do usuário que se vê interessado numa atividade que se desenvolve no ambiente virtual.

No gráfico 4 mencionamos um dado do Ministério da Justiça que publicou uma pesquisa sobre os Ministérios Públicos dos Estados e apontou para a região Sudeste com o dado de que apenas 11,6% dos promotores entrevistados já haviam freqüentado ou estavam matriculados em algum curso de pós-graduação (BRASIL, Ministério da Justiça, Secretaria da Reforma do Judiciário, 2006 p. 88). Em nossa pesquisa vemos que 49,2% do total dos respondentes tem apenas a titulação de bacharel, entretanto, aqueles que têm algum tipo de pós-graduação representam 50,8% do total. Essa composição mista entre graduados e pós-graduados, reunindo, proporcionalmente, mais pós-graduados do que graduados, relativamente a

proporção da região sudeste, aponta para o fato de que as atividades interativas virtuais atraem mais a atenção daqueles que deram continuidade a seu aprimoramento cultural.

Uso dado a Internet

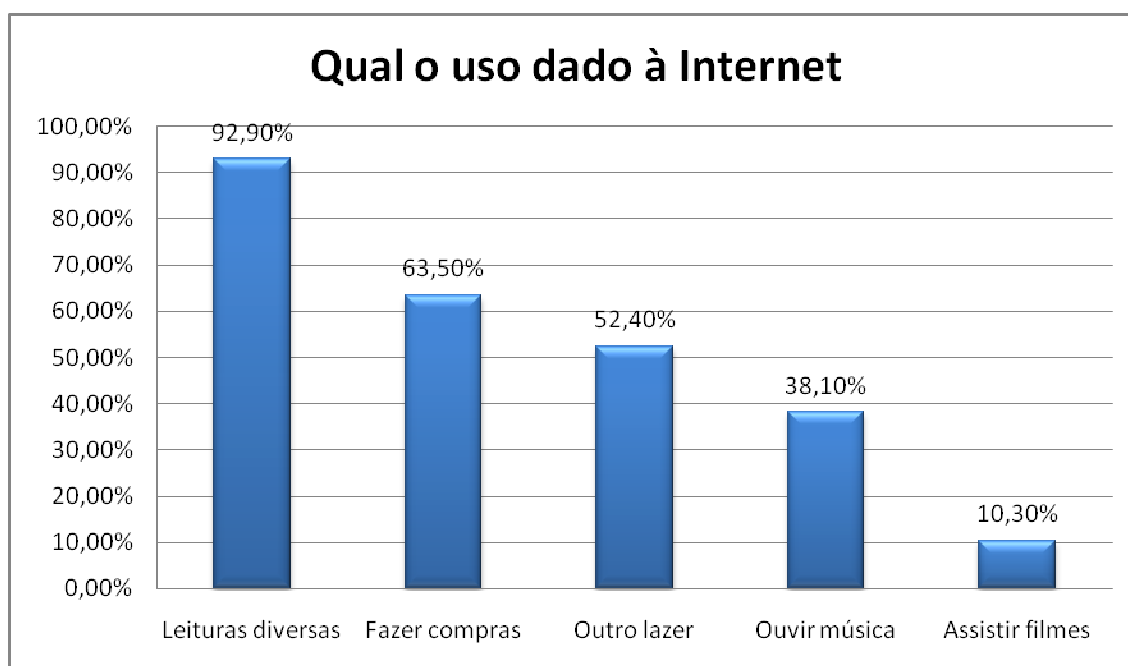


Gráfico 6 - Uso dado à Internet

Perguntados sobre o uso dado a Internet, os respondente foram quase unânimes em relação a procurar por leituras diversas, indicando que a busca por informações é um fator motivador da atuação dessas pessoas no ambiente virtual. Outro dado interessante a ser anotado é a quantidade de respondentes que faz compras on-line. Isso aponta para o grau de confiança dessas pessoas no ambiente em que navegam, mesmo sabendo que tais transações não são seguras. Entendemos que esses dois dados juntos significam que essas pessoas confiam

que as ferramentas lhe tragam os textos que buscam, pois se esta lhes parece segura para transmitir seus dados pessoais e bancários, certamente essa segurança também norteia a respostas para as questões relativas a confiabilidade do conteúdo de suas pesquisas.

Uso diário da Internet

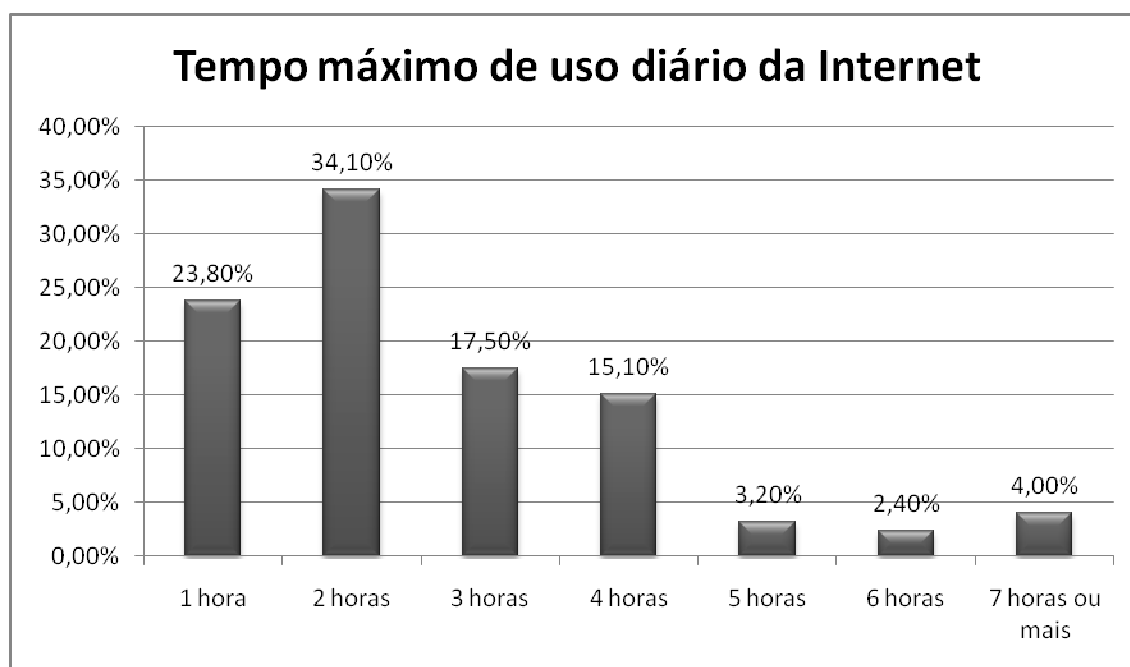


Gráfico 7 – Tempo de uso das ferramentas

O gráfico de tempo máximo de uso da Internet nos mostra que 90,5% dos respondentes permanecem mais de uma hora/dia conectados e que 66,7% passam mais de duas horas/dia conectados. Esses dados demonstram que o uso do meio digital de comunicação está incorporado aos hábitos pessoais e profissionais dessas pessoas. Cruzando esse resultado com o de “uso dado a Internet”, percebemos que

a busca de informações que trazem subsídios as atividades profissionais e pessoais é o que motiva as pessoas a estarem nesse ambiente. Mais adiante perguntaremos sobre o uso específico dado a cada ferramenta e poderemos confirmar essa conclusão em situações específicas.

Uso das ferramentas em dias/semana

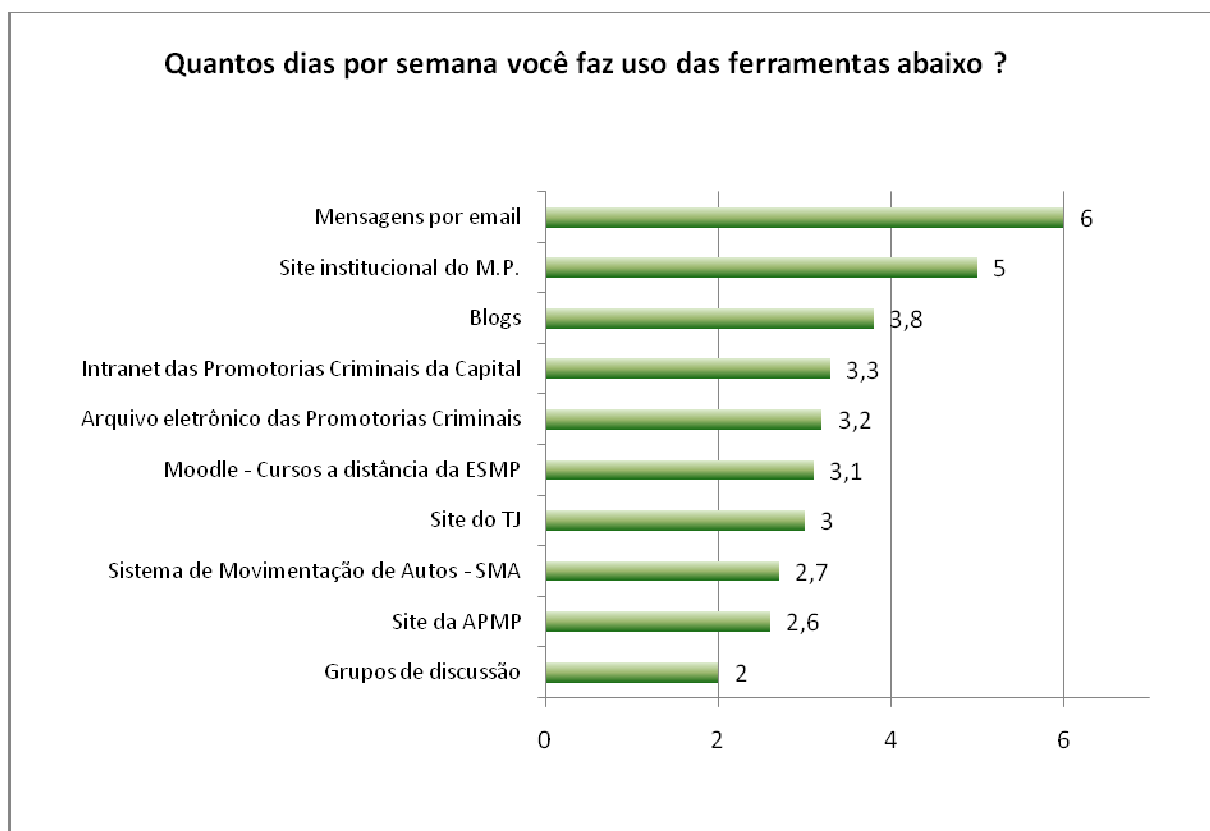


Gráfico 8 – Frequência de uso das ferramentas

A quantificação semanal do uso de cada uma das ferramentas digitais resulta que o email e o site institucional são as ferramentas mais usadas. Anotamos, em

especial, que o site institucional é uma ferramenta exclusivamente de uso profissional, o que está a indicar mais uma vez o uso deste meio digital no desempenho das atividades profissionais.

O email foi a primeira ferramenta introduzida na vida profissional destes usuários e, por este motivo, é a mais consolidada. Tanto a APMP quanto o Ministério Público oferecem o email há mais de 10 anos, e, por este período, foi a única forma de comunicação digital disponível para troca de informações entre os promotores de distantes localidades.

Os sites institucionais do Ministério Público, Tribunal de Justiça e APMP, são sites de conteúdo jurídico, mas apresentam diferentes enfoques. O site da APMP, além do conteúdo jurídico, também apresenta conteúdo administrativo-sindical, pois informa ao usuário sobre aspectos da relação profissional que ele desenvolve com o Ministério Público. A comparação entre a quantidade de acesso semanal de cada um desses sites mostra que a diferença de enfoque da informação jurídica determina o interesse e a necessidade do acesso.

O site do Ministério Público, em segundo lugar em uso, traz as informações necessárias à atuação profissional, mostrando o posicionamento oficial na instituição em relação a determinados temas.

O uso profissional destas ferramentas está bastante claro, pois elas não oferecem a possibilidade de outro tipo de uso. No final do ano de 2008 foi introduzido no site do Ministério Público um mensageiro instantâneo que, em tese, permitiria ao usuário o uso mais livre da ferramenta, contudo para fazer uso do mesmo, o usuário deve se identificar fazendo o login na rede e usar o mesmo nome

usado nas comunicações oficiais, deixando claro o propósito profissional de aplicação desta ferramenta.

Percepção e uso das ferramentas de interação

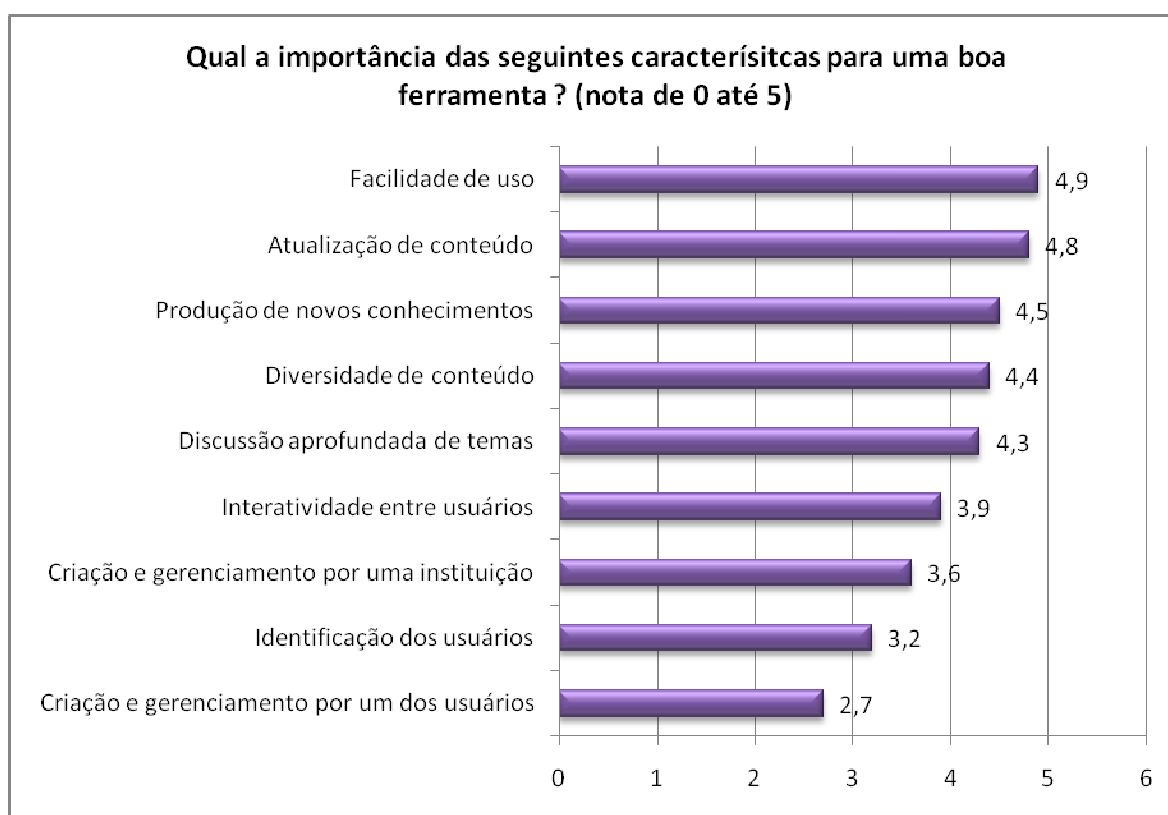


Gráfico 9 – Características importantes das ferramentas

Nesta questão procuramos avaliar qual a percepção do usuário quanto as características de cada ferramenta de comunicação.

A facilidade do uso e a atualização de conteúdo são as características apontadas como as mais importantes. O correto uso de uma nova ferramenta de comunicação demanda gasto de energia cognitiva para o usuário aprender novos

comandos e compreender a interface apresentada. Se estas tarefas forem demasiadamente complexas os usuários provavelmente deixarão de usar a ferramenta. A obtenção de novas informações atualizadas com a demanda profissional é outro fato de grande importância, pois enquanto tais recursos têm na atuação profissional seu principal uso, ferramentas que apresentam informações desatualizadas em relação a demanda profissional não são confiáveis e tendem a ser abandonadas.

As características relacionadas com o conteúdo da informação (atualização, diversidade, produção de novos conhecimentos e discussões aprofundadas), estão agrupadas na primeira metade das respostas demonstrando que o usuário tem um objetivo claro ao fazer uso desses recursos que é a produção de novos conhecimentos.

Outro ponto de interesse nessas respostas é a interatividade entre os usuários apontada como sendo uma característica secundária. Aqui devemos lembrar que o email, uma ferramenta de baixa interatividade, é o meio mais consolidado em virtude de ter sido disponibilizado há muito mais tempo do que as ferramentas de grande interatividade, e que isso explica porque a interatividade ainda não é vista como uma característica relevante. Contudo, considerando que a atualização, diversidade e discussão de conteúdos são características tidas como importantes, e que outras ferramentas de grande interatividade são apontadas mais a frente como opções de pesquisa, podemos concluir que com a assimilação de novas ferramentas de interação tal característica tende a assumir maior importância na obtenção de informações.

Ferramentas utilizadas na solução de um mesmo problema.

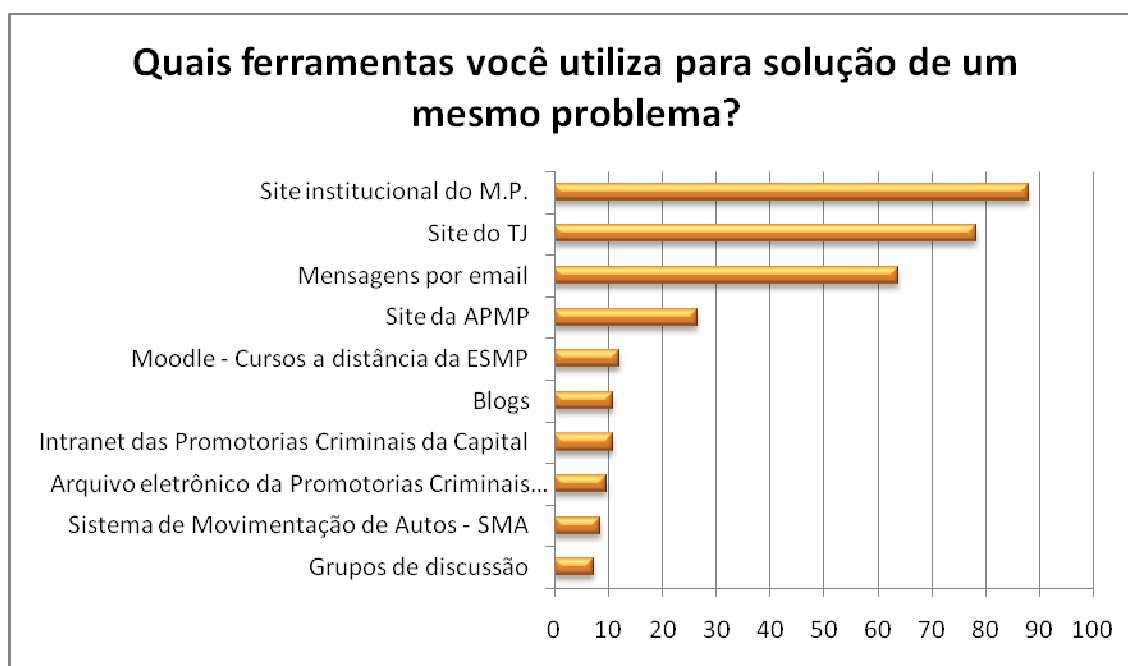


Gráfico 10 – Uso das ferramentas

Nessa questão assumimos a situação em que o usuário está se dedicando a buscar informações que o auxiliem na solução de um problema. Vemos que as três respostas com maior número indicam que o site do Ministério Público, o site do Tribunal de Justiça e o email são as ferramentas mais usadas. Podemos identificar um traço comum entre elas que é a identificação e confiabilidade da origem do conteúdo. Nos sites institucionais, o conteúdo passa por um rígido controle antes da publicação, pois refletem a posição oficial dessas instituições sobre determinados temas. Já o email, permite ao usuário identificar o remetente, em especial quando é usada uma conta fornecida pelas próprias instituições.

Os grupo de respostas relativas a Intranet, Arquivo Eletrônico e Sistema de Movimentação de Autos - SMA, dizem respeito a ferramentas que foram concebidas com propósitos administrativos. Elas têm como objetivo o armazenamento de

trabalhos prontos, a identificação de entrada e saída de processos e a veiculação de informações administrativas de uso diário. Essas ferramentas, quando eram as únicas disponíveis aos promotores – além do email – serviam também ao propósito de transmitir informações que auxiliavam o promotor na solução de problemas. Entretanto, vemos que ferramentas mais específicas a esta utilidade, como os sites institucionais, passaram a ocupar este espaço. Note-se, ainda, que a Intranet e o Arquivo Eletrônico são ferramentas de acesso restrito aos promotores criminais em São Paulo, sendo que somente o SMA tem uso mais difundido, mas, ainda assim, limitado a existência de rede de dados do Ministério Público.

Passaremos a análise das questões relativas ao uso dado a cada uma das ferramentas. Nesta fase apresentamos aos respondentes questões abertas e tabulamos as respostas em grupos pela semelhança que apresentavam.

Situações de uso de blogs

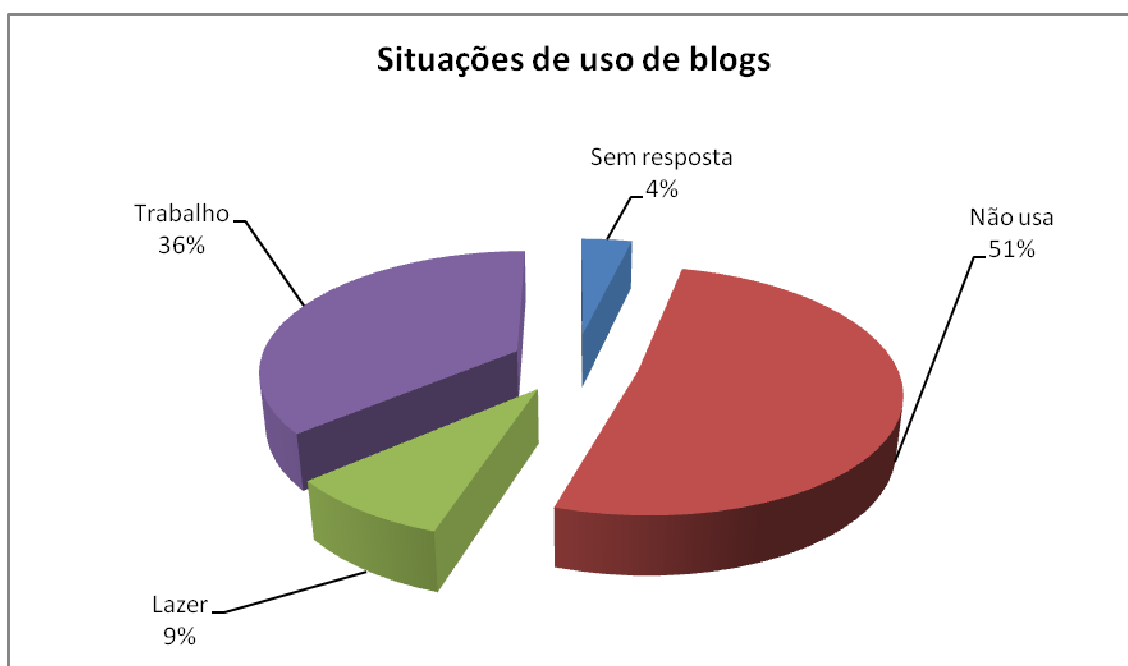


Gráfico 11- Uso de blogs

O blog é a ferramenta mais recentemente incorporada ao dia a dia do promotor. Existem diversos blogs disponíveis para tratar de assuntos jurídicos que interessem aos promotores, contudo, somente os blogs criados e mantidos pela iniciativa de pessoas não comprometidas com o controle de informações característico dos sites institucionais é que têm o maior número de usuários. Os blogs criados em ambiente institucionais são reservados a difusão das informações específicas que interessam a instituição, diferente dos outros que difundem qualquer informação que possa interessar aos usuários. Vemos que o uso dado aos blogs é preponderantemente a busca de informações de uso profissional, sendo que o lazer também tem uma participação significativa nas respostas. Note-se que sendo os blogs destinados a difusão de informes que interessam aos promotores de Justiça, podemos entender a resposta lazer como acesso a informações jurídicas focadas aos promotores sem que se esteja buscando a solução de um problema, mas tão somente pelo prazer de obter a informação.

Situações de uso de sites institucionais

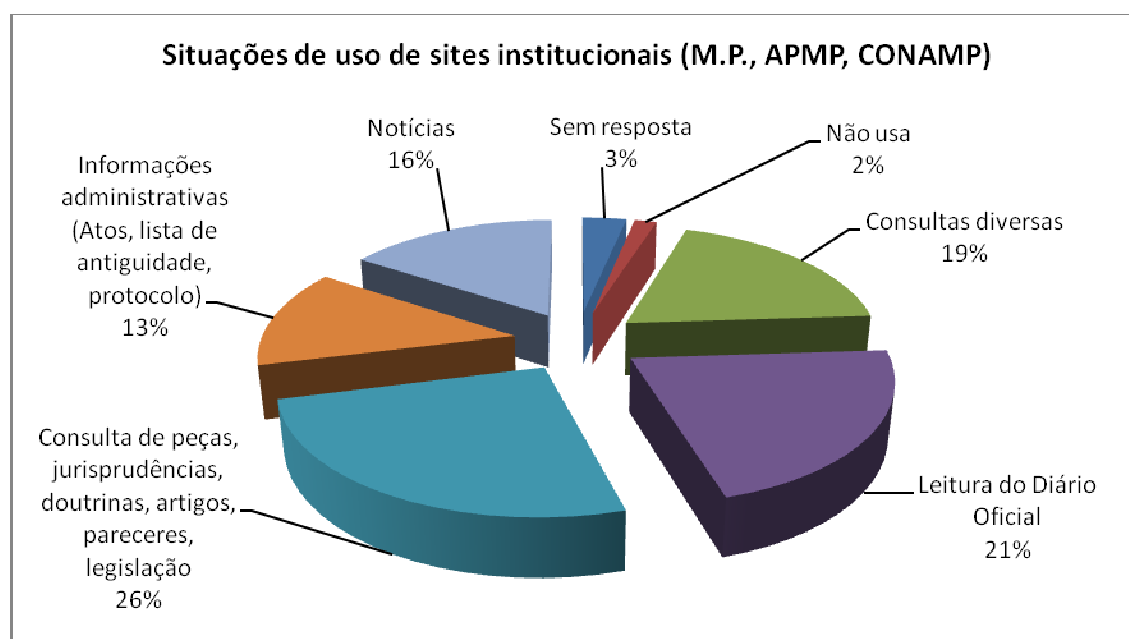


Gráfico 12 - Uso de sites institucionais

O uso dado aos sites institucionais divide os respondentes em grupos numericamente semelhantes. A busca de informações e serviços relacionados com o desenrolar das atividades profissionais representa 76% das respostas, ao passo que 19% dos respondentes acessam por outro motivo essas ferramentas. Temos, assim, que 95% dos respondentes usam estas ferramentas em busca de informações e que apenas 2% não a usam. A busca de informações contidas em peças, jurisprudência, doutrina, artigos, pareceres, legislação, notícias e leitura do Diário Oficial aliada ao uso dos sites institucionais na busca de soluções de problemas (gráfico 10) demonstra a procura de subsídios na produção de conhecimentos que serão aplicados nas atividades profissionais.

Situações de uso das ferramentas de uso restrito

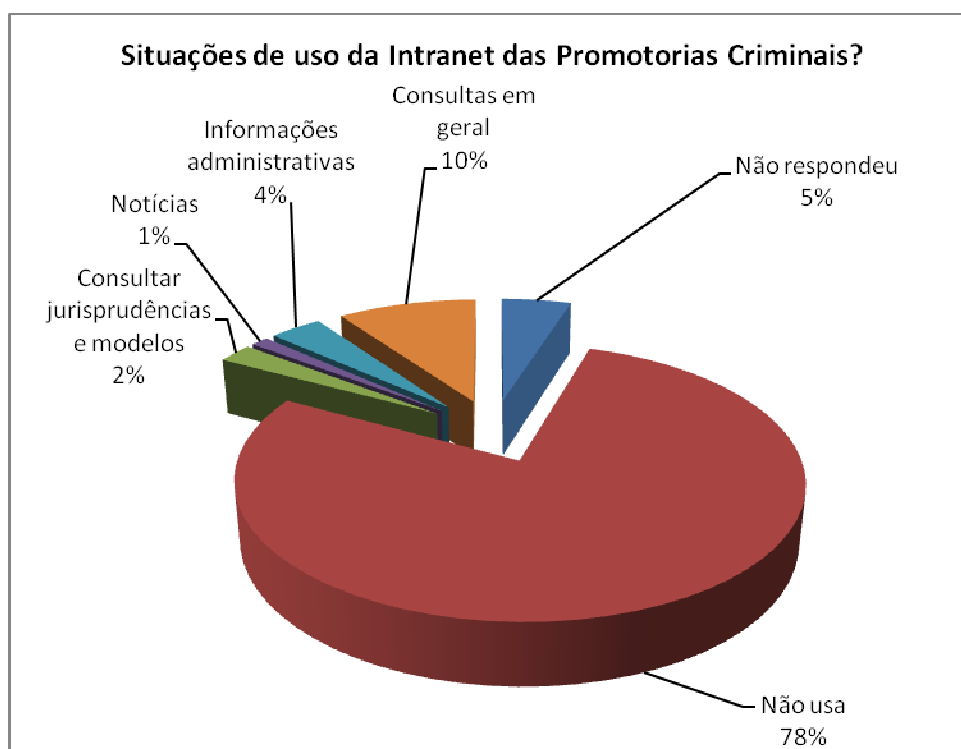


Gráfico 13 – Uso da Intranet

Qual uso você dá ao Arquivo Eletrônico das Promotorias Criminais?

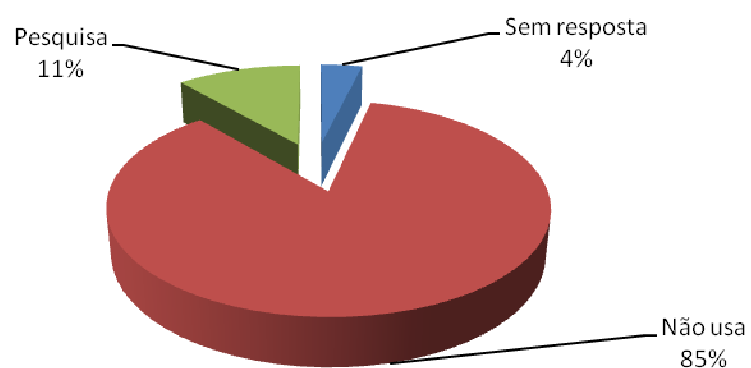


Gráfico 14 – Uso do Arquivo Eletrônico

Qual uso você dá aos Grupos de Discussões?



Gráfico 15 – Uso dos Grupos de Discussões

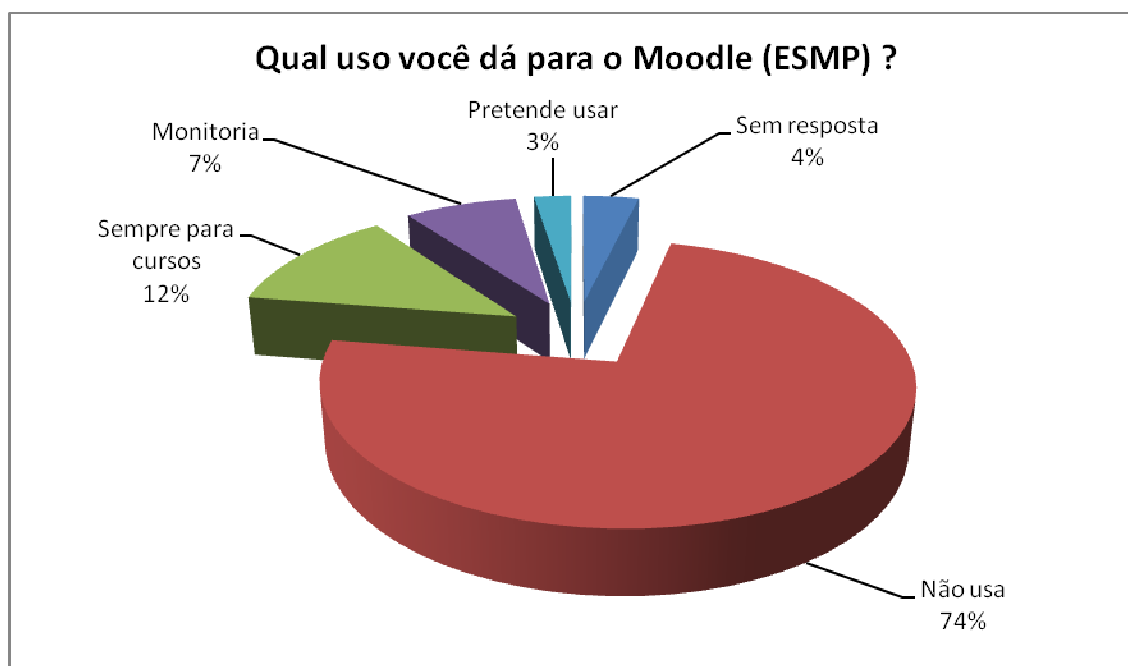


Gráfico 16 – Uso do Moodle da ESMP

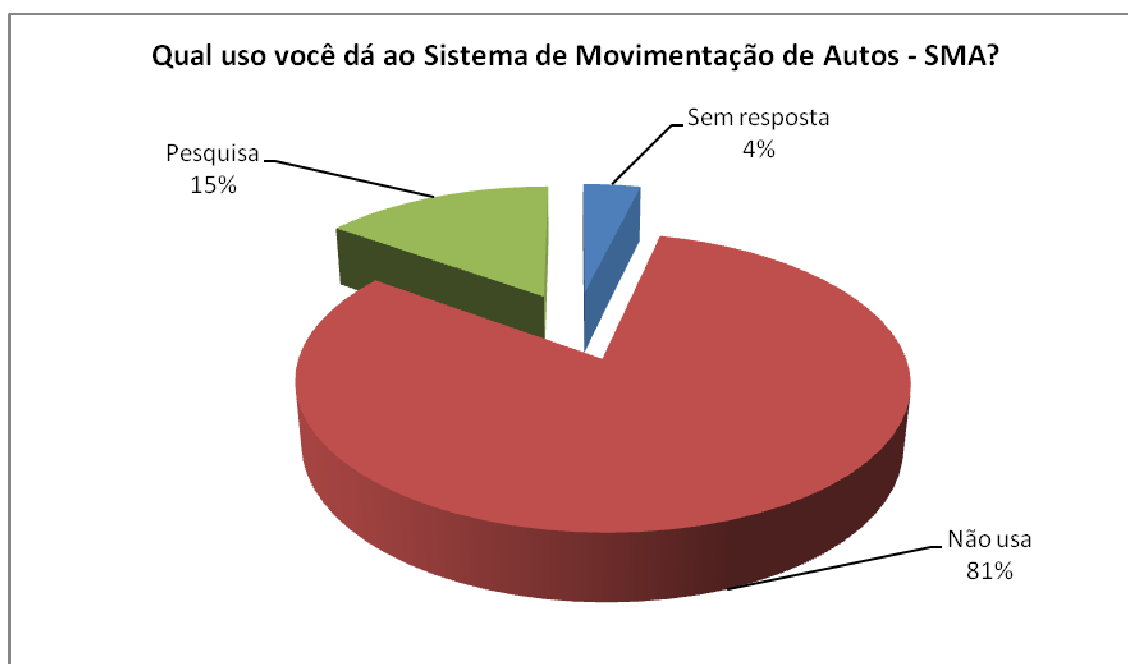


Gráfico 17 – Uso do SMA

As ferramentas Intranet, Arquivo Eletrônico, Moodle da ESMP, e SMA são de uso restrito a um grupo de promotores que tem acesso a rede interna da instituição, e no caso da Intranet e arquivo eletrônico somente daqueles que trabalham num prédio específico. Além disso, estas ferramentas têm aplicação específica para o setor administrativo, servindo subsidiariamente para pesquisa de informações que

possam auxiliar na solução de problemas. O grande número de respondentes que não as usa se explica por estes fatores.

O grupo de discussões, embora tenha sido concebido fora do controle institucional, tem acesso restrito a promotores e tem como objetivo a discussão de um tema específico e pontual, sendo que ao tempo da pesquisa não havia com nenhum assunto em pauta. A última discussão que ocorreu foi sobre a necessidade de haver uma alteração legislativa para permitir que os promotores de Justiça pudessem concorrer a cargos eletivos da administração superior do Ministério Público, até então reservados aos procuradores de Justiça. Nesse espaço pudemos aprofundar a discussão apresentando elementos gráficos e links para ilustrar as posições adotadas. Neste ano de 2009 um projeto de Lei foi esboçado e discutido para atender a esta reivindicação, sendo que liderando este movimento sempre estiveram promotores que participaram do Grupo de Discussão.

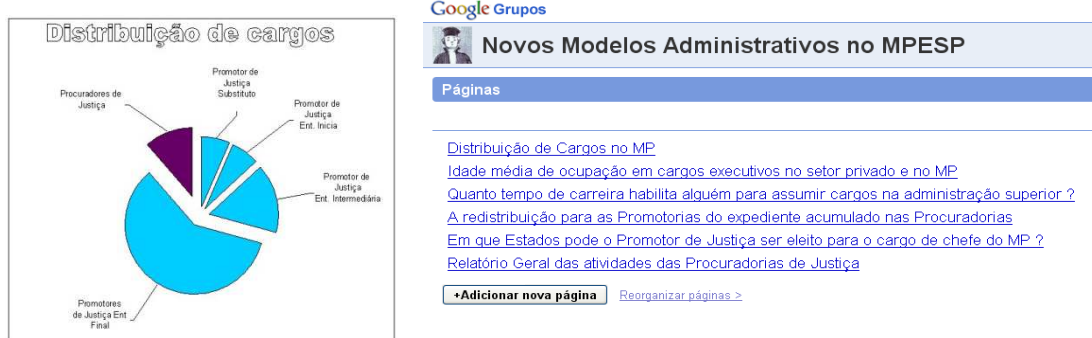


Figura 16 – Telas do grupo de discussão

Email e outras ferramentas

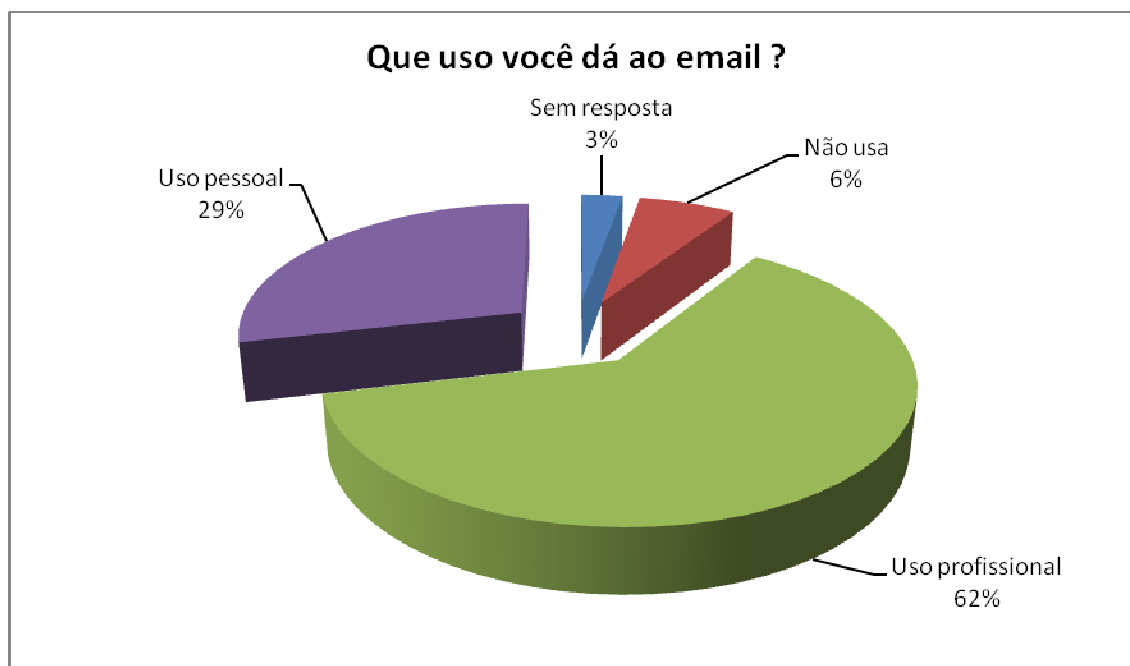


Gráfico 18 – Uso dado ao email

O email é a ferramenta mais consolidada na vida do promotor, sendo a primeira ferramenta assimilada pelo Ministério Público e disponibilizada oficialmente aos promotores. A facilidade de uso e a identificação da origem do email o tornam uma importante ferramenta de interação. O advento de novas ferramentas certamente fará com que o email perca sua posição. Contudo, para que isso ocorra, as novas interfaces dessas ferramentas devem ser igualmente amigáveis.

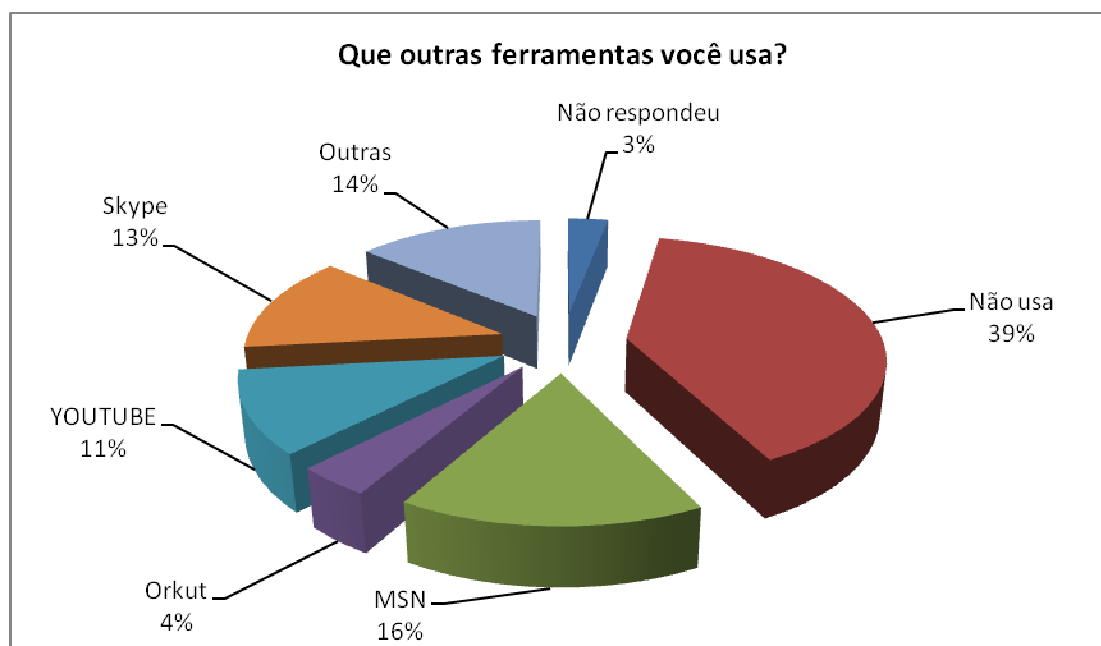


Gráfico 19 – Outras ferramentas usadas

Essa questão reflete quanto os respondentes incorporam novas ferramentas digitais. Vemos que o mensageiro instantâneo da Microsoft MSN é a mais usada, e, pelas suas características, podemos dizer que se assemelha ao uso do email, com a vantagem de ser instantânea, permitindo um grau de interatividade muito maior. Nessa linha de ferramentas digitais aparece o Skype (www.skype.com) que além de apresentar as vantagens dos mensageiros instantâneos possibilita a visualização em tempo real da imagem da pessoa com quem estamos conversando.

Em seguida temos o YOUTUBE (www.youtube.com) com 11% das repostas. Este é um serviço online que disponibiliza informações em formato de vídeo. Recentemente tivemos um caso bastante interessante na promotoria. Uma equipe de um jogo on-line resolveu seqüestrar um jogador rival para se apoderar de seus

pontos, e a instrução do processo não conseguia reunir elementos para esclarecer o que realmente se passava naquele ambiente virtual do jogo on-line. Usando o YOUTUBE pudemos assistir a inúmeros tutoriais explicando como era o jogo, inúmeros vídeos dos réus se vangloriando do furto de pontuação de outros usuários, e até mesmo vídeos amadores explicando como se deu o seqüestro, seus motivos e conseqüências. Com esse material foi possível compreender o que se passou e definir a estratégia de atuação profissional de formação do conjunto probatório.

Interação

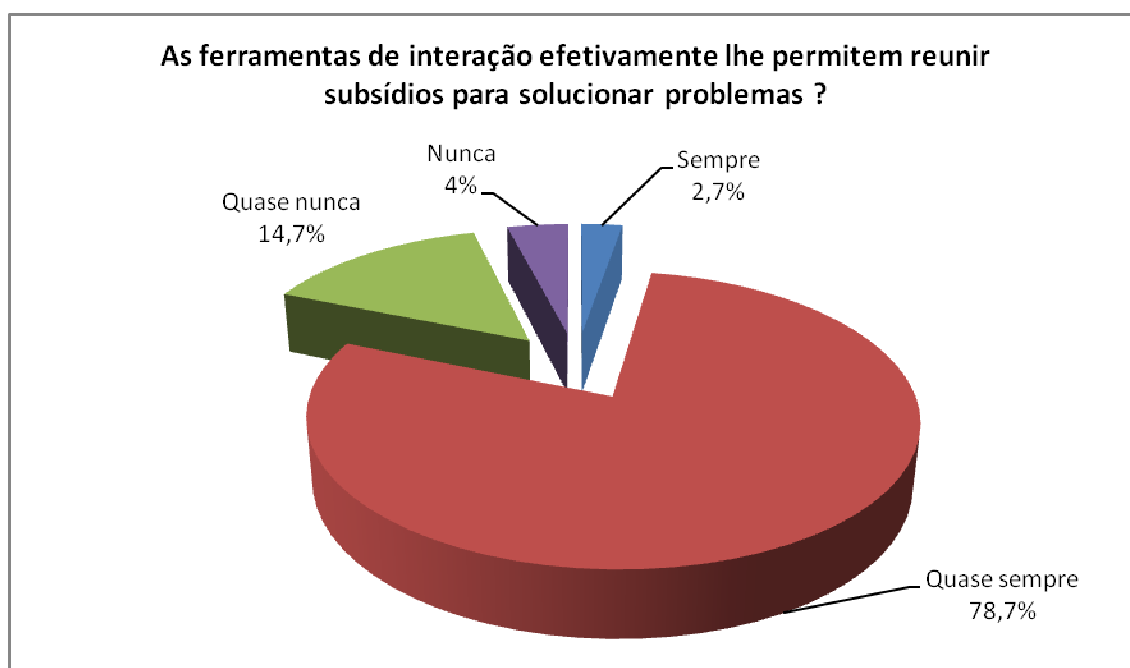


Gráfico 20 – Solução de problemas e as ferramentas

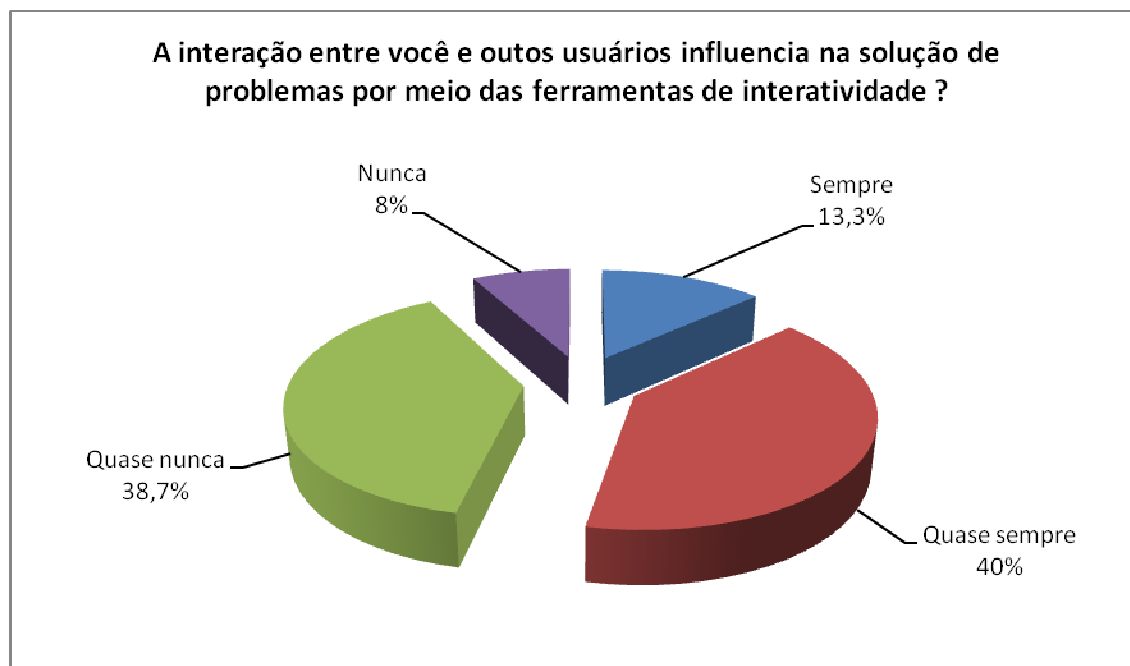


Gráfico 21 – Solução de problemas e interação

As ferramentas digitais são concebidas para transmitir informações a partir um emissor até um receptor. Em outras palavras, promover a interatividade entre eles. Em maior ou menor grau, a interatividade é a essência da circulação de informações no ambiente virtual. Das ferramentas que vimos acima o email é a de menor interatividade, permitindo ao usuário apenas conhecer o nome do remetente e somente escrever e enviar uma resposta após o recebimento da mensagem. Acontece que os dois gráficos acima indicam que 78,8% dos respondentes consideram as ferramentas de interação um meio para reunir subsídios para solução de um problema e 53% deles vê a interação entre os usuários como sendo um fator que influencia na busca dessa solução. Essa resposta está de acordo com aquelas em que o uso de novas ferramentas de maior grau de interatividade estão sendo adotadas. Conseqüentemente, havendo mais interatividade, melhor a qualidade da informação conseguida e melhor a solução alcançada.

O impacto no desempenho profissional

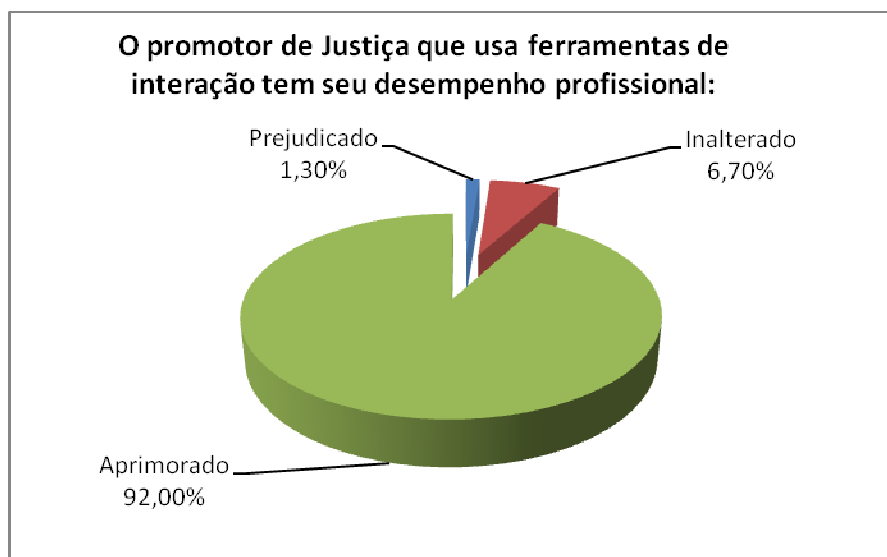
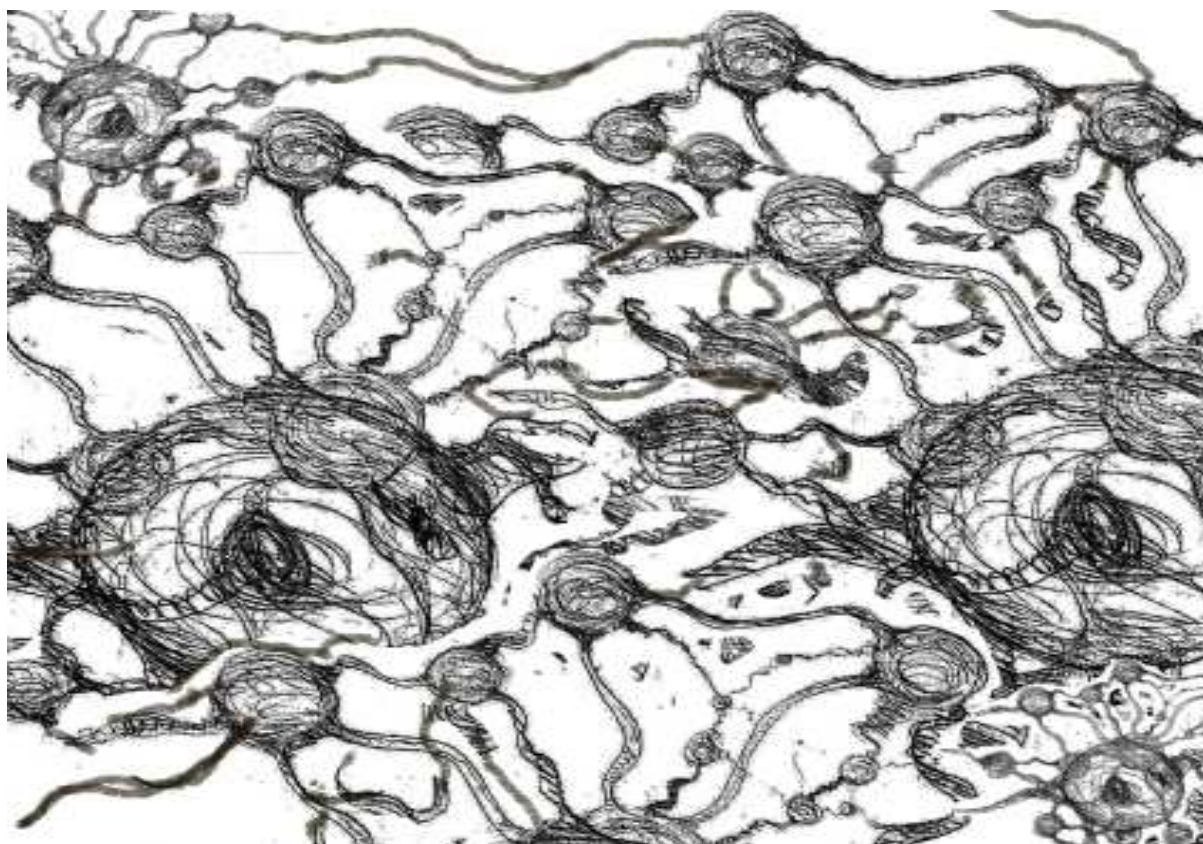


Gráfico 22 – Desempenho profissional

Nessa questão procuramos conhecer a percepção dos respondentes para o resultado do uso de ferramentas de interação virtual. Temos que 92% deles concordaram que o desempenho profissional é aprimorado com o uso das ferramentas, mostrando que tal uso está consolidado no desempenho das atividades e que traz a noção da relação entre o resultado alcançado e a satisfação de um problema pela aquisição de conceitos.

Com os dados colhidos juntos aos promotores de Justiça e com base nas teorias de nosso quadro teórico fechamos o círculo de pesquisa e abrimos novos caminhos para outros trabalhos.



V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fechar o círculo e abrir novos caminhos.

Iniciamos nossa pesquisa com o objetivo de compreender em que medida as interações dos promotores de Justiça mediadas pelas ferramentas digitais poderiam criar um espaço de aprendizagem. Apresentamos a base teórica para a percepção da existência do espaço de formação através das teorias de PIAGET, VYGOTSKY e AUSUBEL. Delimitamos e caracterizamos o ambiente virtual de interação com base

nas teorias de CASTELLS, SANTAELLA, ANTOUN, RHEINGOLD. Chegamos as nossas conclusões apoiados na teoria de ALLEGRETTI em vista do interesse da autora em pesquisar questões relativas à contribuição das modernas tecnologias para o processo de mudanças em que o aprender ganha novo significado.

A população-alvo.

As pessoas que participaram da pesquisa são em sua maioria Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo, pós-graduados, que trabalham como órgão de execução, e na faixa etária de 30 a 59 anos. A solução de seus problemas profissionais depende da aplicação de conceitos científicos adquiridos por meio de ensino como parte de um sistema organizado de conhecimento.

As ferramentas digitais.

Tais pessoas afirmaram que faziam uso constante de ferramentas digitais que lhes permitiam a troca de informações no desenvolver de suas atividades profissionais. O email e os sites institucionais foram as ferramentas apontadas e usadas para leituras por cerca de duas horas por dia. A escolha dessas ferramentas se deu pela facilidade de uso, pelo conteúdo atual e diversificado das informações, e por possibilitarem a produção de conhecimentos.

O espaço de formação interativo

Além de responderem que escolhiam ferramentas que possibilitassem a produção de conhecimento, informaram que por meio delas encontravam solução para os problemas profissionais e que para tanto interagiam com outros usuários. Ao final concluíram que percebiam um aprimoramento no desempenho profissional decorrente do uso das ferramentas.

Identificamos uma resposta satisfatória e afirmativa para nossa questão de pesquisa.

Ao início de nossa pesquisa percebemos a ausência de formatação científica do fenômeno em estudo e, conseqüentemente, grande resistência dos setores administrativos do Ministério Público em relação à utilidade do trabalho. O Conselho Superior do Ministério Público manifestou-se dizendo que o mestrado que comporta a pesquisa “não está dirigido especificamente à área do Direito, a Instituições Públicas ou Jurídicas” de forma a não justificar autorizar que o mesmo fosse desenvolvido durante o horário de trabalho. Também os Secretários Executivos das Promotorias Criminais da Capital, ao terem ciência do início da fase coleta de dados, determinaram a retirada da Intranet de qualquer menção ao trabalho, por entenderem que era de cunho privado, estranho aos trabalhos das Promotorias.

Por outro lado, a E. Corregedoria Geral do Ministério Público manifestou-se favoravelmente ao desenvolvimento da pesquisa; a Escola Superior do Ministério Público formalizou convite para que fosse proferida palestra sobre esse tema aplicado a elaboração da peça processual chamada *denúncia*; a Associação Paulista do Ministério Público apoiou as fases da pesquisa e manifestou interesse em publicar os resultados; e os promotores de Justiça usuários de ferramentas digitais, notadamente o Blog do Promotor, apoiaram e participaram do projeto.

Percebemos que a resistência dos órgãos administrativos estava relacionada com a falta de formatação científica, e conseqüente generalização e divulgação, sobre o tema, fazendo com que aqueles setores se tornassem mais resistentes a mudanças. Com esta pesquisa estamos trazendo alguma contribuição para que o assunto possa ser desenvolvido além da mera descrição de um

fenômeno, mas estabelecendo, através de teorias, os princípios gerais explicadores do fato, e estabelecendo relações científicas (SANTAELLA, 2001 p. 109) que possam dar ao estudo do assunto a necessária atenção por parte do Ministério Público.

A tecnologia promove alterações na vida das pessoas e estas buscam novas formas de aprender. As novas situações de aprendizagem que surgem no horizonte do promotor oferecem uma infinita diversidade de conhecimentos e ele se vale destas situações para alterar seus percursos e aprender coisas novas.

Hoje existem ambientes e situações diversos que oferecem ao indivíduo possibilidades de aprender, ao contrário do que ocorria no passado, quando se concebia a aprendizagem condicionada a condições estritas de tempo e lugar, dependente da presença de alguém detentor do saber, em estágio superior ao educando, com autoridade para lhe impor as verdades estabelecidas. Atualmente, a máxima é aprender sempre, pois, viver é estar aprendendo, seja no trabalho, no estudo, no lazer; enfim, em todos os ambientes dos quais ele atua. (ALLEGRETTI, 2003 p. 57)

Os promotores de Justiça estão interagindo entre si por meio de ferramentas digitais motivados por interesses profissionais. Ao buscarem informações atuais e diversificadas demonstram que tendem a acompanhar a evolução das relações jurídicas da sociedade, e, optam pela interação no ambiente virtual, evidenciando que os limites caracterizadores das relações cognitivas presenciais já não lhes são suficientes para atingir o propósito que os motiva.

O processo de transformação da sociedade tem como um dos fatores fundamentais os avanços tecnológicos, os quais alteram significativamente a disseminação da informação, bem como sua produção. Dado que a informação é a matéria prima para a construção de conhecimento, isto também reflete de forma decisiva, no processo de ensino e de aprendizagem. "Se o que temos de aprender evolui, e ninguém duvida que evolui, e cada vez mais rapidamente, a forma como tem de se aprender e ensinar também deveria evoluir" (POZO, 2002 p. 26 *apud* ALLEGRETTI, 2003 p. 58).

A interação que resulta na produção de conhecimento é evidenciada pelo processo de construção a partir de informações novas que se agregam as existentes, no caso, as “informações atuais e diversificadas”. Este espaço formado permite, por numa face, encontrar a solução de algum problema, e por outra face, contribuir na solução de outros problemas. Esse ciclo de contribuições e soluções é que dá vida a relação virtual e quanto mais rica mais resultados novos e inesperados apresenta servindo a outros usuários.

Neste sentido, conhecer passa – necessariamente - pelo processo de construir a partir de fragmentos de informações, exigindo a integração dos indivíduos num exercício criativo e não restritivo, cujo resultado não é previsto e tão pouco permanente, trata-se, portanto, de verdades provisórias. (ALLEGRETTI, 2003 p. 59)

Essa interação moldada pela liberdade dos indivíduos em exercer sua criatividade resulta em produção de conhecimento implícito (POZO, 2002 p. 57), percebido e buscado pelos promotores, e correlato com conceitos científicos (OLIVEIRA, 1992 p. 24 e 32) que possibilita ao promotor de Justiça a solução de problemas profissionais. Além disso, a aquisição desses conceitos espontâneos possibilita a absorção de outros conceitos científicos correlatos por meio de ensino. (Vygotsky, 1989, apud OLIVEIRA, 1992 p. 32)

Desta forma, percebemos a existência de um espaço de aprendizagem decorrente da interação dos promotores de Justiça mediante o uso de ferramentas digitais. Nesse espaço a aquisição de conceitos espontâneos proporciona a correlação com conceitos científicos que têm aplicação na solução de problemas profissionais. A interatividade, criatividade e liberdade dentro deste espaço são condições para que a aprendizagem ocorra na medida das necessidades dos promotores.

Afinal, em que medida a interação dos promotores de Justiça, por meio das diversas ferramentas digitais, faz surgir um espaço de aprendizagem que contribui para atualização dos conhecimentos? Na medida de suas necessidades (!), pois uso do meio digital está incorporado na forma como ele desempenha sua atividade profissional justamente por lhe permitir a necessária atualização de conhecimentos.

Nossos resultados com base em estudo no campo do Ministério Público do Estado de São Paulo, em vista de estrutura legal que decorre da Constituição Federal, permite que as considerações a que chegamos possam ser aplicadas a casos semelhantes nos diversos Ministérios Públicos dos demais Estados, além do Ministério Público Federal, Trabalhista, Militar, Distrito Federal e Territórios. Além disso, sendo a população-alvo proveniente de uma carreira jurídica, também se podem aplicar as conclusões à Magistratura Estadual e Federal, Advocacias, Defensorias, Procuradorias. Dessa forma acreditamos que nosso trabalho tenha um campo de aplicação bem vasto e que pode proporcionar o desenvolvimento de novas pesquisas nessa linha.

Voltando a nossa questão inicial, vemos que a aplicação dessas conclusões pelos órgãos responsáveis pela atualização profissional, no caso a Escola Superior do Ministério Público e a Procuradoria Geral de Justiça, necessita de pesquisa para justificar o investimento na capacitação de profissionais em conjugar o interesse institucional sem interferir na liberdade dos promotores em exercer sua criatividade valendo-se do surgimento de resultados não previstos visando o ensino de conceitos científicos correlatos.

Sublinhamos também que a telemática não significa, por si só, uma melhoria no processo de construção do conhecimento do aluno; no caso, do

desenvolvimento lingüístico-textual. Um mesmo instrumental pode potencializar as competências e habilidades discentes ou trabalhar na perspectiva alienante, outorgando-lhes um perfil de meros consumidores de informação. Tudo depende da competência pedagógica do educador para utilizar essa nova ferramenta. (PESCE, 2002)

Fechando um pouco mais esse foco, se faz necessário estudar a melhor forma de investir os recursos para apresentar boas ferramentas digitais de interação aos promotores, ou meios de acessá-las, compreendendo a importância de não dificultar o exercício da criatividade. Questões como quais as características de uma ferramenta digital devem ser observadas ao se investir nessa área, considerando os interesses profissionais buscados e as possibilidades do Estado, para então se determinar até que ponto é possível disponibilizar as ferramentas ou se é preferível apenas disponibilizar o acesso.

Por fim, cabe pesquisar em que medida a aprendizagem de conceitos espontâneos pode colaborar com o ensino de conceitos científicos em órgãos como a Escola Superior do Ministério Público.

Feitas essas considerações finais vemos que o assunto reserva muito espaço para pesquisa científica e a que a aplicação dos resultados poderá incrementar as relações de aprendizagens dentro do Ministério Público gerando economia de recursos e agilidade na prestação jurisdicional.

Bibliografia

ALLEGRETTI, Sônia Maria Macedo. *Diversificando os ambientes de aprendizagem na formação de professores para o desenvolvimento de uma nova cultura*. São Paulo, 2003. s/p. Tese de doutorado (Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em <<http://moodle.pucsp.br/mod/resource/view.php?id=10032>>. Citado em: 18 de março de 2008.

ALMEIDA, Fernando José. *Projeto NAVE, Educação a Distância*. São Paulo : s.n., 2001.

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. Tecnologia e educação a distância: abordagens e contribuições dos ambientes digitais e interativos de aprendizagem. *Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação*. 2003. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/mariaelizabethalmeida.rtf>>. Citado em: 17 de junho de 2008.

ALONSO, Myrtes (Org). A gestão/administração educacional no contexto da atualidade. In: VIEIRA, Alexandre Thomaz (Org), ALMEIDA, Maria Elizabeth B. (Org) e ALONSO, Myrtes (Org). *Gestão Educacional e Tecnologia*. São Paulo : Avercamp, 2003, p. 23-38.

AMORETTI, Maria Suzana Marc e TAROUÇO, Liane Margarida Rockenbach. Mapas Conceituais: Modelagem Colaborativa do Conhecimento. *Nou-Rau EAD UNICAMP*. 2000. Disponível em <<http://www.rau-tu.unicamp.br/nou-rau/ead/document/?down=12>>. Citado em: 18 de março de 2008.

ANTOUN, Henrique. O Poder da Comunicação e o Jogo das Parcerias na Cibercultura. *Revistas Eletrônicas de Ciências da Comunicação*, vol 6. 2004. Disponível em <<http://revcom.portcom.intercom.org.br/index.php/fronteiras/article/view/3093/2903>>. 1518-6113>. Citado em: 13 de maio de 2008.

AZINIAN, Hermínia (org). *Educação a Distância: Relatos de Experiências e Reflexões*. Campinas : NIED, 2004.

BENETT, Gordon. *Intranets: como implantar com sucesso na sua empresa*. Rio de Janeiro : Campus, 1997. ISBN 85-352-0117-3.

BRASIL, Ministério da Justiça, Secretaria da Reforma do Judiciário. Conselho Nacional do Ministério Público. *Diagnóstico, Ministério Público nos Estados*. 2006. Disponível em <<http://www.cnmp.gov.br/documentos/documentos-de-referencia/diagnostico.pdf>>. Citado em: 07 de 11 de 2008.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 9. São Paulo: Paz e Terra, 2006. Vol. 1.

COSTA, Rogério. *A Cultura Digital*. São Paulo: Publifolha, 2003.

Fabry, Ana. *Flor de Educacion*. 2005, 1 original de arte, técnica mista sobre tela; 120 x 130 cm. Coleção Particular.

FROTA, M. T. Interlocução Mediada Pelo Grupo de Discussão. *EDUCASEMPRE*. 2008. Disponível em <<http://educasempre.blogspot.com/2008/09/interlocuo-mediada-pelo-grupo-de.html>>. Citado em: 01 de 11 de 2008.

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA, CENPEC, FUNDAÇÃO VANZOLINI, TERRA NETWORKS. Be-a-ba da Internet. *EducaRede*. Fundação Telefônica, Cenpec, Fundação Vanzolini, Terra Networks. Disponível em <http://www.educarede.org.br/educa/internet_e_cia/glossario.cfm?letra=B>. Citado em: 01 de 11 de 2008.

LAVILLE, Christian e DIONNE, Jean. *A Construção do Saber. Manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas*. Revisão técnica e adaptação por Lana Mara Siman. Porto Alegre : Artmed/ Ed UFMG, 1999.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. 2. São Paulo : Ed. 34, 1999.

LIMA JR, C. D. V. De Velázquez a Magritte, um passeio pela luz. *Seminário para a disciplina de Semiótica peirciana*. 2006.

LIMA, Maria de Fátima Webber do Prado e TAROUÇO, Liane Margarida Rokenbach. A utilização de grupos em ambiente digitais/virtuais. In VALENTINI, Carla Beatriz (Org) e SOARES, Eliana Maria do Sacramento (Org). *Aprendizagem em ambiente virtuais. Compartilhando idéias e construindo cenários*. Caxias do Sul, RS : Educs, 2005.

AVOLIO, Jelssa Ciardi. FAURY, Mára Lucia. Novos itinerários para o ensino do francês como língua estrangeira. In **MAIA, Carmem.** (Org.) *ead.br: experiências inovadoras em educação a distância no Brasil*. São Paulo : Anhembi Morumbi, 2003.

MATTAR, João. *Metodologia Científica na Era da Informática*. 2. São Paulo : Saraiva, 2005.

MORIN, Eedgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. trad. Eloá Jacobina. 9. São Paulo : Bertrand Brasil, 1999.

MPESP - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Diário Oficial. *DOE. Seq I, pag. 104*. São Paulo : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1994.

NEVES, José Luis. Pesquisa Qualitativa - Características, Usos e Possibilidades. *Revista de Gestão USP*. agosto de 1996. Disponível em <<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>>. Citado em: 18 de março de 2008.

OLIVEIRA, Marta Kohl. Vygotsky e o processo de formação de conceitos. In TAILLE, Ives de La. OLIVEIRA, Marta Kohl de. DANTAS, Heloysa. *Piaget, Vygotsky, e Wallon, teorias psicogenéticas em discussão*. 19. São Paulo : Summus, 1992.

PEÑA, Maria de Los Dolores Jimenez, et al. Prática docente e tecnologia: revisando fundamentos e ampliando conceitos. *REVISTA PUCVIVA*. 2005. Disponível em <http://www.apropucsp.org.br/revista/r24_r05.htm>. Citado em: 18 de março de 2008.

PESCE, Lucila. A telemática viabilizando construções textuais colaborativas: um estudo de caso.

Linguagem, Mundo da Vida e Aprendizagem em Ambientes Virtuais. 2002. Disponível em

<http://www.geocities.com/lucila_mariapesce/publicacoes/ANPED_SE.html. Citado em: 02 de abril de 2008.

PONTE, João Pedro. O estudo de caso na investigação em educação matemática. *Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa*. 1994. Disponível em

<[http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/docs-pt/94-Ponte\(Quadrante-Estudo%20caso\).pdf](http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/docs-pt/94-Ponte(Quadrante-Estudo%20caso).pdf)>.

Citado em: 28 de março de 2008.

POZO, Juan Ignacio. *Aprendizes e Mestres: A nova cultura da aprendizagem*. trad. Ernani Rosa. Porto Alegre : Artmed, 2002.

—, *Teorias Cognitivas da Aprendizagem*. trad. Juan Acuña Elorems. 3. Porto Alegre : Artes Médicas, 1998.

RAMAL, Andrea Cecília. Ler e Escrever na Cultura Digital. *ID Projetos Educacionais*.

<http://www.idprojetoseducacionais.com.br/artigos/Ler_e_escrever_na_cultura_digital.pdf>. Citado em: 01 de 11 de 2008.

RHEINGOLD, Howard. The Virtual Community. *Rheingold's Page*. 1998. Disponível em

<<http://www.rheingold.com/vc/book/>>. Citado em: 24 de março de 2008.

RIZZINI, Irma, CASTRO, Monica Rabelo e SARTOR, CARLA DANIEL. *Pesquisando...:guia de metodologias de pesquisa para programas sociais*. Rio de Janeiro : Universitária Santa Úrsula, 1999.

SANTAELLA, Lúcia. *Comunicação e Pesquisa*. São Paulo : Hacker Editores, 2001.

—, 2005. *Matrizes da Linguagem e Pensamento*. São Paulo : Iluminuras, 2005.

—, 2004. *Navegar no ciberespaço: o perfil do leitor imersivo*. São Paulo : Paulus, 2004.

SILVA, Jan Alyne Barbosa. Webblogs: Múltiplas utilizações e um conceito. *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. 2003. Disponível em

<http://homer.nuted.edu.ufrgs.br/ObjetosPEAD2006/obj_blog/2003_NP08_silva.pdf>. Citado em: 18 de março de 2008.

STAA, Betina von. Sete motivos para um professor criar um blog. *@educacional*. s/d. Disponível em

<http://www.educacional.com.br/articulas/betina_bd.asp?codtexto=636>. Citado em: 01 de 11 de 2008.

TAVARES, Romero. Aprendizagem Significativa e o Ensino de Ciências. *RIVED - MEC*. 2007. Disponível em

<http://rived.proinfo.mec.gov.br/atividades/fisica/EXTERNOS/ufpb_energia/Textos/ASECRomero.pdf>. Citado em: 18 de março de 2008.

UNICAMP. Biblioteca Digital da UNICAMP. *Sistema de Bibliotecas da UNICAMP*. Disponível em

<<http://www.sbu.unicamp.br/bibdig/apresentacao.htm>>. Citado em: 01 de 11 de 2008.

Wikipedia. Remote Access. *Wikipédia, a enciclopédia livre*. 2007. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Remote_Access>. Citado em: 12 de 11 de 2008.

ANEXOS

Anexo 1 – Diário Oficial anunciando a HabeasData BBS

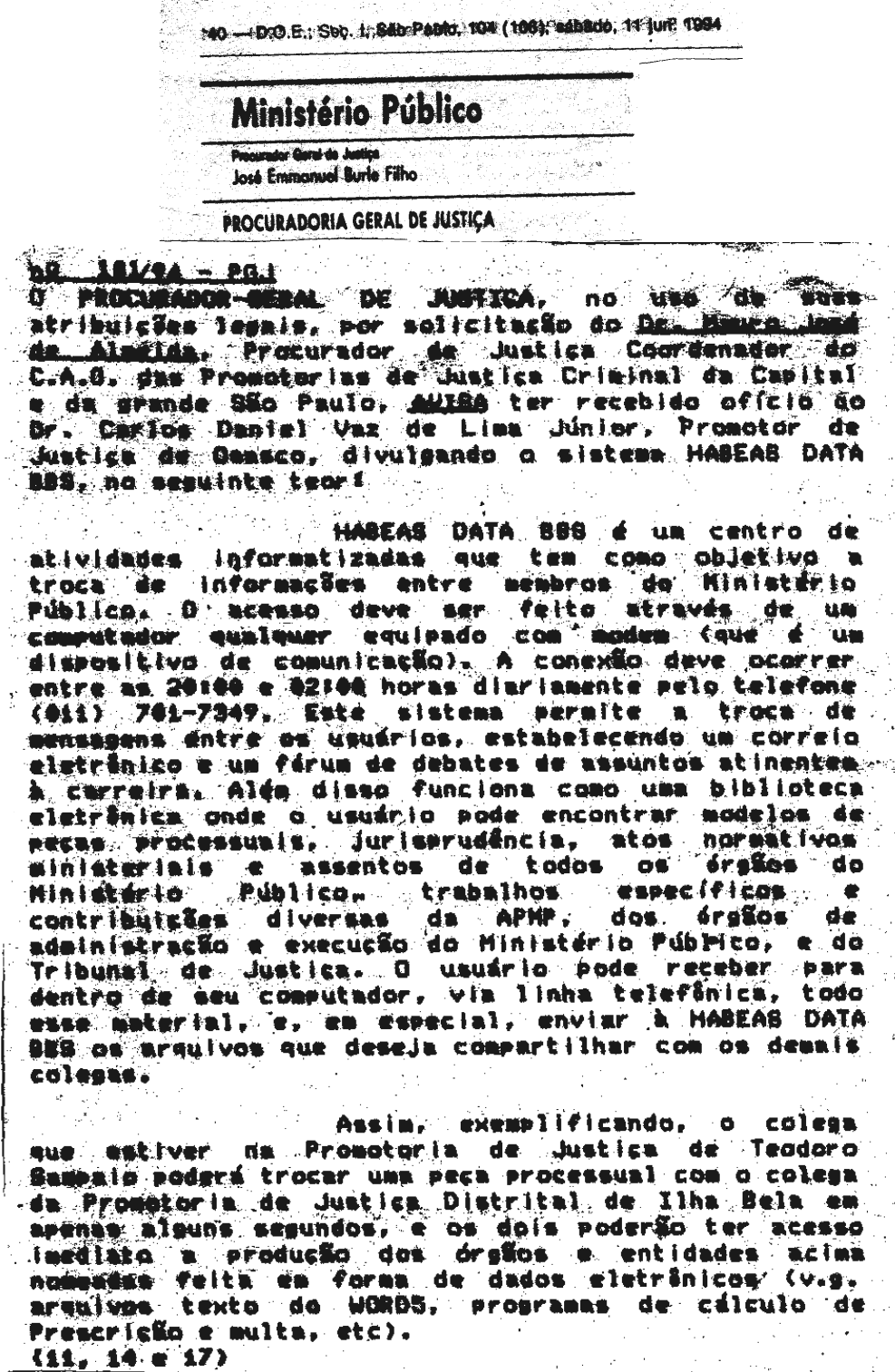


Figura 17 - Diário Oficial anunciando a HabeasData BBS

Anexo 2 – Ata de Reunião para início do projeto Modeloteca.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
ATA DE REUNIÃO

EMITENTE MARCOS A. G. NOGUEIRA	ÓRGÃO DO EMITENTE CENTRO DE INFORMÁTICA	DATA EMISSÃO 02/06/00
ASSUNTO PROJETO MODELOTECA – PROMOTORIAS CRIMINAIS DO FÓRUM CENTRAL DA CAPITAL		
LOCAL DA REUNIÃO COMPLEXO JUDICIÁRIO MINISTRO MÁRIO GUIMARÃES – BARRA FUNDA		
DATA DA REUNIÃO 31/05/00	DURAÇÃO DA REUNIÃO 1 hora e meia	
PAUTA DA REUNIÃO DISCUTIDA Definição do projeto MODELOTECA		
PARTICIPANTES DA REUNIÃO Centro de Informática Marcos Aurelio Gomes Nogueira		Dr. Aluizio Pupin – 4ª Promotoria de Justiça Criminal Dr. Carlos Daniel – 3ª Promotoria de Justiça Criminal Dr. Walter – 5ª Promotoria de Justiça Criminal
ASSUNTOS ABORDADOS		

1 - Objetivo

A reunião teve como objetivo discutir os aspectos relacionados a definição da infraestrutura necessária para implementação da “Modeloteca”. No entendimento discutido e apresentado pelos excelentíssimos Promotores de Justiça, entende-se por Modeloteca, uma biblioteca virtual de modelos de peças e ofícios, e assuntos diversos de interesse dos Membros lotados nas Promotorias de Justiça da Barra Funda. Pretende-se com o recurso: a divulgação das matérias e assuntos de interesse da classe, integração, agilidade na comunicação de fatos relevantes e de abrangência às Promotorias e compartilhamento de modelos de peças, formulários e ofícios diversos.

Os Promotores têm interesse em disponibilizar as INFOBASES, produzidas em Fólio pela APMP e pelo MP. Foi solicitado também, a instalação do Correio Eletrônico – e-mail e recursos de pesquisa global ou específica.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

ATA DE REUNIÃO

2 - Infra-estrutura

A Modeloteca estará disponível a todos os Membros lotados no prédio da Barra Funda, através da rede de dados interna/INTRANET. Para sua implementação utilizaremos a tecnologia WEB, ficando sob a responsabilidade do GAIMP - Centro de Informática, as instalações necessárias, o fornecimento dos equipamentos e configurações, bem como as definições técnicas e procedimentos para manutenção e segurança do ambiente computacional.

Foi solicitado aos excelentíssimos Promotores de Justiça a designação de Servidor (Oficial de Promotoria) para manutenção e operacionalização do site.

Caberá inicialmente a equipe técnica do Centro de informática o desenvolvimento do projeto e sua implantação, após conclusão, o site será mantido pelo servidor designado que deverá respeitar os procedimentos técnicos adotados na Instituição através do GAIMP - Centro de Informática.

Os excelentíssimos Promotores de Justiça acordaram quanto a necessidade da criação de um protótipo do site da MODELOTECA, para que o mesmo seja apreciado e, após aprovado pela comissão gestora, apresentado aos demais Membros. Durante a reunião definiram e elaboraram layout's, em anexo, com objetivo de representar o conteúdo a ser desenvolvido e apresentado em cada home-page. Os arquivos com os conteúdos de modelos serão fornecidos durante o desenvolvimento.

A equipe técnica do Centro de Informática desenvolverá no prazo de 2 semanas o protótipo e o apresentará aos excelentíssimos Promotores. O desenvolvimento contará com a participação do Servidor por eles designado e se dará conforme agenda da equipe técnica.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

ATA DE REUNIÃO

3 - Equipamentos e rede de dados

Os excelentíssimos Promotores de Justiça solicitaram que a infra-estrutura seja instalada o mais rápido possível, informaram também que as Promotorias deverão estar interligadas.

Foi argumentado pelo Diretor do Centro de Informática que o GAIMP – Centro de Informática, através da concordância do seu Coordenador e dos recursos existentes, garantirá a infra-estrutura necessária para o correto funcionamento do ambiente computacional.

Como planejamento e próximos passos, relatamos:

3.1 - Certificação da rede de dados

Os Promotores foram informados que encontra-se em andamento a certificação e criação de novos pontos da rede de dados com data de conclusão para 09/06/00. As Promotorias já estão interligadas, restando somente um caso isolado que será solucionado no prazo acima mencionado.

3.2 - Equipamentos

A equipe técnica do Centro de Informática – Setor de Redes e Telecom providenciará a preparação do ambiente computacional para o site. Prazo previsto para: 28/06/00

3.3 - Desenvolvimento e treinamento

A equipe técnica do Centro de Informática – Setor Internet/Intranet, providenciará o desenvolvimento das home-pages que compõe o site e os procedimentos necessários para que o Servidor designado atue na manutenção e operacionalização do mesmo. Prazo previsto para: 28/06/00 (apresentação à Comissão)



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

ATA DE REUNIÃO

4 - Definições

É de responsabilidade da Comissão ou Grupo as definições de padrões, regras, procedimentos necessários e conteúdo a ser divulgado no site.

Para desenvolvimento do site a equipe técnica do Centro de Informática utilizará as ferramentas disponíveis na Instituição.

5 - Rede elétrica e telefonia

Não é de responsabilidade do GAIMP - Centro de Informática, as providências acerca da preparação e execução dos serviços na rede elétrica ou telefonia. Entretanto, caberá a equipe técnica sugerir, especificar e realizar vistorias no local, visando certificar o ambiente para instalação dos equipamentos de responsabilidade do Centro de Informática.

6 - INFOBASES - Folio

Ficou acertado que é necessário obter maiores informações a respeito das INFOBASES produzidas pela APMP. O Dr. Carlos Daniel ficou de contatar o técnico da Associação Paulista afim de obter maiores informações e colocá-lo em contato com a equipe técnica do Centro de Informática.

7 - Sistema de Pesquisa

O site contará com o recurso de pesquisa global e específica através dos recursos oferecidos pela ferramenta INDEX_SERVER.

8 - Correio eletrônico

O site contará com o serviço de correio eletrônico

9 - Designação do servidor

O Sr. Raimundo Marinho Azevedo, atuará junto a equipe de desenvolvimento do site e prestará serviços sempre que necessário visando garantir a normalidade e o correto funcionamento do mesmo.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

ATA DE REUNIÃO

10 - Pendências:

- Desenvolvimento das home-pages e apresentação aos Promotores (Dr. Pupin, Dr. Carlos Daniel e Dr. Walter). Os excelentíssimos Promotores de Justiça ficaram de enviar os arquivos;
- Instalação do ambiente computacional;
- Treinamento do Servidor Oficial de Promotoria;
- Aguardar contato do técnico da APMP para discutir os requisitos técnicos para disponibilizar as INFOBASES;
- Certificação da rede de dados com a interligação de todas as Promotorias;

11 – Cópias enviadas

Dr. Alberto Carlos Dib Jr – Diretoria Geral

Sra. Regina de T. Toledo Carnieto – GAIMP

Equipe Internet

Equipe de Rede de Dados e Telecom

Dr. Aluizio Pupin – 4ª Promotoria de Justiça Criminal

Dr. Carlos Daniel – 3ª Promotoria de Justiça Criminal

Dr. Walter – 5ª Promotoria de Justiça Criminal

Sra. Sandra de Carvalho – CIPP

Sr. Raimundo Marinho Azevedo – Setor de Informações

Anexo 3 –Ata da Comissão Intranet elegendo o primeiro Coordenador



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Comissão da Intranet

1

1ª Promotoria de Justiça

Dr. Fábio Kalaf

2ª Promotoria de Justiça

Dr. Pedro Eugênio Frederico

3ª Promotoria de Justiça e Coordenador

Dr. Carlos Daniel Vaz de Lima Jr

4ª Promotoria de Justiça

Dr. Arthur Pinto Filho

5ª Promotoria de Justiça

Dr. Walter Tebet

6ª Promotoria de Justiça

Dr. Dimítrios Eugênio Bueri

Representante dos Secretários

Dr. Eduardo Ferreira Valério

Suplente de Representante dos Secretários

Dra. Dulce Maria Goyas Sicoli

pedrocug@mp.sp.gov.br

carlosdaniel@mp.sp.gov.br

rachel@mp.sp.gov.br

evalerio@diretnet.com.br

dulce@mp.sp.gov.br

Ata da Reunião de 20 de Fevereiro de 2001

Pauta:

1. Discussão sobre o equipamento usado na Intranet
2. Protocolo de Cooperação tecnológica com a APMP
3. Ponto de rede na sala da APMP
4. Modelos de documentos
5. Eleição do coordenador dos trabalhos
6. Comunicação da composição da Comissão à PJG, CGMP e Promotores Criminas da Barra Funda
7. E-mails dos integrantes da comissão
8. Agendar nova reunião

Resumo da Reunião:

1. Discussão sobre o equipamento usado na Intranet
Foi esclarecido que hoje existem quatro computadores compartilhados com a SIC e quatro funcionários (Jorge, Raimundo, Geovana e Adilson), e um scanner sem instalar que poderá ser usado para digitalizar peças das pastas da Promotoria.
2. Protocolo de Cooperação tecnológica com a APMP
Foi discutido a necessidade de ser feita uma minuta para posterior discussão
3. Ponto de rede na sala da APMP
Solicitação que será feita ao GAIMP pelos Secretários
4. Modelos de documentos
Para a próxima reunião serão apresentados modelos e documentos que possam interessar à Intranet e então será decidido a forma de inseri-los no sistema.
5. Eleição do coordenador dos trabalhos.
Foi eleito para ser o coordenador dos trabalhos da Comissão o Dr. Carlos Daniel Vaz de Lima Júnior.
6. Divisão preliminar de trabalhos: Legislação – Dr. Valério; Modelos – Dr. Pedro; Jurisprudência – Dr. Dimítrios; Doutrina – Dr. Fábio; Notícias e Informações – todos.
7. Comunicação da composição da Comissão à PJG, CGMP e Promotores Criminas da Barra Funda
Será feita pelos Secretários
8. E-mails dos integrantes da comissão
Foram trocados os e-mails que já constam desta ata
9. Agendar nova reunião
Nova reunião em 13/03/2001, às 11:00 horas em uma sala com acesso a Intranet

Figura 23- Ata da Comissão Intranet elegendo o primeiro Coordenador

Anexo 4 – Ata da 3ª Promotoria iniciando o projeto Arquivo Eletrônico



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DA CAPITAL

Reunião Ordinária de 28 de Abril de 2004

ATA DA REUNIÃO
ORDINÁRIA
DE ABRIL/2004

28 de Abril de 2004

Realizada Reunião da 3ª Promotoria de Justiça Criminal da Capital, nas suas dependências, situadas à avenida Doutor Abrahão Ribeiro, 313, Bairro Barra Funda, município e comarca de São Paulo - SP, onde, na data de **28 de Abril de 2004**, quarta-feira, às 12:45 horas, estando presentes e reunidos, o Doutor **RUY CID MARTINS VIANNA**, 41º Promotor de Justiça Criminal da Capital, Secretário Executivo da 3ª Promotoria de Justiça Criminal da Capital, que esta ata lavra; juntamente com a Doutora **CLÁUDIA MOREIRA FRANÇA PRATAVIERA**, Promotora de Justiça da Capital; o Doutor **VALTER KENJI ISHIDA**, 42º Promotor de Justiça Criminal da Capital; o Doutor **PAULO JURICIC**, 43º Promotor de Justiça Criminal da Capital; a Doutora **LUCIENE ANGÉLICA MENDES**, 44ª Promotora de Justiça Criminal da Capital; o Doutor **CARLOS DANIEL VAZ DE LIMA JÚNIOR**, Promotor de Justiça da Capital; o Doutor **FERNANDO HERNANDEZ JOSÉ**, 47º Promotor de Justiça Criminal da Capital; o Doutor **JOSÉ FRANCISCO CAGLIARI**, 49º Promotor de Justiça Criminal; a Doutora **VALÉRIA MAIOLINI**, Promotora de Justiça da Capital; o Doutor **ROBERTO ELIAS COSTA**, 51º Promotor de Justiça Criminal; o Doutor **MÁRCIO SÉRGIO CHRISTINO**, 52º Promotor de Justiça Criminal da Capital; a Doutora **CARLA MARIA ALTAVISTA MAPELLI**, 53ª Promotora de Justiça Criminal da Capital; o Doutor **ISMAEL MARCELINO**, 54º Promotor de Justiça Criminal da Capital; a Doutora **MARIA APARECIDA MELO DOS SANTOS**, 55ª Promotora de Justiça Criminal da Capital; o Doutor **JOÃO ANTONIO DOS SANTOS RODRIGUES**, 56º Promotor de Justiça Criminal da Capital; o Doutor **VANDERLEY PERES MOREIRA**, 58º Promotor de Justiça Criminal da Capital; o Doutor **MARCELO BATLOUNI MENDRONI**, 59º Promotor de Justiça Criminal, e o Doutor **ORION PEREIRA DA COSTA**, 60º Promotor de Justiça Criminal.

Diante da falta de espaço, do transtorno em produzir cópias e guardá-las em pastas empoeiradas, da facilidade que nos proporciona a informática, etc. o Senhor Secretário propôs que se montasse uma comissão para estudar e colocar em prática, em um projeto piloto, até que se tivesse total garantia, segurança e adesão de todos os promotores, de arquivo eletrônico de peças para as pastas de Corregedoria-Geral. Discutido o assunto, deliberou-se, por unanimidade, pela formação de comissão integrada pelos Dr. Carlos Daniel Vaz de Lima Júnior, como coordenador, e pelos Dr. Marcelo Batlouni Mendroni e Dr. Roberto Elias Costa. Essa comissão estudará a melhor forma de arquivamento, padronização dos nomes de arquivos, forma de coleta das peças, etc., tudo para elaborar o projeto piloto e colocá-lo em prática para análise de sua eficiência pela Promotoria e decisão em abandonar, definitivamente, o arquivo em papel.

Em assuntos da Intranet, o Dr. Carlos Daniel Vaz de Lima Júnior expôs que pretende formar um banco de peças dos Promotores e colocá-lo à disposição de todas as Promotorias Criminais, devendo, para tanto, entrar em contato, individualmente, com todos os Promotores desta Promotoria, analisar a forma de arquivamento das peças, torná-las imutáveis e alimentar o banco. Parte desse serviço já se confunde com a formação definitiva do arquivo eletrônico da Promotoria e, para tanto, solicitou e por unanimidade a Promotoria deliberou que o Dr. Carlos Daniel terá cinco dias úteis, com prejuízo de suas funções, durante o mês de Maio/2004, para elaboração e implantação do banco de peças e do arquivo eletrônico, discutido no item dois, com livre acesso aos computadores da Promotoria.

Anexo 5 – Ata da 3ª Promotoria aprovando o projeto Arquivo Eletrônico



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DA CAPITAL

ATA DA REUNIÃO
ORDINÁRIA
DE OUTUBRO/2004

28 de Outubro de 2004

Realizada Reunião da 3ª Promotoria de Justiça Criminal da Capital, nas suas dependências, situadas à avenida Doutor Abrahão Ribeiro, 313, Bairro Barra Funda, município e comarca de São Paulo - SP, onde, na data de **28 de Outubro de 2004**, quinta-feira, às 12:45 horas, estando presentes e reunidos, o Doutor **RUY CID MARTINS VIANNA**, 41º Promotor de Justiça Criminal, Secretário Executivo da 3ª Promotoria de Justiça Criminal da Capital, que esta ata lavra; juntamente com a Doutora **VALÉRIA MAIOLINI**, 42ª Promotora de Justiça Criminal; o Doutor **PAULO JURICIC**, 43º Promotor de Justiça Criminal; a Doutora **LUCIENE ANGÉLICA MENDES**, 44ª Promotora de Justiça Criminal; o Doutor **CARLOS DANIEL VAZ DE LIMA JÚNIOR**, Promotor de Justiça da Capital; a Doutora **CRISTINA HELENA OLIVEIRA FIGUEIREDO**, 46ª Promotora de Justiça Criminal; o Doutor **FERNANDO HERNANDEZ JOSÉ**, 47º Promotor de Justiça Criminal; o Doutor **JOSÉ FRANCISCO CAGLIARI**, 49º Promotor de Justiça Criminal; o Doutor **ROBERTO ELIAS COSTA**, 51º Promotor de Justiça Criminal; a Doutora **CARLA MARIA ALTAVISTA MAPELLI**, 53ª Promotora de Justiça Criminal; o Doutor **ISMAEL MARCELINO**, 54º Promotor de Justiça Criminal; a Doutora **MARIA APARECIDA MELO DOS SANTOS**, 55ª Promotora de Justiça Criminal; o Doutor **JOÃO ANTONIO DOS SANTOS RODRIGUES**, 56º Promotor de Justiça Criminal; o Doutor **VANDERLEY PERES MOREIRA**, 58º Promotor de Justiça Criminal; o Doutor **MARCELO BATLOUNI MENDRONI**, 59º Promotor de Justiça Criminal e o Doutor **ORION PEREIRA DA COSTA**, 60º Promotor de Justiça Criminal.

No terceiro item da pauta, o Senhor Secretário anunciou que, a partir de 1º de Novembro de 2004 inicia-se, oficialmente, o arquivo eletrônico das seis Promotorias de Justiça Criminais da Capital, restando, definitivamente, cessado o procedimento de arquivamento de cópias em papel das peças processuais para efeito de fiscalização da Egrégia Corregedoria Geral do Ministério Público. Salientou-se a obrigação de todos os Senhores Promotores e a imprescindibilidade de gravação de todas as peças processuais e de inquérito policial no arquivo eletrônico da Promotoria.

Em Assuntos Diversos, nada fora exposto.

NADA MAIS TENDO SIDO DISCUTIDO, foi dada a reunião por encerrada, tendo o Senhor Secretário lavrado a presente ata, que vai por todos assinada e homologada. São Paulo, 28 de Outubro de 2004.

Questionário Sujeito , página 1

Sim	40 a 49	graduação	Ouvir músicas,Fazer compras,Leituras diversas	até 1 hora	Trabalho no Estado de São Paulo,Sou promotor da área criminal, Sou promotor da área cível		233	23/6/2008 14:24	201.55.50.40	5	-1	-1
Não	40 a 49	especialização	Leituras diversas,alguma outra forma de lazer	até 2 horas	Trabalho em outro Estado da Federação, Sou promotor da área cível		238	23/6/2008 14:37	201.55.50.40	5	-1	-1
Sim	40 a 49	especialização	Fazer compras,Leituras diversas,alguma outra forma de lazer	até 2 horas	Trabalho no Estado de São Paulo,Sou promotor da área criminal		237	23/6/2008 14:35	201.55.50.40	7	-1	-1
Sim	40 a 49	graduação	Ouvir músicas,Fazer compras,Leituras diversas,alguma outra forma de lazer	até 4 horas	Trabalho no Estado de São Paulo,Sou promotor da área criminal, Sou promotor da área cível		242	23/6/2008 15:36	201.55.50.40	3	-1	-1
Sim	40 a 49	especialização	Leituras diversas	até 2 horas	Trabalho no Estado de São Paulo, Sou promotor da área cível		245	23/6/2008 16:01	201.55.50.40	1	-1	-1
Sim	40 a 49	graduação	alguma outra forma de lazer	até 1 hora	Trabalho no Estado de São Paulo,Sou promotor da área criminal		256	24/6/2008 14:37	201.55.50.40	5	5	5
Sim	40 a 49	graduação	Ouvir músicas,Leituras diversas,alguma outra forma de lazer	até 1 hora	Trabalho no Estado de São Paulo,Sou promotor da área criminal		259	24/6/2008 15:01	201.55.50.40	6	-1	-1
Sim	40 a 49	graduação	Fazer compras,Leituras diversas	até 2 horas	Trabalho no Estado de São Paulo, Sou promotor da área cível		269	26/6/2008 14:11	201.55.50.40	7	1	1
Sim	40 a 49	graduação	Leituras diversas	até 1 hora	Trabalho no Estado de São Paulo		275	26/6/2008 20:45	201.55.50.40	5	-1	-1
Sim	40 a 49	mestrado	Ouvir músicas,Fazer compras,Leituras diversas,Assistir filmes,alguma outra forma de lazer	até 4 horas	Trabalho no Estado de São Paulo,Sou promotor da área criminal		295	14/7/2008 12:07	201.55.50.40	7	-1	-1
Sim	40 a 49	graduação	Ouvir músicas,Fazer compras,Leituras diversas	até 2 horas	Trabalho no Estado de São Paulo, Sou promotor da área cível		298	21/7/2008 18:25	201.55.50.40	4	-1	-1

Questionário Sujeito , página 2

Sim	40 a 49	especialização	Ouvir músicas,Fazer compras,Leituras diversas,Assistir filmes,alguma outra forma de lazer	até 4 horas	Trabalho no Estado de São Paulo,Sou promotor da área criminal		130	21/6/2008 10:06	201.6.69.206	4	-1	-1
Sim	40 a 49	doutorado	Fazer compras,Leituras diversas	até 3 horas	Trabalho no Estado de São Paulo,Sou promotor e trabalho na administração		105	21/6/2008 01:54	201.68.105.68	6	-1	-1
Sim	40 a 49	doutorado	Fazer compras,Leituras diversas	até 3 horas	Trabalho no Estado de São Paulo,Sou promotor e trabalho na administração		263	24/6/2008 21:24	201.74.156.244	5	-1	-1
Sim	40 a 49	graduação	Leituras diversas	até 2 horas	Trabalho no Estado de São Paulo,Sou promotor da área criminal		72	20/6/2008 21:23	201.74.237.50	-1	-1	1
Sim	40 a 49	doutorado	Leituras diversas,alguma outra forma de lazer	até 2 horas	Trabalho no Estado de São Paulo,Sou promotor da área criminal		178	21/6/2008 23:43	201.74.239.243	7	-1	-1
Sim	40 a 49	graduação	Ouvir músicas,Fazer compras,Leituras diversas,Assistir filmes,alguma outra forma de lazer	mais de 6 horas	Trabalho no Estado de São Paulo,Sou promotor da área criminal		75	20/6/2008 21:50	201.76.236.121	7	-1	-1
Sim	40 a 49	especialização	Fazer compras,Leituras diversas,Assistir filmes,alguma outra forma de lazer	até 3 horas	Trabalho no Estado de São Paulo,Sou promotor da área criminal, Sou promotor da área cível		138	21/6/2008 11:24	201.81.23.185	4	-1	-1
Sim	40 a 49	mestrado	alguma outra forma de lazer	até 1 hora	Trabalho no Estado de São Paulo,Sou promotor da área criminal		141	21/6/2008 11:42	201.83.210.241	7	-1	-1

Questionário Sujeito , página 3

[illegible]

-1	-1	-1	-1	5	-1	1	-1	5	5	5	-1	5
3	2	1	-1	7	1	3	5	5	5	5	5	5
1	-1	-1	-1	5	1	1	5	5	5	5	3	4
-1	-1	-1	-1	3	1	1	5	5	5	5	5	5
-1	-1	-1	-1	7	-1	1	5	5	5	5	5	5
-1	-1	-1	-1	5	2	1	3	5	2	2	2	5
-1	-1	-1	-1	-1	2	4	5	5	5	4	3	-1
2	1	-1	7	7	5	4	5	5	5	4	2	4
1	-1	-1	-1	7	1	1	3	5	5	3	4	4
1	1	1	-1	7	2	4	4	4	5	5	2	3
-1	-1	-1	-1	6	1	1	3	5	5	5	1	4

2	1	1	-1	7	1	3	3	5	5	2	3	4
-1	-1	-1	-1	7	-1	-1	2	5	4	3	3	3
-1	-1	-1	-1	-1	3	2	-1	5	5	5	-1	-1
-1	-1	-1	-1	7	7	7	5	5	5	5	3	5
-1	-1	-1	-1	7	-1	5	1	5	5	5	3	5
7	-1	-1	-1	7	1	1	5	5	5	5	2	5
-1	-1	-1	-1	3	2	4	3	4	4	4	2	4
-1	-1	-1	-1	7	3	1	4	5	5	5	4	5

Questionário Sujeito , página 6

[illegible]

Questionário Sujeito , página 7

-1	5	5	Site institucional do MP,Mensagens por email,Site do TJ	Não uso.	Leitura Diário Oficial, informações gerais, consulta conteúdo CAOs.	Não uso.	Não uso.	Não uso.	Não uso.	Não uso.	Comunicação em geral, encaminhamento de peças ao CAO , obtenção de informações sobre eventos.	Não.
3	3	5	Site institucional do MP,Blogs,Mensagens por email	P/ pesquisa de assuntos candentes.	P/ pesquisas das teses institucionais. Nosso site, entretanto, não é bom.	Não disponível.	Não disponível.	P/ pesquisas específicas, normalmente fora da área jurídica.	conheci essa plataforma no curso de inquérito civil.	Não o utilizo. Temos um sistema próprio de banco de dados, mais simples e muito útil.	Sempre que possível, p/ substituir fax e outras formas de comunicação. Troco peças c/ colegas.	Msn e Skype, fora da Promotoria.
1	4	4	Site institucional do MP,Mensagens por email,Site do TJ	Prejudicado	Procura por legislação específica, modelos de peças, jurisprudências, doutrinas	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado	Modelos, Jurisprudências e Doutrinas	Não
5	5	5	Site institucional do MP,Mensagens por email	prej.	Acesso à página do CSMP, com utilização variada, notadamente com intuito de acessar precedentes em matéria de inquéritos civis	prej.	prej.	prej.	prej.	prej.	Em várias, até para troca de informações com outros conselheiros...	não
1	5	5	Site institucional do MP,Mensagens por email,Site do TJ	Não uso	Pesquisa de temas específicos e atualização cotidiana sobre temas institucionais	nunca	nunca	nunca	não tive oportunidade ainda	nunca	sempre que desejo comunicação rápida e eficiente	msn
3	2	3	Site institucional do MP,Mensagens por email,Site da APMP,Site do TJ	Não costumo utilizar o blog.	Para fins informativos.	Não costumo utilizar. Às vezes, utilizo para fins específicos.	Sempre.	Não costumo utilizar.	Não costumo utilizar.	Não costumo utilizar.	Sempre. Diariamente.	Não.
2	3	-1	Site institucional do MP,Site da APMP,Site do TJ	Nenhuma	comunicações e obtenção de dados	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	diversas	não
2	4	5	Site institucional do MP,Sistema de Movimentação de Autos - SMA,Mensagens por email,Site da APMP,Site do TJ	não utilizo	Todos os dias para atualização de informações, consultas, pesquisas	Armazenamento de petições de interesse	Nunca utilizei	Nunca utilizei	No MP apesar de registrada nunca utilizei, mas o fiz quando de um curso de capacitação de docentes na GV-Law	todos os dias pela atualização do andamento dos processos	Sempre que necessário	sim, todas essas.
2	4	4	Site institucional do MP,Mensagens por email,Site da APMP,Site do TJ	Pesquisa de assuntos e conteúdo	Pesquisa	Não utilizo	Não utilizo	Não utilizo	Utilizo nos cursos oferecidos pela ESMP	Nunca	Consulta a colegas e biblioteca	Sim. Todas as ferramentas mencionadas no tópico (msn, etc)
2	4	5	Site institucional do MP,Mensagens por email,Site do TJ	Raramente, para ler assuntos variados relacionados ao serviço e obter informações menos formais.	Obtenção de publicações oficiais, realizar requerimentos, atualização legislativa, envio e recebimento de e-mails.	Não tenho acesso.	Não tenho acesso.	Raramente. Usei poucas vezes, prefiro o contato telefônico.	Ainda não usei.	Não disponível.	Troca de informações, documentos, troca de notícias e reportagens.	Não.
1	3	5	Site institucional do MP,Mensagens por email,Site da APMP,Site do TJ	Nunca, inclusive blogs estão bloqueados pelo Gaimp do MP.	Consulta de precedentes, modelos. APMP - artigos de colegas (por vezes remetidos por email). Conamp, nunca usei.	Nunca.	Nem sabia da existencia, e nao sei se esta disponivel no interior.	Nunca utilizei.	Nunca utilizei.	Nao sei da existencia e onde esta disponivel.	Sempre que surge assunto novo no meio, ou que novo para mim.	uso outras ferramentas para pesquisar sobre fato especifico, e não sobre temas jurídicos. Também uso sites especializados (v.g. conjur).

3	3	4	Site institucional do MP,Blogs,Grupos de Discussão,Moodle - Cursos a Distância da ESMP,Mensagens por email,Site da APMP,Site do TJ	Para verificar assuntos a respeito de novidades sobre a instituição, possível movimentação da carreira e comentários sobre modificações legislativas.	No site do MP busco leitura de atualização legislativa, diário oficial, jurisprudência e outras informações relevantes. No da APMP busco artigos e informações sobre o MP paulista.	Não utilizo.	Não utilizo.	Para discussão sobre novos entendimentos quanto à aplicação de legislação nova e solução de questões do dia a dia que ofereçam algum tipo de desafio e necessidade de debate e reflexão.	Utilizei apenas uma vez para um curso sobre direito eleitoral e inscrevo sempre os funcionários e estagiários de Franco da Rocha.	Não utilizo.	Para absolutamente tudo, abrangendo assim o âmbito pessoal e profissional. Troca de informações com funcionários e PJs de Franco da Rocha, meio de lembretes para tarefas e reuniões da semana, envio de modelos e peças processuais de interesse, etc...	Sim, mas apenas como forma de lazer. Utilizo também a agenda virtual do google, que permite a administração simultânea de minha parte e de meus funcionários, facilitando o lembrete sobre reuniões em Inquéritos civis, encerramento de prazos de interesse relevante, compromissos pessoais, lembretes sobre datas de audiências de processos mais complexos, etc.
5	3	3	Site institucional do MP,Mensagens por email	NÃO utilizo. Utilizo sim sites diversos da internet, em busca de informações relacionadas ao tema e em especial jurisprudência	Uso os sites do MPF, como o www.pgr.mpf.gov.br e www.prr3.mpf.gov.br. NÃO são apenas buscas relacionadas ao exercício da atividade em si, mas em especial de interesse institucional e corporativo. Há também o site www.anpr.org.br	NÃO	NÃO	NÃO	Já participei de um curso à distância do MEC, em OpenOffice, e como instrutor num da Escola Superior do Ministério Público da União	NÃO	Assuntos pessoais, corporativos, atividades relacionadas à atividade ou mera integração com os colegas	Skipe sim, mas também somente na vida privada
-1	-1	-1	Site institucional do MP,Site da APMP,Site do TJ	Não utilizo	Para pesquisa	Para pesquisa	Nunca utilizei.	Nunca utilizei	Nunca utilizei	Nunca utilizei	Nunca utilizei	Não
1	5	1	Site institucional do MP,Arquivo Eletrônico das Promotorias Criminais da Capital,Site do TJ	Nunca	Movimentação da carreira.	Nunca	Pesquisa de jurisprudência	Nunca	Nunca	Nunca	Envio de arquivos de pareceres	Não
3	3	4	Site institucional do MP,Site do TJ	n/a	Busca de artigos e modelos nos CAOs, leitura de DO, leitura de e-mail institucional	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	Para questões administrativas (não referentes à atuação em processos)	Não
3	3	3	Site institucional do MP	Uso o blog do promotor para me saber de notícias institucionais e opinião de colegas	Ler o Diário Oficial, notícias da Instituição. Poucas vezes acesso o site da APMP e muito raramente da Conamp	Não tenho acesso, pois trabalho no interior - Americana	Também não tenho acesso	Não uso.	Nunca usei ou tive acesso. Também não sei como funciona	Nunca usei ou tive acesso. Também não sei como funciona	Profissionalmente, poucas vezes. Uso para obter alguma informação que necessito.	Youtube.
2	5	2	Site institucional do MP,Mensagens por email,Site do TJ	não uso	informação, D.O, conhecimento das Atas dos órgãos da administração superior	nenhuma - trabalho na área cível	nenhuma	nenhuma	nenhuma	nenhuma	para solicitar ou atender solicitação de colegas no envio e recebimento de peças ou resultado de pesquisa de jurisprudência sobre determinado tema	skype e uol-voip
4	5	5	Site institucional do MP,Mensagens por email,Site do TJ	Não utilizo.	Diariamente para atualização de notícias e leitura do DO.	Nunca.	Nunca.	Nunca.	Nunca.	Nunca.	Diariamente, para troca de informações e compromissos pessoais e profissionais.	Não

Questionário Sujeito , página 9

[illegible]

Questionário Sujeito , página 10

	234	23/6/2008 14:26	201.55.50.40	Quase sempre	Quase sempre	Quase sempre	Algumas vezes	Aprimorado	3	1	1	2	1
	239	23/6/2008 14:38	201.55.50.40	Quase sempre	Quase nunca	Sempre	Nenhuma vez	Aprimorado	2	1	1	1	1
	240	23/6/2008 14:42	201.55.50.40	Quase sempre	Quase sempre	Nunca	Nenhuma vez	Aprimorado	1	5	5	5	5
	243	23/6/2008 15:39	201.55.50.40	Sempre	Quase sempre	Sempre	Algumas vezes	Aprimorado	1	1	3	1	1
	246	23/6/2008 16:03	201.55.50.40	Quase sempre	Quase sempre	Quase nunca	Algumas vezes	Aprimorado	1	1	1	1	1
	257	24/6/2008 14:38	201.55.50.40	Quase sempre	Quase sempre	Quase nunca	Nenhuma vez	Aprimorado	5	1	1	1	1
	260	24/6/2008 15:03	201.55.50.40	Sempre	Quase sempre	Quase sempre	Nenhuma vez	Aprimorado	5	1	1	1	1
	270	26/6/2008 14:13	201.55.50.40	Quase nunca	Quase sempre	Quase nunca	Nenhuma vez	Aprimorado	4	1	1	2	3
	276	26/6/2008 20:47	201.55.50.40	Quase sempre	Quase nunca	Quase nunca	Algumas vezes	Aprimorado	3	1	1	1	1
	296	14/7/2008 12:10	201.55.50.40	Quase sempre	Quase sempre	Quase sempre	Muitas vezes	Aprimorado	2	1	1	2	4
	299	21/7/2008 18:27	201.55.50.40	Sempre	Quase sempre	Quase sempre	Algumas vezes	Aprimorado	3	1	1	1	1

	131	21/6/2008 10:10	201.6.69.206	Quase nunca	Quase sempre	Quase sempre	Algumas vezes	Aprimorado	5	1	1	4	1
	106	21/6/2008 01:55	201.68.105.68	Sempre	Quase sempre	Quase nunca	Nenhuma vez	Inalterado	1	1	4	1	1
	264	24/6/2008 21:30	201.74.156.244	Quase sempre	Quase sempre	Quase nunca	Nenhuma vez	Aprimorado	5	1	1	1	1
	73	20/6/2008 21:24	201.74.237.50	Quase nunca	Quase sempre	Quase sempre	Nenhuma vez	Aprimorado	5	1	1	3	1
	179	21/6/2008 23:46	201.74.239.243	Quase sempre	Quase sempre	Quase sempre	Algumas vezes	Aprimorado	3	1	1	1	1
	77	20/6/2008 21:52	201.76.236.121	Quase sempre	Quase sempre	Sempre	Algumas vezes	Aprimorado	1	1	3	1	1
	139	21/6/2008 11:25	201.81.23.185	Quase nunca	Quase nunca	Quase nunca	Nenhuma vez	Aprimorado	3	1	1	1	1
	142	21/6/2008 11:44	201.83.210.241	Quase sempre	Quase sempre	Sempre	Algumas vezes	Aprimorado	4	1	1	3	4

1	1	3		
1	1	2		
5	5	5		
1	1	5		
1	1	1		
4	4	4		
3	1	5		
1	1	4		
1	1	3		
2	1	4		
5	1	3		

4	1	5		
1	1	1		
1	1	2		
1	1	4		
1	1	3		
1	1	5		
1	1	3		
4	1	3		

